



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

### **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 6/2020 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP**

## **1. INTRODUÇÃO**

- i. Em atendimento ao disposto no artigo 3º, incisos I a III, da Lei n. 10.520/2002, ao art. 3º, XI c/c o art. 8º, II do Decreto Federal n. 10.024/2019, e nos artigos 6º, inciso IX e 7º, inciso I da Lei n. 8.666/93, bem como o disposto no Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013 e Instrução Normativa n. 004/2008 – TRE-RO, elaboramos o presente Termo de Referência que tem como finalidade a **contratação de pessoa jurídica prestadora de serviços comuns de engenharia para realizar manutenções preventivas, corretivas e preditivas, com fornecimento de mão de obra, em 03 (três) elevadores de passageiros**, por meio de pregão eletrônico, a ser prestado no edifício sede e Fórum capital da Justiça Eleitoral de Rondônia.
- ii. Observa, **NO QUE APLICÁVEL**, as regras e diretrizes para contratação de bens e serviços no âmbito da Justiça Eleitoral estabelecidas pelo Tribunal Superior Eleitoral através da Resolução TSE n. 23.234/2010, utilizando-se subsidiariamente, também **NO QUE APLICÁVEL**, a Instrução Normativa SG/MPDG n. 5/2017 - e suas alterações posteriores - naquilo que não contraria o disposto na referida Resolução do TSE e nas decisões e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU.

## **2. DO OBJETO E SEUS COMPLEMENTOS**

### **A. DO OBJETO**

- i. Prestação de serviços comuns de engenharia para realização de **manutenção preventiva, corretiva e preditiva, com fornecimento de mão de obra**, em 03 (três) elevadores de passageiros instalados nos Edifício SEDE e Fórum Eleitoral da Capital, no Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia em Porto Velho, **pelo período de 36 meses**;
- ii. As composições de custos, estabelecidas em conformidade com as fontes formalmente aprovadas pelo acórdão 2917/2018



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- TCU – Plenário, estão disponíveis no ANEXO I - PESQUISA DE PREÇOS (Evento SEI N. [0475310](#))

### **B. DEFINIÇÕES**

- i. **Licitação:** Conjunto harmônico de atos e procedimentos que objetivam garantir a observância do princípio constitucional da isonomia nas contratações públicas com seleção da proposta mais vantajosa.
- ii. **Administração Pública - APU:** a Administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive as entidades com personalidade jurídica de Direito Privado sob controle do Poder Público e das Fundações por ele instituídas ou mantidas.
- iii. **Contratada:** empresa proponente vencedora do certame licitação com a qual se assinou o com o TRE de Rondônia.
- iv. **SINAPI:** Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, calculado mensalmente pelo IBGE através de convênio com a Caixa Econômica Federal que tem como objetivo a produção de informações de custos e índices de forma sistematizada e com abrangência nacional, visando a elaboração e avaliação de orçamentos, como também acompanhamento de custos.
- v. **ABNT:** Associação Brasileira de Normas Técnicas.
- vi. **Termo de Referência:** peça que descreve a prestação dos serviços, que contém os elementos técnicos capazes de propiciar a avaliação do custo, pela administração, com a contratação e os elementos necessários e suficientes a serem adotados pelas licitantes, na apresentação de suas propostas e pela eventual CONTRATADA para a prestação dos serviços.
- vii. **Produtos ou Resultados:** são os bens materiais e imateriais, quantitativamente delimitados, a serem produzidos na execução dos serviços contratados.
- viii. **Equipamentos de Proteção Individual (EPI's):** são os exigidos pelos órgãos governamentais de Segurança e Medicina do Trabalho, para execução dos serviços tais como: capacetes, botas, luvas de borracha, cinto de segurança, óculos, máscaras, protetores auriculares e capas plásticas.
- ix. **Benefício e Despesas Indiretas (BDI):** A taxa de Benefício e despesas indiretas é a margem de acréscimo que se deve aplicar sobre o custo direto para incluir as despesas indiretas e o benefício da construtora na composição do preço da obra.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- x. **Serviços:** toda atividade destinada a obter determinada utilidade de interesse para a Administração, tais como: demolição, conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, adaptação, manutenção, transporte, locação de bens, publicidade, seguro ou trabalhos técnico-profissionais
- xi. **Serviços comuns:** aqueles serviços cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado. (TCU, Acórdão n. 286/2007. Plenário. Relator Min. Augusto Sherman Cavalcanti. DOU 16.02.2007.)
- xii. **Serviços contínuos:** são aqueles cuja interrupção possa comprometer a continuidade das atividades da Administração e cuja necessidade de contratação deva estender-se por mais de um exercício financeiro e continuamente.

### **C. DA LEGISLAÇÃO APLICADA**

i. Aplicam-se a esta contratação, não somente, mas, inclusive:

- a. **Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, de 08 de agosto de 2000** (Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.);
- b. **Decreto n. 10.024, de 20 de setembro de 2019** (Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.);
- c. **Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993** (Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências);
- d. **Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006** (Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte), regulamentada pelo Decreto n. 8.538, de 06 de outubro de 2015.
- e. **Lei n. 12.309, de 09 de agosto de 2010** (Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Orçamentária de 2011 e dá outras providências e limita o custo global de obras e serviços contratados e executados com recursos orçamentários da União à composição dos custos unitários de insumos ou serviços sendo menores ou iguais à mediana de seus correspondentes na tabela do SINAPI);

f. **Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013**

(Estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, e dá outras providências);

g. **Instrução Normativa TRE-RO n.**

**04/2008**: apresenta regras complementares à Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Lei n. 8.666/1993 - e à Lei do Pregão - Lei n. 10.520/002 - no âmbito do TRE-RO;

h. **Resolução Nº 201 de 03/03/2015**: Dispõe sobre a criação e competências das unidades ou núcleos socioambientais nos órgãos e conselhos do Poder Judiciário;

i. **Resolução TSE nº 23.474/2016**: Dispõe sobre a criação e competências das unidades ou núcleos socioambientais nos Tribunais Eleitorais.

ii. Este termo de referência observa ainda, **NO QUE APLICÁVEL**, as regras e diretrizes para contratação de bens e serviços no âmbito da Justiça Eleitoral estabelecidas pelo Tribunal Superior Eleitoral através da Resolução TSE nº 23.234/2010, utilizando-se **SUBSIDIARIAMENTE**, também **NO QUE APLICÁVEL**, a **Instrução Normativa SG/MPDG nº 5/2017** - e suas alterações posteriores - naquilo que não contraria o disposto na referida Resolução do TSE e nas decisões e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU.

### **D.DAS NORMAS TÉCNICAS**

i. Os materiais empregados e os serviços executados, deverão obedecer a todas as normas atinentes ao objeto da demanda, existentes ou que venham a ser editadas, em especial:

a. Normas da **ABNT**;

b. Legislação de acessibilidade (**NBR 9050**) e as pertinentes ao fim a que se destina a manutenção;

c. Instrução Normativa **SLTI/MPOG** n. 01 de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens,



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;

d. **NBR NM 207** – Elevadores elétricos de passageiros – Requisitos de segurança para construção e instalação;

e. **NBR NM 267** – Elevadores hidráulicos de passageiros – Requisitos de segurança para construção e instalação;

f. **NBR NM 313** – Elevadores de passageiros – Requisitos de segurança para construção e instalação – Requisitos particulares para a acessibilidade das pessoas, incluindo pessoas com deficiência;

g. **NBR 15597** – Requisitos de segurança para a construção e instalação de elevadores – Elevadores existentes – Requisitos para melhoria da segurança dos elevadores elétricos de passageiros e elevadores elétricos de passageiros e cargas;

h. **NBR 16042** – Elevadores elétricos de passageiros – Requisitos de segurança para construção e instalação de elevadores sem casa de máquinas;

i. **NBR 5410** – Instalações Elétricas de Baixa Tensão;

j. **NR 1** – Disposições Gerais;

k. **NR 6** – Equipamento de proteção individual – EPI;

l. **NR 10** – Segurança em instalações e serviços em eletricidade;

m. **NR 12** – Segurança no trabalho em máquinas e equipamentos;

n. **NR 33** – Segurança e saúde nos trabalhos em espaços confinados;

o. **NR 35** – Trabalho em altura;

p. Normas das concessionárias de serviços públicos;

q. Regulamento do Corpo de Bombeiros do Estado de Rondônia;

r. Às disposições legais da União, Estados e DF e Municípios;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- ii.A CONTRATADA deverá, regularmente, verificar as atualizações dos normativos citados acima e eventuais novas regulamentações, independente de transcrição.

### **E. DO OBJETIVO**

- i. Antes de se estabelecer a abrangência e a eficácia das regras específicas contidas na fase inicial deste termo de referência, é preciso ter como objetivo central que as contratações pela Administração Pública sejam eficiente, econômica, razoável e proporcional, selecionando a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, além de promover o desenvolvimento nacional sustentável, conforme o acórdão 276/2019 - plenário - TCU.

- ii. Assim sendo, além dos aspectos formais inerentes ao controle procedimental, a Administração Pública deve centrar esforços na avaliação qualitativa dos resultados, sob a lógica da oferta de serviços adequados aos cidadãos.

- iii. In verbis:

*"É chegada a hora de não mais se ler o artigo 3º da Lei 8.666/1993, e, especificamente, a expressão "mais vantajosa para a Administração" de maneira reducionista, interpretando-a como sendo meramente aquisições de menor preço. Voto do Ministro Aroldo Cedraz - acórdão 1977/2013 - plenário - TCU."*

- iv. Neste caso, a futura contratação visará dotar o sistema de transporte vertical dos edifícios sede deste Regional e Fórum Capital, de adequado tratamento para o trânsito de servidores, terceirizados, colaboradores e público, além de garantir a integridade da infraestrutura física inerente a qualquer repartição pública

### **F. DAS ESPECIFICAÇÕES DOS ELEVADORES**

- i. Os projetos As-Built dos equipamentos estão juntados ao Anexo V ([0475320](#)) e são parte integrante deste TR.

**ELEVADORES A E B (VL0053 E VL0054)**

**EDIFÍCIO SEDE**

**MARCA: VILLARTA**

#### **CARACTERÍSTICAS**

1. N° de passageiros – 8;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2. N° de paradas – 3;
3. Elevador adaptado para Portador de Necessidades Especiais - PNE, acessibilidade;
4. Marcação de andares – 0;1;2;
5. Pavimento principal – 0;
6. Último pavimento – 2;
7. Percurso – 8 m;
8. Marcação entrada frontal – 0;1;2;
9. Última altura – 3600 mm;
10. Profundidade do poço – 1100 mm;
11. Frente da caixa – 1890 mm;
12. Lado da caixa – 2620 mm;
13. Posição da máquina – Dentro do passadiço, na última altura, sem casa de
14. Distância entre andares, piso a piso – 4000 mm;
15. Acabamento em chapa de aço escovado;
16. Ventilador;
17. Espelho na cabina;
18. Detecção de excesso de carga;
19. Sistema de voz para anúncio de andar e sentido da cabine;
20. Eliminador de chamadas falsas;
21. Dispositivo que impeça que pessoas fiquem presas na cabina quando ocor
22. Dispositivo que, durante falta de energia, execute procedimento segur pavimento mais próximo e se mantenha parado com a porta aberta e cabina restabelecimento da energia.
23. Iluminação: fluorescente indireta com luz de emergência embutida;
24. Tensão de Alimentação: 380 Volts, trifásica;
25. Tensão de Iluminação da Cabina: 127 Volts;
26. Tensão de Iluminação de Manutenção: 127 Volts.

**ELEVADOR C (VL0055)**

**EDIFÍCIO FÓRUM ELEITORAL**

**MARCA: VILLARTA**





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **CARACTERÍSTICAS**

1. Nº de passageiros – 8;
2. Nº de paradas – 3;
3. Elevador adaptado para Portador de Necessidades Especiais - PNE, atendendo to
4. Marcação de andares – 0;1;2;
5. Pavimento principal – 0;
6. Último pavimento – 2;
7. Percurso – 8 m;
8. Marcação entrada frontal – 0;1;2;
9. Última altura – 3600 mm;
10. Profundidade do poço – 1100 mm;
11. Frente da caixa – 1600 mm;
12. Lado da caixa – 1630 mm;
13. Posição da máquina – Dentro do passadiço, na última altura, sem casa de máqui
14. Distância entre andares, piso a piso – 4000 mm;
15. Acabamento em chapa de aço inox escovado;
16. Ventilador;
17. Espelho na cabina;
18. Detecção de excesso de carga;
19. Sistema de voz para anúncio de andar e sentido da cabine;
20. Eliminador de chamadas falsas;
21. Dispositivo que impeça que pessoas fiquem presas na cabina quando ocorrer fal
22. Dispositivo que, durante falta de energia, execute procedimento seguro que desl mais próximo e se mantenha parado com a porta aberta e cabina nivelada com o da energia.
23. Iluminação: fluorescente indireta com luz de emergência embutida;
24. Tensão de Alimentação: 380 Volts, trifásica;
25. Tensão de Iluminação da Cabina: 127 Volts;
26. Tensão de Iluminação de Manutenção: 127 Volts.

### **G. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- i.A execução dos serviços seguirá o Plano de Manutenção Preventiva elaborado pela CONTRATADA e aceito pela FISCALIZAÇÃO;
- ii.A CONTRATADA deverá apresentar o **PLANO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA (PMP)** em até 15 (quinze) DIAS após o recebimento da Ordem de Serviço;
- iii.As rotinas básicas de manutenção previstas no item vii. abaixo, servem como referência para que a CONTRATADA elabore o PMP;
- iv.A CONTRATADA, deverá, obrigatoriamente, revisar as rotinas de referências, propondo alterações e sugestões que melhor atendam à execução das manutenções preventivas, corretivas e preditivas;
- v.PMP poderá ser revisto, de ofício, ou mediante provocação pela Contratada, para melhor ajuste da execução dos serviços;
- vi.PMP deverá ser elaborado levando em consideração a legislação citada no item 2.1.2 acima, em qualquer outra legislação do setor e as premissas contidas nas rotinas básicas de manutenção;
- vii.A execução do **PLANO DE MANUTENÇÃO** terá início imediatamente após sua aceitação pelo CONTRATANTE. Durante a execução do PLANO DE MANUTENÇÃO, a CONTRATADA deverá seguir pelo menos as seguintes rotinas de serviços:

### **I.ROTINAS ANUAIS**

- i.Realizar teste de funcionalidade de freios de segurança e limitadores de velocidade, com fornecimento de laudos;

### **II.ROTINAS SEMESTRAIS**

- i.Verificar e, se necessário, corrigir a velocidade dos motores de tração a CC a plena carga, meia carga e vazio;
- ii.Acionar o sistema de segurança, ajustando as velocidades de desarme;
- iii.Testar os amortecedores com a queda da cabina, com meia lotação;
- iv.Verificar necessidade de substituição dos acolchoados das cabinas dos elevadores de serviço;
- v.Lavar e aplicar novo lubrificante nas almas das guias das cabinas e de contrapesos.

### **III.ROTINAS BIMESTRAIS**

#### **1. Cabinas**

- i.Inspecionar o desgaste dos coxins ou roletes, ajustando se necessário;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ii. Testar o dispositivo de segurança que limita carga;

iii. Testar o funcionamento de freio de segurança (teste estático), ajustando as velocidades de desarme.

### **IV. ROTINAS MENSAIS**

#### **0. Gerais**

i. Verificar as correções das guias ou as roldanas dos cursores, assegurando uma operação silenciosa e mantendo as guias adequadamente lubrificadas;

ii. Verificar os cabos de aço e todos os dispositivos de segurança e reguladores, eliminando os eventuais defeitos mecânicos;

iii. Verificar a tensão dos cabos condutores, mantendo o equilíbrio entre fases;

iv. Verificar os exaustores existentes no foço dos elevadores;

v. Varrer e limpar as estruturas do foço de elevação.

#### **1. Motores de CC/CA, grupos geradores e caixas redutoras**

i. Fazer a remoção dos resíduos de carvão e poeira das escovas e porta-escovas;

ii. Movimentar as escovas de carvão no interior dos seus porta-escovas;

iii. Fazer a remoção da poeira acumulada e do óleo vazado;

iv. Verificar o nível do óleo, completando-o se necessário;

v. Ajustar a altura dos porta-escovas em relação à superfície de contato dos elevadores;

vi. Ajustar a superfície de contato dos coletores que apresentarem faiscamento na comutação e/ou trepidações excessivas;

vii. Manter limpos e desimpedidos os espaços físicos das casas de máquinas instaladas no subsolo e cobertura do edifício, informando à FISCALIZAÇÃO a existência de irregularidades, quando houver.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **2. Freios**

- i. Remover da superfície de contato do tambor todo o resíduo de óleo e graxa;
- ii. Ajustar a folga excessiva entre as sapatas e discos da superfície de contato dos tambores de freio;
- iii. Inspecionar o sistema de frenagem quanto a ruído, desgaste das sapatas, ovalização do tambor, terminais de ligação, abertura do freio, regulagem das molas, regulagem do percurso do núcleo, nivelamento na parada.

### **3. Quadro de comando**

- i. Fazer a remoção da poeira e aplicação de fina camada de óleo com querosene na estrutura externa dos quadros;
- ii. Inspecionar as chaves controladoras quanto à regulagem, pressão, integridade, desgaste e alinhamento dos contatos;
- iii. Verificar, ajustar e substituir, se necessário, os temporizadores, fusíveis, relés, contadoras, chaves com mau contato, relés de cola, relés de carga dos geradores e circuitos de proteção;
- iv. Efetuar teste dos hardwares de controle através de softwares de controle;
- v. Inspecionar interfaces homem máquina e leds de monitoração dos comandos microprocessados.

### **4. Nos andares**

- i. Remover toda a poeira das faces externas e internas das portas, aplicando, em seguida, fina camada de óleo com querosene;
- ii. Proceder à limpeza, em toda a extensão, das soleiras, das roldanas e dos trincos, procedendo-se à lubrificação dos eixos;
- iii. Fazer a remoção de todo o material depositado sobre as barras chatas de ferro (apoio das carretilhas) e aplicação de fina camada de óleo com querosene na estrutura externa dos quadros;
- iv. Ajustar qualquer folga excessiva nos roletes excêntricos das suspensões das folhas da porta e dos contatos dos trincos e ganchos;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- v. Verificar o nivelamento, aceleração e retardamento das cabinas em cada um dos pavimentos;
- vi. Verificar a simultaneidade da abertura das portas das cabinas com as de cada pavimento;
- vii. Verificar o funcionamento dos dispositivos de abertura manual de portas e dos dispositivos mecânicos de acionamento de emergência;
- viii. Verificar o funcionamento dos botões de chamada e indicadores visuais e sonoros de posição e movimento, mantendo o nível de visibilidade original e substituindo-os quando necessário;
- ix. Verificar a integridade dos perfis de borracha das portas dos pavimentos, substituindo-os se necessário.

### **5. Cabinas**

- i. Verificar os bancos das cabinas dos elevadores, mantendo-os em perfeitas condições de uso;
- ii. Verificar os acrílicos dos tetos das cabinas dos elevadores, bem como o piso;
- iii. Verificar as sapatas das portas dos elevadores, substituindo-as quando danificadas;
- iv. Verificar as portas dos elevadores, alinhando-as quando necessário;
- v. Verificar as lâmpadas e reatores existentes nos elevadores, tetos, gongos e lâmpadas sobre cabinas;
- vi. Verificar todas as peças e lâmpadas que compõem as botoeiras;
- vii. Verificar o sistema de ventilação eletromecânica existente na cabina de cada elevador;
- viii. Fazer a remoção do lixo acumulado em toda a extensão das soleiras;
- ix. Remover toda a poeira das faces externas das portas, aplicando, em seguida, fina camada de óleo com querosene;
- x. Remover todo o material depositado nas suspensões, aplicando, em seguida, fina camada de óleo, retirando todo o excesso;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- xi.Proceder à limpeza geral das barras articuladas e aplicação de óleo fino nas articulações;
- xii.Fazer a remoção da poeira das grades de ventilação;
- xiii.Remover o lixo e a poeira da tampa do teto, e aplicação de fina camada de óleo com querosene, retirando o excesso;
- xiv.Fazer a remoção da poeira dos ventiladores e exaustores e lubrificação das buchas;
- xv.Liberar o dispositivo de desengate para aplicação de fina camada de óleo;
- xvi.Lubrificar os conjuntos operadores de porta;
- xvii.Inspecionar o funcionamento do motor e as condições das correias de acionamento;
- xviii.Verificar a partida, a parada e o nivelamento do carro, a abertura e o fechamento das portas, o funcionamento das botoeiras, sinalizadores e luz de emergência, a graxa dos conjuntos operadores das portas, o funcionamento dos aparelhos de comunicação, a sapata de segurança e a fotocélula;
- xix.Verificar o funcionamento do dispositivo que impede o movimento do carro com as portas abertas e que impede a abertura das mesmas com o carro em trânsito;
- xx.Inspecionar os terminais elétricos, na parte superior das cabinas, quanto ao estado geral e fixação;
- xxi.Inspecionar os comandos localizados sobre a cabina;
- xxii.Inspecionar a existência de vibrações e/ou ruídos anormais quando da movimentação da cabina.

### **6. Contrapesos**

- i.Fazer a remoção da poeira da suspensão, aplicando, em seguida, fina camada de óleo com querosene nos materiais ferrosos;
- ii.Verificar e ajustar o desgaste e a folga excessiva entre as correias deslizantes;
- iii.Inspecionar excentricidade e lubrificar polias intermediárias.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **7. Poço/Para-choque**

- i.Proceder à limpeza geral;
- ii.Verificar o nível do óleo, completando-o, se necessário;
- iii.Verificar o aperto das porcas das braçadeiras de apoio;
- iv.Verificar a fiação do poço.

### **8. Cabos de aço**

- i.Ajustar as tensões dos cabos de tração e compensação;
- ii.Limpar e lubrificar;
- iii.Verificar os cabos de aço como fator de segurança;
- iv.Inspecionar quanto ao desgaste, oxidação, redução de diâmetro e quebra de arames e trancas.

### **9. Polias de Compensação e Tensoras**

- i.Ajustar a distância da polia de compensação ao piso, ajustar contato elétrico em relação à polia;
- ii.Ajustar a distância da polia tensora ao piso, ajustar contato elétrico em relação à polia;
- iii.Inspecionar polias de compensação e tensoras quanto à excentricidade e lubrificar.

### **10.Fita Seletora**

- i.Ajustar a folga entre os contatos fixos e os cones (meias-luas);
- ii.Ajustar as distâncias entre as molas “pick-ups” e os rebites de metal.

### **11.Eixo sem fim**

- i.Inspecionar o eixo sem fim e o limitador de velocidade.

### **12.Sistema de Resgate Automático**

- i.Testar o funcionamento de sistema de resgate automático, quando existente.

## **H. DA SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- i. Constatada a necessidade de substituição de peças ou equipamentos, bem como substituição de cabos, disjuntores, botões, placas eletrônicas e quaisquer outros equipamentos relevantes, o fornecimento e instalação obedecerão às seguintes etapas:
  - a. Emissão de relatório circunstanciado, pela CONTRATADA, especificando o defeito apresentado, o motivador ou causador do defeito e as peças que necessitam ser substituídas, bem como e a urgência da substituição, para apreciação e aprovação pelo gestor;
  - b. O valor referente ao **fornecimento de peças** será obtido através de 03 (três) Consulta ao Mercado Local, visto não existir parâmetros para manutenção de elevadores na tabela SINAPI, acrescido de **BDI** de 15% (quinze por cento).
    0. Em caso impossibilidade em obter 03 (três) Consultas, faz-se necessária a devida justificativa da situação encontrada.
- ii. O fornecimento de materiais e a execução dos serviços obedecerão rigorosamente ao constante nos documentos:
  - a. Normas da ABNT;
  - b. Prescrições e recomendações dos fabricantes; ou
  - c. Na falta das anteriores, normas internacionais consagradas.
- iii. **Excetua-se do ressarcimento** insumos inerentes à manutenção periódica prevista em **PMP**, como, por exemplo, aplicação de fitas isolantes, graxa, lubrificação e pequenas quantidades de fiações.
- iv. A garantia das peças fornecidas pela CONTRATADA deverá ter um prazo de garantia mínimo de 180 (cento e oitenta) dias ou a garantia do fabricante quando esta última possuir um maior prazo de cobertura.
- v. Toda peça ou equipamento que vier a ser substituído pela CONTRATADA nas dependências da CONTRATANTE deve ser entregue à fiscalização desta última, para controle de consumo.
- vi. A CONTRATANTE reserva o direito de adquirir os equipamentos e materiais referenciados neste item pela maneira mais adequada aos interesses da Administração Pública.
- vii. Caso a CONTRATANTE decida adquirir as peças por outros meios disponíveis, as peças serão repassadas à CONTRATADA, valendo o mesmo prazo informado na proposta para a





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CONTRATADA restabelecer o perfeito funcionamento do equipamento, contado a partir do dia em que a peça for entregue à CONTRATADA, e considerando-se esse mesmo prazo para aplicação de penalidades.

- viii. A CONTRATANTE reservará um percentual de 15% do valor do contrato referente a 01 (um) ano de contrato para a aquisição de peças necessárias à manutenção do sistema de elevação de passageiros. Este valor foi estimado em consulta aos contratos similares firmados pela Administração Pública.

### **H. DOS PRAZOS DE ATENDIMENTO DAS DEMANDAS**

i. A Contratada, sempre que houverem situações de interrupção parcial ou total, será acionada por e-mail, que deverá ser fornecido **até a data de assinatura do contrato** e/ou por mensagem de texto através de número que deverá ser fornecido **até a data de assinatura do contrato**.

ii. A CONTRATADA deverá atender às demandas em conformidade com os prazos apresentados na tabela a seguir:

<b>TABELA 1</b>		
<b>OCORRÊNCIAS</b>	<b>Nível de Prioridade</b>	<b>TEMPO</b>
		(aproximado) Se
No Edifício SEDE e Fórum: <ul style="list-style-type: none"><li>• Equipamento parcialmente inoperante</li></ul>	II	
Nos Edifícios SEDE e Fórum: <ul style="list-style-type: none"><li>• Equipamento totalmente inoperante</li></ul>	I	
Nos Edifícios SEDE e Fórum: <ul style="list-style-type: none"><li>• Ocorrências de risco aparente curto circuito/aquecimentos/etc</li></ul>	I	
Nos Edifícios SEDE e Fórum: <ul style="list-style-type: none"><li>• Equipamento com necessidade de ajuste e pequenos reparos que não compromete a operação/uso</li></ul>	III	



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **I. DA ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA**

- i. Todo contrato, escrito ou verbal, para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à engenharia, à arquitetura e agronomia fica sujeito à anotação de responsabilidade técnica (ART), conforme art. 1º da lei nº 6.496/1977.
- ii. Ainda no referido diploma, a ART define para efeitos legais os responsáveis técnicos pelo serviço de engenharia contratado.
- iii. A ART deverá ser efetuada pelo profissional ou pela empresa no respectivo conselho profissional de classe.
- iv. Sobre o tema, cita-se excerto das **Orientações para elaboração de planilhas orçamentárias de obras públicas**/Tribunal de Contas da União, Coordenação-Geral de Controle Externo da Área de Infraestrutura e da Região Sudeste. – Brasília : TCU, 2014, p. 16:

*"A Lei n. 5.194/1966 regula o exercício da profissão de engenheiro, estabelecendo que os estudos, plantas, projetos, laudos e qualquer outro trabalho de engenharia, seja público ou particular, somente poderão ser submetidos ao julgamento das autoridades competentes e só terão valor jurídico quando os autores forem profissionais habilitados de acordo com essa lei."*

- v. A CONTRATADA se responsabilizará **de forma solidária** pela regularidade dos projetos executados por seus responsáveis técnicos (Art. 70, Lei nº 8666/93).
- vi. A ART deverá ser fornecida, após autorização para execução dos serviços, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
- vii. Em casos de atraso para registro da ART nos órgãos de classe, justificadamente, ouvido o Gestor do contrato, a Autoridade Competente poderá deferir dilação do prazo anterior.

### **J. DA REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

- i. Após a assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar, no prazo máximo de 5 dias, representante dos serviços, denominado preposto, para fins não técnicos, com o perfil profissional adequado, o qual deverá ficar disponível para receber notificações e promover a representação comercial da CONTRATADA com o CONTRATANTE.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- ii. A coordenação da execução do serviço será de obrigação total e exclusiva da CONTRATADA, devendo o Responsável Técnico detentor da ART verificar se os serviços estão sendo realizados de acordo com as normas e com qualidade, principalmente para evitar retrabalho ou recusa dos serviços prestados;
- iii. Em situações excepcionais, a critério do CONTRATANTE, o prazo definido no item i poderá ser reduzido ou aumentado de forma razoável para o atendimento efetivo da demanda;
- iv. Antes da execução dos serviços, a CONTRATADA, representada preferencialmente pelo Responsável Técnico, deverá participar de reunião presencial, ou por vídeo conferência, para dirimir dúvidas e orientar as execuções.
- v. Os responsáveis técnicos e representantes indicados pelo contratado deverão participar de reuniões, presenciais ou virtuais, sempre que existirem dúvidas, previamente agendadas, e sempre que convocadas pela CONTRATANTE.
- vi. A substituição dos representantes dos serviços e dos responsáveis técnicos, na forma da lei, deverá ser comunicada imediatamente e por escrito ao CONTRATANTE;
- vii. Para garantir a perfeita comunicação entre a CONTRANTE e a CONTRATADA, o representante técnico dos serviços deverá enviar relatório ou boletim mensal dos serviços, apresentando, no mínimo, resumo das atividades, considerando os seguintes itens:
  - a. Condições de trabalho;
  - b. Casos fortuitos e de força maior;
  - c. Cumprimento de prazos;
  - d. Outros casos de natureza relevante que possam impactar a execução dos serviços.
- viii. As comunicações referentes aos boletins mensais serão entregues, preferencialmente, na forma eletrônica.

### **K. DO LOCAL DE EXECUÇÃO**

- i. Os serviços serão executados nos edifícios apresentados na tabela a seguir:

<b>TABELA - IMÓVEIS DA JUSTIÇA ELEITORAL EM RONDÔNIA</b>	
1	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA – EDIFÍCIO-SE
	Av. Presidente Dutra, 1889, Bairro Baixa da União - Porto Velho RO, CEP 76859-000
1.1	FÓRUM ELEITORAL DE PORTO VELHO



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **3. JUSTIFICATIVA**

i. Inicialmente, a Seção de Manutenção Predial – SEMAP é a unidade regimentalmente competente para inspecionar as unidades prediais e solicitar providências (contratar) atividades de manutenção predial e serviços de engenharia, incluindo serviços de engenharia elétrica. O Art. 75 da Resolução TRE-RO nº 006/2015 - Regulamento da Secretaria do TRE-RO, lista o extenso rol das atribuições da SEMAP. Veja-se:

***"Da Seção de Manutenção Predial***  
***Art. 75. À Seção de Manutenção Predial (SEMAP)***  
***competem:***

*I – executar as atividades de administração predial e serviços de engenharia; (sic: essa atribuição contém um erro de redação. Na verdade, a SEMAP assessora, de forma consultiva sob demanda, outras unidades pertinentes à área de engenharia, tais como a STI, SEAP. As atividades de administração predial competem à SEAP.*

*II – providenciar os serviços de remoção, transporte e alocação de móveis, máquinas e materiais nas dependências do edifício-sede do Tribunal, fórum eleitoral da Capital, almoxarifado, depósito de urnas e centro de memória da Justiça Eleitoral;*

*III – inspecionar permanentemente, na Capital, os prédios do Tribunal, fórum eleitoral da Capital, almoxarifado, depósito de urnas e centro de memória da Justiça Eleitoral, solicitando providências para sua conservação ou reparação, inclusive quanto aos sistemas elétrico, hidráulico, acompanhando e fiscalizando a execução dos serviços contratados com terceiros;*

*IV – inspecionar, sempre que solicitado, os prédios dos fóruns eleitorais do interior, solicitando providências para sua reforma, conservação ou reparação, inclusive quanto aos sistemas elétrico, hidráulico, acompanhando e fiscalizando a execução dos serviços contratados com terceiros;*

*V – acompanhar os técnicos na vistoria dos bens a*



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

*serem reparados, zelando pelo patrimônio do Tribunal;*

*VI – fiscalizar a fiel execução dos contratos terceirizados de natureza contínua que têm por objeto a manutenção das instalações e dos equipamentos instalados no TRE;*

*VII – orientar, na Capital, a execução das instalações necessárias nos locais de votação e apuração de votos por ocasião dos pleitos eleitorais;*

***VIII – elaborar os projetos básicos para a contratação de serviços de engenharia e outros que visem à manutenção e adequação do edifício-sede do Tribunal, fórum eleitoral da Capital, almoxarifado, depósito de urnas, centro de memória da Justiça Eleitoral e dos fóruns eleitorais do interior;***

*IX – solicitar, receber, inspecionar e controlar o uso dos materiais pertinentes aos serviços de alvenaria, serralheria, marcenaria, carpintaria e hidráulico-sanitários a serem realizados;*

*X – elaborar propostas destinadas ao melhor aproveitamento funcional e estético do espaço físico dos imóveis utilizados pela Justiça Eleitoral de Rondônia, solicitando e acompanhando as alterações necessárias, de acordo com as necessidades apontadas pela administração;*

*XI – elaborar estudos preliminares em projetos arquitetônicos de edificações, urbanismo e paisagismo;*

*XII – especificar, para compra e execução de reformas e adequações de espaços, os materiais a serem adquiridos por processos licitatórios, bem como os serviços necessários;*

*XIII – inspecionar os serviços de edificação e reforma dos prédios públicos cedidos à Justiça Eleitoral;*

*XIV – manter a guarda dos documentos relativos aos projetos e a execução de obras do Tribunal;*

*XV – fornecer elementos para subsidiar na elaboração da proposta orçamentária concernente às obras de construção e reforma imobiliária;*

*XXII – exercer outras atividades pertinentes determinadas pelo superior hierárquico."*



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- ii. Atualmente, este Regional não possui contrato firmado com empresa especializada para prestação de serviços de manutenção no sistema de elevadores instalados no o Edifício Sede e Fórum capital.
- iii. A prestação deste serviço é necessária para garantir o funcionamento dos elevadores, que precisam passar por manutenções periódicas para garantir a segurança dos usuários e reduzir o risco de falhas.
- iv. No caso de paradas e outras falhas ocasionais, faz-se necessário também a correção do problema através de manutenções corretivas.
- v. No ano de 2017, tramitando pelo PSEI: [0002555-69.2016.6.22.8000](#), foi firmado o Contrato 07/2017 (evento SEI n. [0187039](#)) com a Empresa **ELEVADORES VILLARTA LTDA**, CNPJ n. 54.222.401/000115, cujo objeto foi a prestação dos serviços de projeto, fabricação e instalação com o fornecimento de 03 (três) elevadores de passageiros, de deslocamento vertical, em caixa de corrida já acabada, vazia e edifícios em pleno uso, sendo 2 (dois) elevadores a serem utilizados no Edifício Sede deste Tribunal e 1 (um) elevador a ser usado no Fórum Eleitoral da capital, ambos em Porto Velho/RO.
- vi. Contudo, a contratação tramitada no PSEI referido na alínea anterior não previa a inclusão de serviços de manutenção continuada nos aparelhos de elevação, contendo apenas garantia pelo período de 12 meses a partir do recebimento definitivo do objeto, em conformidade com a cláusula terceira do contrato, sendo que todo e qualquer defeito ou vício de fabricação e/ou instalação do equipamento, durante o período de garantia, deveria ser sanado pela CONTRATADA sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.
- vii. Desta forma, devendo a APU providenciar os meios para que se garanta a integridade da infraestrutura física de suas dependências, a contratação de empresa prestadora de serviços continuados de manutenção preventiva, corretiva e preditiva está alinhada com as missões institucionais deste Regional.
- viii. Por fim, justifica-se a contratação, por todo exposto, acrescentando a este Tribunal notórios benefícios, entre eles:
  - a. Integridade das instalações;
  - b. Facilidade de transporte pelos usuários;
  - c. Atendimento ao público PcD.

### **A. JUSTIFICATIVA DA SOLUÇÃO:**

- i. A solução apontada, com fornecimento de mão-de-obra, vem sendo utilizada por diversos órgãos da APU, sendo a única tida como viável quando comparada com outras possíveis soluções.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- ii. Permite a execução objetiva da demanda, utilizando-se da estrutura empresarial das empresas especializadas. Contrário senso, a Administração teria que realizar a aquisição de materiais e, em certame distinto, terceirizar a execução dos serviços por meio de postos de trabalho, medida não recomendada pelos órgãos de controle.
- iii. Como é notório, o TRE-RO não possui disponibilidade de recursos humanos para execução direta deste serviço.

### **I. Do agrupamento dos serviços em item único de intenção:**

- i. A Corte de Contas da União tem o entendimento de que a regra nas contratações de serviços pela Administração Pública seja o parcelamento dos itens, sendo o agrupamento em item único a exceção, conforme pode se verificar no Acórdão 86/2004 - plenário - TCU.
- ii. No item 08.01 do acórdão citado, o relator vota pelo seguinte termo: " Se o parcelamento é, então, obrigatório, não poderá dele se afastar o gestor, a não ser **demonstrando a existência de condições para tanto**".
- iii. Em outro relato, em qualquer dos casos, a adjudicação em itens, a aglutinação (em grupos) ou divisão (em lotes), devem objetivar a ampliação da competitividade na licitação ou a melhor gestão contratual. Conforme outrora ponderou o então Ministro José Jorge do TCU:  
*"A adjudicação por grupo ou lote não é, em princípio, irregular, devendo a Administração, nesses casos, justificar de forma fundamentada, no respectivo [processo](#) administrativo, a vantagem dessa opção" [3]*

### **II. É o que esta unidade apresenta justificando a decisão pela **UNICIDADE DOS SERVIÇOS** fundamentando-se nas seguintes justificativas:**

#### **1. Aspectos técnicos:**

- i. Todos os serviços se referem a um plano uniforme de manutenções no sistema de elevação de passageiros, composto pelo conjunto de dois elevadores no edifício sede e um elevador no Fórum Capital. Esta unidade técnica entende que não é recomendável contratar serviços





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

descentralizados, situação capaz de produzir **conflitos técnicos** entre os diversos executores dos serviços, podendo levar a administração a lidar com o conhecido "jogo de empurra" onde um fornecedor sinaliza como sendo responsabilidade de outro e vice e versa. Além deste, há ainda a necessidade de compatibilização simultânea entre eles quanto aos prazos e intercorrências de partes de uma ação de manutenção sobre outra. Some-se a esses fatores o risco de atrasos parciais dos serviços por distintos fornecedores, situação que poderia resultar em maiores custos para o erário e eventualmente até na interrupção de uma manutenção por fatores externos;

ii. Em razão disto, no caso da contratação em questão, **não se mostra conveniente** a divisão do objeto (3 elevadores), **nem do ponto de vista técnico**, conforme demonstrado, nem sob a ótica **operacional** e também não atenderia à orientação da boa administração que se norteia, entre outros, pelo dever **de zelo e economicidade**, a saber:

a. **Unicidade do sistema**

i. Consoante asseverado, apesar de conter vários componentes, trata-se de um sistema único, qual seja, de transporte de passageiros, de mesma fabricante, com quadro de comandos semelhantes. Desse modo, nos parece contraproducente, física e tecnicamente, tentar subdividi-lo em partes para compor uma contratação por itens;

b. **Operacionalidade**

i. Por ser um sistema complexo, que requer expertise por parte do prestador de serviços para operacionalizar os equipamentos, caso o objeto fosse subdividido, e logrando-se vencedoras mais de uma licitante de acordo com a quantidade de itens, a operacionalização da execução contratual seria temerária, eis que, pela natureza do objeto, o gestor não teria como saber, por assim dizer, em eventual hipótese de um contratado de parte do objeto alegar que o problema de mau funcionamento do sistema elétrico seria de responsabilidade do outro contratado, vencedor de outro item. Não se trata de cogitação hipotética, mas de situações capazes de serem previstas pelo



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

administrador público, caso se optasse pela subdivisão do objeto no presente caso;

### **c. Zelo e economicidade**

i. O objeto pode ser descrito como Prestação de serviços comuns de engenharia para realização de serviços de manutenção preventiva, corretiva e preditiva, com fornecimento de mão de obra e materiais, consoante descrição completa no objeto deste instrumento. A descrição genérica e a descrição pormenorizada dos serviços a serem executados evidencia que, apesar de se pretender contratar pessoa jurídica, está implícito no objeto contratado a necessidade desta manter profissionais qualificados e capacitados para a execução dos serviços objeto do contrato;

ii. Conforme demonstrado, a segmentação dos serviços não se mostra viável pelos aspectos **operacional, técnico e econômico**, tornando-se, também, um certame mais atrativo para os licitantes este agrupamento em item único.

## **B. DA FASE DE PLANEJAMENTO**

1. **Estudo técnico preliminar (ETP)** - Inciso IV do Art. 3º, c/c o inciso I do Art. 8º do Decreto Federal n. 10.024/2019: O novo decreto do Pregão Eletrônico está em fase de implantação no órgão. Porém, o interesse público envolvido e a melhor solução ao problema a ser resolvido, elementos exigidos pela nova norma, estão demonstrados neste capítulo, pelo que se entende suprida a ausência de ETP.

## **4. DA CONFORMIDADE AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E AOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

### **A. DO PLANEJAMENTO E OBJETIVIDADE DA CONTRATAÇÃO**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- i. Com relação ao planejamento e a objetividade, de observação obrigatória, nos termos do art. 2º da Instrução Normativa 04/2008 deste Tribunal, este Termo de Referência detalha a aquisição de forma objetiva e leva em consideração as necessidades reais, históricas e futuras relacionadas, além de fornecer à Administração os elementos necessários ao adequado planejamento administrativo, financeiro e orçamentário.
- ii. Embora não esteja previsto expressamente no PEI 2015/2020 por certo está alinhado, de forma genérica, com o indicador estratégico de **APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA** na medida que busca a correta adequação da infraestrutura deste Tribunal, evitando dispêndio de recursos públicos com reposição ou intervenções super-onerosas.
- iii. Além disso, o objeto deste Termo de Referência está ajustado com o orçamento disponível para o exercício de 2019 e vem ao encontro **OBJETIVOS ESTRATÉGICOS** estabelecidos no **PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2015-2020 - MACRODESAFIOS** deste órgão, a saber:
  1. Garantir a legitimidade do processo eleitoral;
  2. Consolidar a credibilidade da Justiça Eleitoral, especialmente quanto à efetividade, transparência e segurança
- iv. Adotar-se-á como valores:
  - a. **Ética:** Atuação sob os princípios da honestidade, lealdade e dignidade;
  - b. **Transparência:** Garantia do acesso às informações, ações e decisões institucionais;
  - c. **Acessibilidade:** Garantir aos usuários o acesso simplificado e rápido a serviços e informações, observando os direitos de cidadania;
  - d. **Celeridade:** Atendimento da demanda do cidadão usuário no menor tempo possível;
  - e. **Responsabilidade social e ambiental:** Atitude responsável em relação aos critérios de sustentabilidade;
  - f. **Inovação:** Estímulo à criatividade e à busca de soluções diferenciadas;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- g. **Eficácia:** Atuar no sentido de alcançar os resultados planejados;
- h. **Comprometimento:** Atuação com dedicação, empenho e envolvimento em suas atividades;
- i. **Qualidade de vida do servidor:** Promover a melhoria da qualidade de vida de seus servidores.

### **B. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

- i. Como boa prática a ser observada na Administração Pública Federal, em que pesem as **Resoluções Nº 201 de 03/03/2015:** Dispõe sobre a criação e competências das unidades ou núcleos socioambientais nos órgãos e conselhos do Poder Judiciário e **Resolução TSE nº 23.474/2016:** Dispõe sobre a criação e competências das unidades ou núcleos socioambientais nos Tribunais Eleitorais, e da ausência de Resolução neste Regional, adotou-se como parâmetro para estabelecimentos dos critérios de sustentabilidade ambiental a IN n. 001/2010 - SLTI/MPOG.
- ii. De acordo com o art. 6º da IN n. 001/2010-SLTI/MPOG, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na contratação de execução de serviços pela Administração Pública Federal direta, na contratação de serviços, a Administração Pública poderá exigir critérios de sustentabilidade ambiental.
- iii. Dessa forma, pela natureza do objeto pretendido, a CONTRATADA deverá observar os itens I, IV e VII do artigo 6º da referida Instrução Normativa, abaixo transcritos:

*I – use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;*

*[...]*

*IV – forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;*

*[...]*

*VII – respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas*



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

*pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;*

- iv. Na execução dos serviços, **deverão ser utilizados**, sempre que o equipamento permitir, produtos biodegradáveis registrados no Ministério da Saúde e, após realizado, os equipamentos e o local deverão ser limpos, os móveis e equipamentos que eventualmente foram movimentados recolocados nos seus respectivos lugares e os resíduos sólidos acondicionados em sacos de material apropriado e descartados adequadamente pela CONTRATADA, conforme disciplinado neste Termo de Referência;
- v. Além disso, há ainda a preocupação com descarte ou reutilização dos resíduos sólidos - conforme disposto na Lei n. 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. O art. 35 desse normativo, estabelece, em síntese, que essa obrigação será exigível quando o município estabelecer um sistema de coleta seletiva pelo plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, situação em que se enquadra o Município de **Porto Velho**, que, por meio da Portaria Conjunta SEMA/SEMUSB nº, 30 de 17/05/2016, publicada no Diário Oficial do Município de Porto Velho, de 17/05/2016 (0307011), estabeleceu diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil, no âmbito de sua circunscrição;
- vi. Dessa forma, será exigido da futura CONTRATADA que no descarte e tratamento dos resíduos sólidos provenientes da execução dos serviços seja observada a legislação municipal para gestão dos resíduos sólidos existente no Município de Porto Velho;
- vii. Quaisquer outras normas de proteção ambiental expedidas pelos órgãos de fiscalização, em todas suas esferas, e que se apliquem ao município de Porto Velho/RO, deverão ser de observação obrigatória, independente de transcrição neste Termo de Referência.

## **6. DO PREÇO GLOBAL DE REFERÊNCIA**

- i. O valor global **estimado** desta contratação é de **R\$ 227.199,96 (duzentos e vinte e sete mil cento e noventa e nove reais e noventa e seis centavos)**.
- ii. Frisamos o termo **estimado** pelo fato de, por natureza, os serviços de engenharia possuírem margem de imprecisão intrinsecamente relacionado à sua natureza. Assim, se pronuncia o IBRAOP:

" OT-IBR 004/2012 4.5: O grau de precisão de orçamento pode sofrer influência em razão do tipo de serviço que se está sendo orçado, pois os quantitativos de alguns serviços têm maior imprecisão em sua estimativa".



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

iii. Na mesma linha de raciocínio, e de forma recente, votaram os ministros no acórdão 1608/2018 - plenário - TCU:

**"os projetos de engenharia possuem uma imprecisão intrínseca, de modo que é impossível a exata identificação de todos os seus elementos constitutivos".**

iv. Na elaboração dos orçamentos de referência, os órgãos e entidades da Administração Pública Federal poderão considerar especificidades locais ou de projetos na elaboração das respectivas composições de custos unitários, desde que demonstrada a pertinência dos ajustes para a obra ou serviço de engenharia a ser orçado em relatório técnico elaborado por profissional, em conformidade com o Art. 8º do Decreto 7.983/2013.

v. O decreto 7.983, de 8 de abril de 2013, estabelece que o custo de obras e serviços de engenharia seja mensurado pela tabela SINAPI, veja-se:

***Art. 3º - O custo global de referência de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços e obras de infraestrutura de transporte, será obtido a partir das composições dos custos unitários previstas no projeto que integra o edital de licitação, menores ou iguais à mediana de seus correspondentes nos custos unitários de referência do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - Sinapi, excetuados os itens caracterizados como montagem industrial ou que não possam ser considerados como de construção civil.***

vi. Contudo, pela natureza dos serviços, a tabela SINAPI não abrange serviços de natureza de engenharia mecânica para manutenções em elevadores.

vii. Sendo assim, em situações excepcionais, quando da indisponibilidade de valor de referência no SINAPI, mediante justificativa, foram adotados valores de referência obtidos a partir de outras fontes ou metodologias, conforme o art. 6º do Decreto 7.983/2013:

**"Em caso de inviabilidade da definição dos custos conforme o disposto nos arts. 3º ao 5º, a estimativa de custo global poderá ser apurada por meio da utilização de dados contidos em tabela de referência formalmente aprovada por órgãos ou entidades da Administração Pública Federal em publicações técnicas especializadas, em sistema específico instituído para o setor ou em pesquisa de mercado"**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

viii. Apesar do TCU não recomendar a restrição da estimativa com preços apenas por 3 empresas do ramo (**item 9.3.2 do Acórdão TCU n. 718/2018 - Plenário**), percebe-se a dificuldade que a Administração Pública enfrenta sempre que precisa orçar os serviços necessários para atingir suas missões, com suas especificidades próprias, conforme se observa no evento [0475310](#) com as inúmeras tratativas com as empresas potenciais em atender o objeto deste TR.

ix. Desta forma, devido à indisponibilidade de referencial exigentemente similar para esta contratação, a unidade procedeu à estimativa de preços baseando-se em cotações expedidas para o mercado local, além disso, obtemos como referência o preço de um contrato firmado pela Administração Pública com objeto semelhante deste TR, conforme posto na tabela abaixo.

x. O valor estimado foi obtido a partir da média de valores advindas dos preços praticados em mercado, conforme descrito na tabela a seguir:

REFERÊNCIA		VALOR MENSAL	VA
A	<b>COTAÇÃO VILLARTA</b> <b>CNPJ: 37.445.822/0001-96</b> <b>SEI: <a href="#">0475310</a></b>	R\$ 6.000,00	I
B*	<b>COTAÇÃO CONEC</b> <b>CNPJ: 37.445.822/0001-96</b> <b>SEI: <a href="#">0475310</a></b>	R\$ 3.600,00	I
C	<b>COTAÇÃO ELEVAENGE</b> <b>CNPJ: 09.283.075/0001-00</b> <b>SEI: <a href="#">0475310</a></b>	R\$ 7.833,33	I
D	<b>CONTRATO N. 8/2018 JFRO X</b> <b>THYSSENKRUPP ELEVADORES S/A</b> <b>SEI: <a href="#">0475310</a></b>	R\$ 5.100,00	I
	<b>MÉDIA/ESTIMATIVA OBTIDA</b> <b>((A+C+D)/3)</b>	<b>R\$ 6.311,11</b>	I

*\*A cotação B foi desconsiderada, tendo em vista que a unidade técnica entende que o referido preço subestima o valor do objeto do certame.*

xi. Nesse caso, as fichas de composição de custos referenciais estão juntadas ao Anexo I - pesquisa de preços (Evento SEI N. [0475310](#)), com indicação dos procedimentos adotados.





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **N1 - INAPLICABILIDADE DE BDI PARA OS SERVIÇOS:**

**BDI** é a sigla de *Budget Difference Income* que significa Benefícios e Despesas Indiretas (também designado por Bonificação). Consiste em um elemento que compõe um orçamento, normalmente alcançado através de taxas que incidem sobre o custo do empreendimento definindo o custo total. Na **Decisão 255/1999 – Primeira Câmara**, o TCU definiu a Bonificação de Despesas Indiretas – BDI: *"Conceitualmente, o BDI é definido como "um percentual aplicado sobre o custo direto para se chegar ao preço de venda a ser apresentado ao cliente e tem a seguinte fórmula:  $PV=PC \times (1+BDI)$ , sendo  $PV=Preço de Venda$  e  $PC=Custo Direto$ . O valor do BDI é, portanto, apresentado como uma fração do custo Direto. [...]"*. O Instituto de Engenharia conceitua BDI como *"o resultado de uma operação matemática para indicar a margem que é cobrada do cliente incluindo todos os custos indiretos, tributos, etc. e logicamente, sua remuneração pela realização de um empreendimento."* Nesta contratação a Administração não está exigindo a composição dos custos unitários para a prestação dos serviços porque está elecando todos os insumos que compreendem as atividades. Além disso, é usual no mercado - e nas contratações públicas - que as empresas cotem de forma global, dando um "preço global fechado" para a execução dos serviços, no qual inclui todos os seus custos diretos e indiretos;

**I - O Preço Global** anual estimado da contratação é o preço máximo de aceitação pela Administração;

## **7. DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO**

- i. É fundamental que o órgão CONTRATANTE preveja os recursos orçamentários específicos que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executados no curso do exercício financeiro, de acordo com o cronograma físico-financeiro presente no Termo de Referência.
- ii. Preliminarmente, verifica-se que o objeto desta contratação não se enquadra em hipótese de exceção ao dispositivo legal que determina aos contratos que tenham vigência limitada aos respectivos créditos orçamentários anuais, conforme art. 57 da Lei nº 8.666/93
- iii. O TCU vem reiterando que os ordenadores de despesa observem os dispositivos legais da lei 4.320/1964, que institui normas gerais sobre Direito Financeiro, conforme o acórdão 645/2007 - plenário - TCU:



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

"Abstenha-se de realizar despesas sem cobertura contratual, procedendo à emissão de empenho anteriormente à prestação dos serviços, de forma a não contrariar o disposto nos arts. 60, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993, 60 da Lei nº 4.320/1964 e 24 do Decreto nº 93.872/1986. Acórdão 645/2007 Plenário

iv. Sendo assim, quando convocada a Adjudicatária para assinatura do contrato, em respeito aos artigos 58 e 60 da lei 4.320/1964 conjuntamente com a jurisprudência da Corte de Contas, a dotação necessária para assinatura do contrato poderá ser custeada com os recursos apresentados na tabela a seguir, desde que disponíveis, conforme planilha SEI [0444249](#):

<b>Categoria</b>	<b>Orçamento ordinário</b>
<b>Agregador</b>	<b>Manutenção Predial</b>
<b>Despesa agregada</b>	<b>Contrato de Manutenção preventiva e corretiva de elevadores</b>
<b>Plano interno</b>	<b>AIEF MANPRE</b>
<b>Valor registrado</b>	<b>R\$ 65.000,00</b>

## **8. DO CERTAME LICITATÓRIO**

i. Ciente de que a Assessoria Jurídica deste órgão é competente para indicar a modalidade licitatória dos certames, em consonância com o art. 11º da IN 004/2008, esta unidade pondera para o certame competitivo a modalidade **pregão eletrônico, sob o regime de empreitada por preço global, sob a forma de execução indireta, do tipo menor preço auferido pelo MENOR VALOR GLOBAL ofertado, com modo de disputa por lances abertos e fechados, na forma do Art. 33 do Decreto Federal n. 10.024/2019.**

ii. Os serviços demandados se enquadram como **comuns**, uma vez que apresentam padrões claros de desempenho e de qualidade, objetivamente definidos neste termo de referência, compatíveis com o



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

padrão de mercado, nos termos do art. 3º, inciso II, do Decreto nº 10.024/2019.

iii. Ainda que os serviços objeto da licitação possam sugerir, a priori, certa complexidade, não há óbices para que sejam enquadrados como serviços comuns, eis que pautados de especificações usuais de mercado e detentores de padrões objetivamente definidos neste termo de Referência, consoante entendimento do Acórdão 188/2010 - TCU - Plenário, de modo que as especificações necessárias para perfeita entrega do objeto estão predefinidas no capítulo II deste TR, afastando a complexidade e cunho intelectual dos serviços.

iv. A opção pela realização de Pregão para contratação de serviços que anteriormente se utilizava somente a modalidade Concurso ou Concorrência tipo Técnica e Preço, encontra respaldo na **Súmula TCU nº 257**, que consolidou seu posicionamento quanto ao cabimento do **pregão para contratação de serviços comuns de engenharia**:

*“O uso do pregão nas contratações de serviços comuns de engenharia encontra amparo na Lei nº 10.520/2002.”*

v. A citada Súmula foi aprovada pelo **Acórdão nº 841/2010 – Plenário**, no qual a Corte de Contas entendeu que o pregão deve ser utilizado para a contratação de serviços de engenharia comuns, a fim de propiciar a ampliação da competitividade e a obtenção de propostas mais vantajosas.

### **A. INAPLICABILIDADE DO REGIME DE EXCLUSIVIDADE NA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NO CERTAME**

i. O valor total estimado da contratação pretendida excede R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) estabelecidos pelo art. 49, I, da LC 123/2006 e pelo art. 9º, I, do Decreto Federal nº 8.538/2015, patamar que afasta a exclusividade de participação no certame de microempresas e empresas de pequeno porte.

### **B. DA PROPOSTA**

i. A proposta deverá ser apresentada nos moldes do exemplo constante no **Anexo II - Modelo de Proposta**, evento [0475312](#);

ii. Por tratar-se de MODELO, a Licitante poderá adequar o Modelo para atender suas necessidades, desde que mantidos **TODOS OS ELEMENTOS** constantes no modelo;

iii. Não serão aceitas as propostas com valores considerados inexequíveis.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- iv. Na avaliação das propostas, é dispensada a timbragem dos documentos de habilitações e qualificações técnica operacional e profissional com o edital da respectiva licitação. Fonte: Acórdão 357/2015 - Plenário - TCU.

### **C. DAS VISITAS AOS LOCAIS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.**

- i. É facultado ao Licitante realizar visita aos locais de execução dos serviços até o dia útil anterior à data de apresentação de propostas. As visitas deverão ser marcadas com antecedência de pelo menos 24 (vinte e quatro) horas com os servidores da Seção de Manutenção Predial - SEMAP, Av. Presidente Dutra, n. 1889, bairro Baixa da União, Porto Velho/RO, ou através dos telefones (69) 3211-2028/2119/2072, ou ainda, pelo e-mail [semap@tre-ro.jus.br](mailto:semap@tre-ro.jus.br), devendo ser realizada entre os horários de 11h00 (onze) às 17h00 (dezesete) horas, de segunda a sexta-feira. No pedido de visita deverá constar claramente as datas e os locais onde serão realizadas as visitas;
- ii. É de inteira responsabilidade da licitante a verificação "*in loco*" das dificuldades e dimensionamento dos dados necessários à apresentação da Proposta. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser avocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais estabelecidos;
- iii. Os custos de visita aos locais dos serviços correrão por exclusiva conta da licitante;
- iv. Nas datas e horários marcados para visita, o representante da licitante deverá comparecer ao local munido de documento que o identifique e indique como representante da licitante;
- v. Não haverá condicionantes, por parte da Administração, que resultem em ônus desnecessário às licitantes e importem restrição injustificada à competitividade do certame, podendo ser realizada a visita por qualquer preposto da licitante, conforme o Acórdão 234/2015 - TCU - Plenário;
- vi. O comparecimento ao local de execução é uma faculdade do licitante, sendo suficiente a declaração própria de que o mesmo conhece as condições locais para execução do objeto, conforme **Acórdão 714/2014 - TCU - Plenário**;
- vii. A visita do licitante será atestada em modelo próprio, conforme o Anexo III (evento sei n. [0475313](#)) e, caso o optante não a realize, conforme o item acima, deverá emitir declaração própria de conhecimento das condições do local de execução, conforme o Anexo IX (evento sei n. [0475327](#)).

### **D. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- i. Poderão participar deste Pregão Eletrônico, empresas do ramo, individualmente, que estejam previamente credenciados no SICAF (nível básico do registro cadastral) por meio do site [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), para acesso ao sistema eletrônico, e que preencham os requisitos de habilitação previstos no edital.

## **E. DAS HABILITAÇÕES E QUALIFICAÇÕES EM GERAL**

### **I. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA**

- i. A documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso, consistirá, de acordo com o art. 28 da lei 8.666/1993:
- ii. Em se tratando de sociedades comerciais, apresentação do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor e respectivas alterações, devidamente registrado;
- iii. Em se tratando-se de sociedades por ações, os atos constitutivos deverão estar acompanhados de documentos de eleição de seus administradores, em ambos os casos comprovando que a empresa exerce atividades compatíveis com o objeto deste termo de referência.

### **II. DA HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA**

- i. A documentação relativa à habilitação fiscal e trabalhista, conforme o caso, consistirá, de acordo com o art. 29, da lei 8.666/1993 e posicionamentos do TCU, em:
- a. Prova de regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF ou, conjuntamente, os seguintes;
- b. Regularidade perante à Fazenda Federal e/ou Seguridade Social (INSS);
- c. Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- d. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

## **B. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

- i. Os licitantes deverão apresentar:
- a. **Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial ou Extrajudicial**, expedida pelo setor de distribuição do foro onde fica a sede da pessoa jurídica. Caso seja positiva a certidão de recuperação judicial ou extrajudicial, o Presidente da CPL exigirá que a licitante apresente a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei n.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação. A licitante em recuperação judicial ou extrajudicial, com plano de recuperação judicialmente acolhido, deverá, ainda assim, comprovar todos os demais requisitos de qualificação econômico-financeira previstos no edital e seus anexos.

- b. **Comprovação de patrimônio líquido mínimo** correspondente a 10% do valor total estimado do contrato, conforme entendimento do Tribunal de Contas da União (**Acórdão TCU n. 2.397/2017-Plenário**);

### **B. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL**

- i. Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado, conforme o **acórdão 2729/2018 - TCU - Plenário**.
- ii. **O TCU entende, ainda**, que estas exigências sejam indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações, verbis:

"A Jurisprudência do TCU (Súmula 263/2011) é no sentido de que a exigência de comprovação técnico-profissional e técnico-operacional devem ficar restritas às parcelas que sejam, cumulativamente, de maior relevância e valor significativo, e, ainda, quando indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."
- iii. Neste caso em tela, serão realizados serviços de manutenção em três elevadores de passageiros, sendo dois no Edifício Sede e um no Edifício do Fórum.
- iv. Tecnicamente, esta unidade entende que a parcela de execução de dois elevadores do edifício sede é a parcela de maior relevância, sendo exigida comprovação técnica operacional e profissional de, no mínimo, 50%, de modo a assegurar que a CONTRATADA tem aptidão para conclusão dos serviços, restando em uma experiência mínima de execução de serviços em, pelo menos, 1 (um) elevador de passageiros, pelo período ininterrupto de 18 meses com o mesmo contratante, devendo ter realizado serviços em elevadores, com, pelo menos, as seguintes características:
  - a. Ventilador
  - b. Dispositivo de excesso de carga
  - c. Resgate automático (Dispositivo de falta de energia)





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

d. Acionamento duplex.

v. Sendo assim, a qualificação técnica-operacional da pessoa jurídica será comprovada mediante:

a. Certidão válida de **registro** da empresa licitante no conselho competente da região a que estiver vinculada e que comprove atividade relacionada com o objeto da licitação (Acórdão 2472/2019 - Primeira Câmara);

b. Comprovação, por meio de **atestado técnico** de que a **empresa licitante prestou serviços**, com características semelhantes às **PARCELAS DE MAIOR RELEVÂNCIA DO OBJETO, com fração de 50%, conforme o inciso IV, a,b,c,d, acima**, deste Termo de Referência, para a qual é exigido profissional devidamente habilitado para prestação do serviço.

vi. Os atestados poderão ser provenientes de pessoa jurídica de direito público ou privado.

vii. Tratando-se de pessoa jurídica de direito público deverão identificar e conter a assinatura do agente público responsável por sua emissão.

viii. Tratando-se de pessoa jurídica de direito privado, deverá ser identificada e conter a assinatura do representante legal da emitente, estando as informações ali contidas sujeitas à verificação de sua veracidade durante o certame licitatório.

ix. Todos atestados de capacidade técnica operacional deverão serem apresentados juntamente com a ART/RRT dos serviços que eles atestam. Preferencialmente que conste expresso no texto do atestado a indicação do número da ART/RRT. Justifica-se tal exigência pelo acréscimo considerável da segurança quanto à documentação apresentada pelas licitantes, maior rapidez no certame - pela ausência de diligências - e atendimento às normas abaixo listadas:

Art. 1º da Lei 6.496 de 7 de dezembro de 1977, "*Todo contrato, escrito ou verbal, para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à Engenharia, à Arquitetura e à Agronomia fica sujeito à "Anotação de Responsabilidade Técnica" (ART)*" (grifo nosso);

Art. 13 da Resolução 1.025 de 30 de outubro de 2009, "*Para os efeitos legais, somente será considerada concluída a participação do profissional em determinada atividade técnica a partir da data da baixa da ART correspondente*" (grifo nosso);





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Art. 14 da Resolução citada no item ii., acima, "*O término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função*" (grifo nosso).

- x. Não será permitida a somatória de atestados para atingir o mínimo estabelecido da parcela de maior relevância.
- xi. Justifica-se o **impedimento da somatória de atestados** pela complexidade e interoperabilidade dos projetos em análise, que envolvem mais de uma edificação compartilhando os mesmos sistemas, exigindo conhecimentos técnicos específicos característicos de obras com dimensões similares.
- xii. A comprovação do vínculo profissional dos responsáveis técnicos com a licitante, prevista no art. 30 da lei n. 8.666/1993, deve admitir a apresentação de cópia da carteira de trabalho - CTPS -, em que conste o licitante como contratante, do contrato social do licitante em que conste o profissional como sócio, do contrato de trabalho ou, ainda, declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional, com conformidade com o **Acórdão 498/2013 - TCU - Plenário**.
- xiii. A licitante deverá declarar que até a data da assinatura do contrato originado nesta contratação, disporá de sede, filial ou, no mínimo, preposto constituído pela empresa no **Estado de Rondônia** e que disponibilizará todas as instalações, equipamentos, ferramental e pessoal adequado para a execução dos serviços (**conforme modelo contido Anexo IV - [0475314](#)**, sendo que, a critério do CONTRATANTE tais instalações estarão sujeitas a vistoria técnica).
- xiv. A licitante, deverá, ainda, declarar que detém conhecimento das tecnologias e habilidades necessárias para perfeita execução dos serviços, sob pena de aplicação da penalidade prevista no **inciso v, item C, do capítulo 12**.
- xv. A licitante deverá comprometer-se a entregar, devidamente preenchido, o índice de documentos de qualificação técnica, conforme o modelo anexo VII (evento sei n. [0475323](#)).

## **H. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA-PROFISSIONAL**

- i. A Jurisprudência do TCU (**Súmula 263/2011**) é no sentido de que a exigência de comprovação técnico-profissional e técnico-operacional devem ficar restritas às parcelas que sejam, cumulativamente, de maior relevância e valor significativo, e, ainda, quando indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- ii. Neste caso, aplicam-se, no que compatível aos profissionais, as mesmas disposições aplicadas aos requisitos de habilitação técnica-operacional.
- iii. Para qualificação técnica-profissional será considerada:
  - a. comprovação de aptidão técnico-profissional consistente na apresentação de uma ou mais **Certidões de Acervo Técnico - CAT** - expedidas pelo Conselho de Classe competente, em nome dos profissionais que exercerão as funções de responsáveis técnicos para os serviços definidos **neste termo de referência**, comprovando a execução de serviços semelhantes às **PARCELAS DE MAIOR RELEVÂNCIA** do objeto, conforme indicado **neste capítulo, item G, IV**.
- iv. Deverá ser exigida declaração dos profissionais indicados pela licitante aceitando o exercício da função de Responsável Técnico pelos respectivos serviços, conforme Anexo VIII (Evento SEI N. [0475325](#)) deste termo de referência.
- v. Conterá, ainda, a **Certidão de Registro** dos profissionais indicados perante os respectivos conselhos profissionais (Acórdão 2472/2019 - Primeira Câmara).

### **I. JUSTIFICATIVA PARA EXIGÊNCIA DE QUANTIDADES MÍNIMAS**

- i. Decorre das decisões do TCU o entendimento no sentido que a comprovação da qualificação técnica deve abranger tanto o aspecto operacional como o profissional. Veja-se:

“Em diversas assentadas, este Tribunal reconheceu como válida a exigência de comprovação de ambos os ângulos da capacitação técnica, que deverá abranger tanto o aspecto operacional (demonstração de possuir aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto do certame) como o profissional (deter, no quadro permanente, profissionais aptos a executar serviço de características semelhantes àquele pretendido pela Administração). Nesse sentido, vale destacar as Decisões 395/1995 – Plenário, 432/1996 – Plenário, 217/1997 – Plenário, 285/2000 – Plenário, 2.656/2007 – Plenário, bem como o Acórdão 32/2003 – 1.<sup>a</sup> Câmara” (Acórdão 1.265/2009, Plenário, rel. Min. Benjamin Zymler).

- “(...) 6. O cerne da discussão está relacionado à interpretação que se deve dar à parte final do aludido dispositivo – **‘vedadas as exigências de quantidades**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**mínimas**'. Admitir-se-iam duas interpretações: a primeira, no sentido de que não seria possível exigir quantidades mínimas relativamente aos serviços objeto dos atestados fornecidos, e a segunda, de que não seria aceita exigência de quantidades mínimas de atestados.

Entendo que a primeira interpretação não é a que mais se coaduna com o interesse da Administração de se resguardar quanto à real capacidade técnica da licitante de prestar adequadamente os serviços pactuados. Especialmente em serviços de maior complexidade técnica, como os que envolvem o objeto do pregão promovido pela Ceron, seria imprescindível a apresentação de atestado de capacidade técnico-profissional com exigência de quantitativos mínimos, sob pena de a Administração atribuir responsabilidade pela prestação dos serviços a profissionais que não detêm capacidade técnica demonstrada na execução de serviços de porte compatível com os que serão efetivamente contratados.

Por isso, sou de opinião que a interpretação mais adequada do art. 30, § 1.º, I, in fine, da Lei 8.666/1993, é a de que é possível, e até mesmo imprescindível à garantia do cumprimento da obrigação, delimitar as características que devem estar presentes na experiência anterior a ser comprovada pelas licitantes – compatíveis com o objeto pactuado –, **aí se inserindo a exigência de quantitativos mínimos** concernentes ao objeto que se pretende contratar” (Acórdão 3.070/2013, Plenário, rel. Min. José Jorge).

**Súmula 263 do TCU:** “Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.”



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### ii. O Professor **Marçal**, leciona:

"[...]Como regra, ambos os ângulos do conceito de “experiência anterior” são relevantes. Quando se trata de obras e serviços de engenharia, é muito comum a necessidade de comprovação de ambos os aspectos da experiência anterior. Ou seja, a Administração Pública somente disporá de um mínimo de segurança acerca da idoneidade do sujeito quanto obtiver comprovação acerca desses dois ângulos da qualificação técnica. Não basta para a Administração dispor de informações de que uma certa empresa executou uma obra semelhante, no passado, se não existirem indicações de que esse licitante dispõe, em seus quadros permanentes, de um profissional experiente. Por outro lado, é insuficiente uma certa empresa dispor em seus quadros de profissionais experientes sem que ela própria tivesse no passado enfrentado o desafio de executar obra similar.

Existem hipóteses, no entanto, em que a situação pode apresentar outro perfil. Isso se passa, por exemplo, quanto aos serviços comuns, que não demandam comprovação de qualificação técnica profissional. Há casos de serviços de engenharia (elaboração de um projeto básico, por exemplo) que podem ser satisfeitos sem o concurso de uma estrutura empresarial. Basta a qualificação técnica profissional para satisfação da habilitação técnica. (**Marçal - Comentários à lei de licitações e contratos Administrativos - 2ª ed, e-book, baseada na 17ª edição impressa, in Thomson Reuters - Revista dos Tribunais**).

Na mesma linha, a fixação de quantidades mínimas para comprovação da experiência profissional também está assentada pelo **STJ**: “A melhor inteligência da norma ínsita no art. 30, § 1.º, I (parte final) , da Lei de Licitações orienta-se no sentido de permitir a inserção no edital de exigências de quantidades mínimas ou de prazos máximos quando, vinculadas ao objeto do contrato, estiveram assentadas em critérios razoáveis” (**REsp 466.286/SP, 2.ª T., rel. Min. João**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Otávio de Noronha, j. em 07.10.2003, DJ de 20.10.2003)."**

iii.Dessa forma, foi definida a comprovação da execução de serviços semelhantes na **fração de 1/2 das parcelas de maior relevância**, de acordo com a jurisprudência do TCU, **vg, Acórdão TCU nº 1.214/2013-Plenário.**

### **9. DO CONTRATO**

#### **A. PROCEDIMENTOS PRÉVIOS E REGRAS GERAIS DO CONTRATO**

- i.Havendo disponibilidade orçamentária e interesse da Administração na contratação, a Adjudicatária será formalmente convocada para assinatura do contrato, adaptado à proposta vencedora, observadas as disposições da Lei n. 10.520/2002 e, de forma subsidiária, a Lei n. 8.666/93.
- ii.No ato da assinatura do contrato a licitante vencedora deverá apresentar regularidade junto ao **SICAF** e, caso não comprove, deverá exibir, no prazo fixado para sua assinatura, certidões comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Conselho Nacional de Justiça. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF e de outras certidões, o contratado deverá regularizar a sua situação no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e neste termo de referência.
- iii.Verificada a conformidade dos documentos exigidos, a Administração disponibilizará por e-mail um canal eletrônico de comunicação de dados (link) para que a CONTRATADA realize seu cadastramento no Sistema Eletrônico de Informações – SEI do TRE-RO.
- iv.Na eventualidade de problemas na utilização do SEI, a Administração remeterá, por e-mail, arquivo digital contendo o inteiro teor do contrato para impressão, assinatura e devolução direta ou via postal. Nessa situação, contar-se-á o prazo de 02 (dois) dias úteis a partir da data de confirmação de recebimento do e-mail pela CONTRATADA;
- v.O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

vi.A CONTRATADA deverá indicar, até a data da assinatura do contrato, PREPOSTO no município de Porto Velho para representá-la junto ao CONTRATANTE, sem qualquer ônus, podendo este executar suas tarefas nas dependências do CONTRATANTE, sendo esta autorização, quando em horário de expediente normal ser realiada pelo Gestor do Contrato.

vii.O PREPOSTO deverá ficar disponível para supervisionar os serviços de forma que os profissionais possam cumprir os prazos e condições previstos no contrato.

viii.A CONTRATADA deverá fornecer, no mínimo, 02 (dois) números telefônicos, 01 (um) Correio eletrônico, para servirem como canais de comunicação entre o CONTRATANTE e o fiscal/gestor da CONTRATADA, podendo ser utilizado outro meio de comunicação, desde que seja efetivamente utilizado pelo preposto da CONTRATADA.

ix.Os dados previstos no item anterior devem ser mantidos atualizados pela CONTRATADA pelos e-mails gabsti@tre-ro.jus.br; segov@tre-ro.jus.br.

x.O descumprimento injustificado, pela compromissária, das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação, situação em que os licitantes remanescentes poderão ser chamados na ordem de classificação para fazê-lo em igual prazo e condições (§ 2º do art. 64 da Lei n. 8.666/93), sujeitando-se a compromissária, também, à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor adjudicado (**art. 7º da Lei n. 10.520/2002 - Não celebrar o contrato**).

xi.À relação contratual, além das disposições previstas no Edital de Pregão, aplicam-se:

- a. Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/93 e, supletivamente,
- b. A Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e as regras gerais do Código Civil Brasileiro;
- c. Resolução TSE n. 23.234, de 25/03/2010, utilizando-se subsidiariamente da Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 5, de 26.05.2017 e suas alterações posteriores;





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- d. Resolução CNJ n. 182, de 17/10/2013, utilizando-se subsidiariamente da Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 4, de 11/09/2014;
  - e. Instrução Normativa TRE-RO nº 004/08 - ou outra norma do TRE-RO que venha a substituí-la ou alterá-la.
- xii. Integrarão o contrato, para todos os efeitos legais o edital de Pregão e seus Anexos e a proposta vencedora da contratada, independentemente de transcrição.
- xiii. Com a assinatura do contrato, a CONTRATADA se obriga a realizar o objeto da licitação nas condições, preços e prazos estabelecidos pelas regras contratuais, no edital de Pregão e seus anexos e na sua proposta, sob pena da aplicação das sanções legais, editalícias e contratuais.

### **B. DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO SERVIÇO**

- i. É de responsabilidade da CONTRATADA a gestão da mão de obra necessária para a realização dos serviços objeto deste Termo de Referência.
- ii. Todos os materiais a serem empregados serão novos, comprovadamente de primeira linha, de qualidade extra ou superior e certificados pelo INMETRO, sendo rejeitados os classificados como linha popular ou econômica, devendo ser submetidas amostras à aprovação da FISCALIZAÇÃO antes do seu emprego.
- iii. A CONTRATADA deverá atender todas as demandas do CONTRATANTE, que serão solicitadas levando em consideração a natureza e/ou especialidade do serviço ou solicitação do gestor/fiscal da contratação e poderão ser precedidas, ou não, de proposta de orçamento, solicitada previamente à contratada.
- iv. O período para execução dos serviços será, em regra, de **segunda à sexta-feira das 08:00 às 17:00 horas**, contudo, considerando a natureza do serviço ou impossibilidade de execuções nesse período ou horário, a critério do gestor/fiscal, os serviços poderão ser executados em horários diversos, nos finais de semana, feriados ou no período noturno.
- v. Os serviços somente serão iniciados mediante emissão prévia de Ordem de Serviço (OS) e, apresentação pela CONTRATADA da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- vi. A ART deve ser apresentada ao CONTRATANTE devidamente REGISTRADA, em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da Ordem de Serviço.
- vii. O prazo de início dos serviços será contado da data da entrega da ART pela contratada.
- viii. A não apresentação injustificada da Anotação de Responsabilidade Técnica poderá ocasionar a rescisão do contrato, independentemente de ter a CONTRATADA iniciado a execução ou não.
- ix. Em casos de impossibilidade de emissão da ART, justificadamente, ouvido o Gestor do Contrato, a Autoridade competente poderá dilatar o prazo anterior.
- x. Os serviços realizados que impliquem em ônus extra ao CONTRATANTE e que não tenham sido autorizados e aprovados, serão desconsiderados para fins de pagamento, não cabendo à CONTRATADA qualquer alegação em contrário.
- xi. Os serviços somente serão considerados executados mediante A CERTIFICAÇÃO MENSAL pelo Fiscal do Serviço conjuntamente com o Gestor da demanda.

### **C. DA SUBCONTRATAÇÃO**

- i. Com fundamento no art. 72 da Lei nº 8.666/93 e precedentes do TCU (vg Acórdão TCU n. 2198/2015 - Plenário) será permitida a **SUBCONTRATAÇÃO PARCIAL** do objeto do contrato, possibilitando a CONTRATADA, mantida sua integral responsabilidade decorrente da execução da demanda, **SUBCONTRATAR ATÉ 50% DO VOLUME TOTAL DOS SERVIÇOS**. A subcontratação observará as regras abaixo:
- ii. A CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE, previamente ao início das atividades, as seguintes informações da subcontratada:
  - a. Razão Social;
  - b. CNPJ;
  - c. Nome e CPF do(s) sócio(s);
  - d. Comprovantes de regularidade perante a Fazenda Federal, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa Trabalhista (TST) e Comprovação de existência de registro no Cadastro Nacional de Condenações por Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça (CNJ);



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- e. Relação detalhada dos serviços que serão subcontratados;
- f. Justificativa para subcontratação.

- iii. Caberá ao CONTRATANTE, ouvido o gestor do contrato, autorizar ou não a subcontratação.
- iv. Os trabalhos da empresa subcontratada deverão submeter-se à coordenação da CONTRATADA de modo a proporcionar o andamento harmonioso, em seu conjunto, permanecendo sob inteira responsabilidade da CONTRATADA o cumprimento das obrigações contratuais.
- v. A subcontratação de partes do objeto não libera a CONTRATADA de quaisquer responsabilidades legais - inclusive trabalhistas - e/ou contratuais sobre os serviços executados pela subcontratada, nem pela conduta dos prestadores de serviço da subcontratada quando nas dependências do CONTRATANTE.

### **D. DA VIGÊNCIA E DO PRAZO DE EXECUÇÃO**

- i. O prazo de **vigência e execução** do contrato será de **36 (trinta e seis) meses**, podendo ser prorrogado, a juízo da Administração e justificada pela Autoridade competente, obedecidas as normas legais, entre elas:
  - a. prestação regular dos serviços;
  - b. não aplicação de punições de natureza pecuniária por três vezes ou mais;
  - c. manutenção do interesse da Administração na realização do serviço;
  - d. manutenção do interesse pelo Contratado;
  - e. manutenção da vantajosidade econômica do valor do contrato para a Administração, comprovada por meio de pesquisa de mercado para serviços similares ou consulta em contratos semelhantes em âmbito da APU (arts. 3º e 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93);
  - f. concordância expressa da Contratada pela prorrogação.
- ii. Os períodos de prorrogações do contrato poderão ser diferentes do período inicial, desde que atendida a finalidade pública, precipuamente, conforme leciona **Marçal Justen Filho** (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 14ª edição. Ed. Dialética, São Paulo, 2010, p. 730).

"É obrigatório respeitar, na renovação, o mesmo prazo da contratação original? A resposta é negativa, mesmo que o texto legal aluda a "iguais". **Seria um**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**contrassenso impor a obrigatoriedade de prorrogação por período idêntico. Se é possível pactuar o contrato por até sessenta meses, não seria razoável subordinar a Administração ao dever de estabelecer períodos idênticos para vigência.**

Isso não significa autorizar o desvio de poder. Não se admitirá que a Administração fixe períodos diminutos para a renovação, ameaçando o contratado que não for simpático."

- i. Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:
- a. alteração do projeto ou especificações, pela Administração;
  - b. superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;
  - c. interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;
  - d. aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;
  - e. impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;
  - f. omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

## **E. DO EVENTUAL REAJUSTE DOS PREÇOS DO CONTRATO**

- i. Os preços dos serviços objeto do contrato, desde que observado o interregno mínimo de um ano, contado da data limite para apresentação da proposta (art. 3º, § 1º da Lei nº 10.192/2001 e Acórdão TCU nº 19/2017 - Plenário) ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, contado da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato (art. 40, XI, c/c o art. 55, III, da Lei nº 8.666/93),



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

adotando-se a variação acumulada do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA**, por ser mais compatível com a variação de preços do objeto licitado.

- ii. O reajuste não incidirá sobre os serviços executados previamente à data-base da majoração dos valores, incidindo, apenas, sobre os serviços ainda não executados.

### **F. DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO**

- i. O contrato poderá ser objeto de alterações nas situações e limites definidos pelo art. 65 da Lei n. 8.666/93.

### **G. DO EVENTUAL REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

- i. É permitido o reequilíbrio econômico financeiro nos casos previstos no item d do Inciso II do Art. 65 da Lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei 8.883 de 1994, verbis:

"Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual."

- ii. É **vedado o reequilíbrio** quando houver alteração do regime tributário ao qual a CONTRATADA está sujeita, por não se tratar esta hipótese de fato imprevisível, ou previsível, porém de consequências incalculáveis, retardador ou impeditivo da execução do ajustado, ou, ainda, caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe previsto no art. 65, II, "d", da Lei n. 8.666/93

### **H. DA GARANTIA**

- i. O recebimento e certificação pela unidade técnica realizado mensalmente pelo CONTRATANTE, não exclui a responsabilidade civil da contratada pela solidez e segurança dos serviços e dos materiais empregados, nem libera das obrigações durante o período de garantia previsto para o serviço.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- ii. Durante o prazo de garantia, a contratada ficará obrigada a reparar quaisquer defeitos relacionados à má execução dos serviços e ou materiais empregados na execução, sempre que houver solicitação, e sem ônus para o CONTRATANTE.
- iii. Independentemente da vigência do contrato, os serviços executados deverão ter garantia, sendo o prazo definido em:
  - a. 6 MESES PARA OS MATERIAIS EMPREGADOS
  - b. 12 MESES PARA OS SERVIÇOS
- iv. A contratada deverá apresentar, em **até 10 (dez) dias úteis** após a assinatura do contrato, garantia contratual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, na forma e nas modalidades estabelecidas no art. 56, §1º, da Lei nº 8.666/93, a saber:
  - a. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
  - b. Seguro-garantia;
  - c. Fiança bancária **emitida por instituição financeira autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil (Acórdão n. 2467/2017 – TCU – Plenário).**
- v. A não apresentação da GARANTIA, injustificadamente, poderá ocasionar a rescisão do contrato, independentemente de ter a CONTRATADA iniciado a execução ou não.
- vi. Na presente contratação, a garantia poderá cobrir eventuais prejuízos ocasionados na prestação de serviços pelos agentes da CONTRATADA, assegurar o pagamento de eventuais penalidades pecuniárias impostas pela Administração e não quitadas pela CONTRATADA, além de outras situações que justifiquem o acionamento da cobertura.
- vii. Segundo Marcal:

"A Lei remete à discricionariedade da Administração a exigência da garantia. Deverá ser exigida apenas nas hipóteses em que se faça necessária. Quando inexistirem riscos de lesão ao interesse estatal, a Administração não precisará impor a prestação de garantia. Mas a exigência da garantia já deverá constar



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

do próprio ato convocatório. Omissa o ato convocatório, a prestação da garantia não pode ser introduzida em momento posterior. É que a prestação da garantia envolve um ônus econômico-financeiro e o licitante necessita conhecer, de antemão, a real extensão de todas as obrigações e custos que recairão sobre ele. **(Marçal - Comentários à lei de licitações e contratos Administrativos - 2ª ed, e-book, baseada na 17ª edição impressa, in Thomson Reuters - Revista dos Tribunais).**"

### **I. DO ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO – ANS:**

i.A adoção do Acordo de Nível de Serviço disciplinado pelo art. 10º, inciso I, do Decreto Federal nº 9.507/2018 também encontra acento no art. 8º, da Resolução TSE nº 23.234/2010:

"Art. 8º Na contratação de serviços deverá ser adotada unidade de medida que permita a mensuração dos resultados para o pagamento à contratada, e que elimine a possibilidade de remunerar as empresas com base na quantidade de horas de serviço ou em postos de trabalho.

1º A impossibilidade de remunerar a contratada com base na mensuração de resultados deverá ser justificada no processo de contratação.

2º Os critérios de aferição de resultados deverão ser dispostos na forma de Acordos de Níveis de Serviços - ANS, conforme dispõe esta Resolução, os quais serão adaptados às metodologias de construção de ANS disponíveis em modelos técnicos especializados de contratação de serviços, quando houver.

3º A impossibilidade do atendimento ao disposto no parágrafo anterior deverá ser justificada no processo de contratação.

4º Para a Adoção do Acordo de Nível de Serviço - ANS, é preciso que exista critério objetivo de mensuração de resultados, preferencialmente pela utilização de ferramenta informatizada, que possibilite ao Tribunal verificar se os resultados contratados foram realizados nas quantidades e qualidades





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

exigidas, e adequar o pagamento aos resultados efetivamente obtidos."

- ii. O ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO - ANS é o ajuste estabelecido entre o órgão CONTRATANTE e a CONTRATADA prestadora dos serviços, que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento.
- iii. Esse mecanismo de aferição de qualidade é reconhecido pelo Tribunal de Contas da União por meio da **Nota Técnica 6/2010 - Sefti/TCU – versão 1.2.** (Aplicabilidade da Gestão de Nível de Serviço como mecanismo de pagamento por resultados em contratações de serviços de TI pela Administração Pública Federal. Disponível em: <http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2534415.PDF>). Nesse sentido, também o **Acórdão TCU nº 717/2010 – Plenário.**
- iv. O pagamento à CONTRATADA será efetuado de acordo com a mensuração dos resultados obtidos na execução dos serviços, aferidos na forma de Acordo de Níveis de Serviços, no qual são estabelecidos os indicadores, os procedimentos de fiscalização e os instrumentos de medição adotados pelo CONTRATANTE.
- v. Utilizando-se dos controles necessários, a fiscalização do contrato deverá, mensalmente, informar a gestão do contrato acerca da avaliação da qualidade da prestação dos serviços por meio das ocorrências que acarretam os ajustes no pagamento, com o respectivo percentual de ajuste.
- vi. As reduções no pagamento mensal à CONTRATADA, porventura ocorridas pelo descumprimento do Acordo de Níveis de Serviços, configuram ajustes próprios nos pagamentos e não se confundem com as glosas dos serviços não prestados e a aplicação das sanções previstas no item 8.10 deste Termo de Referência.
- vii. Em casos de não atendimento da ordem de serviço no prazo contratual estabelecido no Acordo de Níveis de Serviços, por motivo de força maior ou por conta da ocorrência de fatos imprevisíveis, a CONTRATADA deverá apresentar justificativa formal comunicando o fato, de sorte a subsidiar a FISCALIZAÇÃO na análise da ocorrência, visando uma eventual prorrogação dos prazos estipulados.
- viii. O Acordo de Nível de Serviço, que integrará o futuro contrato, é composto pelos dois indicadores objetivamente mensuráveis e facilmente coletáveis adiante definidos:

INDICADOR 01	
CUMPRIMENTO DO PMP NAS MANUTENÇÕES PREVENTIVAS E PREDITIVAS	
ITEM	DESCRIÇÃO DO INDICADOR





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<b>Finalidade</b>	Garantir que a execução dos serviços de manutenção p sejam realizadas nas datas, periodicidades e técnicas e	
<b>Meta a cumprir</b>	100% de realização dos serviços de manutenção preve datas estabelecidas no PMP.	
<b>Instrumento de medição</b>	Planilha de controle do PMP.	
<b>Forma de acompanhamento</b>	Manual - conferência da Planilha de controle do PMP.	
<b>Periodicidade</b>	Mensal.	
<b>Mecanismo de cálculo</b>	Cada planilha de PMP será verificada e valorada indiv	
<b>Início da vigência</b>	A partir do início dos serviços de acordo com o PMP :	
<b>Faixas de ajuste no pagamento</b>	<b>Nº de manutenções preventivas com atraso</b>	<b>Aj</b>
	0	100
	1	99
	2	98
	3	97
	4 a 6	95
	7 a 10	90
<b>Sanções</b>	O descumprimento dos prazos e cronogramas das man também, ser apenas com as sanções previstas no cap referência.	

<b>INDICADOR 02</b>		
<b>PRAZO DE ATENDIMENTO DE CHAMADOS PARA MANUTENÇÃO CORRETIVAS E PREDITIVAS</b>		
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO DO IND</b>	
<b>Finalidade</b>	Garantir atendimento célere aos chamados do C	
<b>Meta a cumprir</b>	Início do atendimento em até 02 (duas) horas.	
<b>Instrumento de medição</b>	Relatórios de falhas/defeitos.	
<b>Forma de acompanhamento</b>	Manual - conferência dos relatórios de falhas/de	
<b>Periodicidade</b>	Mensal.	
<b>Mecanismo de cálculo</b>	Cada relatório de falhas/defeitos será verificado	
<b>Início da vigência</b>	A contar da hora de recebimento do relatório de autorizado pela fiscalização.	
<b>Faixas de ajuste no pagamento</b>	<b>Nº de atendimentos com atraso</b>	<b>Ajuste</b>
	0	100%



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	1	99%
	2	98%
	3	97%
	4 a 6	95%
	7 a 10	90%
<b>Sanções</b>	O atraso no atendimento das manutenções pode acarretar as sanções previstas no capítulo 12 deste termo	

## **10.DAS OBRIGAÇÕES EM GERAL**

### **A. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- i. Indicar no prazo máximo de 5 dias úteis após o recebimento da Ordem de Serviço, o Responsável Técnico pelos serviços contidos na OS, podendo ser este prazo prorrogado por igual período pela Autoridade Competente, desde que justificadamente;
- ii. Empregar, na execução dos serviços, pessoal devidamente qualificado;
- iii. Empregar somente materiais novos, comprovadamente de primeira linha, de qualidade extra ou superior e certificados pelo INMETRO;
- iv. Gerir a mão de obra necessária para a realização dos serviços, inclusive de eventuais subcontratadas.
- v. Designar **Preposto** no município de Porto Velho, por meio de Carta de Preposição, até a data de assinatura do contrato, com amplos poderes para representá-la formalmente durante a prestação dos serviços, em todos os assuntos operacionais e administrativos relativos ao objeto;
- vi. O Responsável Técnico poderá acumular a posição de Preposto da CONTRATADA;
- vii. O preposto deverá atender à ordem de serviço emitida pelo CONTRATANTE de forma imediata.
- viii. Submeter à CONTRATADA, por escrito, solicitação de retirada de quaisquer equipamentos de suas dependências, bem como proceder à sua devolução, no prazo fixado pela CONTRATANTE.
- ix. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, disponibilizando todos os materiais, equipamentos e mão-de-obra necessários e aceitar, nas mesmas condições contratuais,



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do § 1º, do art. 65, da Lei n. 8.666/93.

- x. Manter Encarregado-Geral no local onde será executado o serviço, durante sua execução, para orientar, coordenar, acompanhar, supervisionar e dar ordens ao contingente alocado e resolver quaisquer questões pertinentes à execução do serviço, para correção de situações adversas e para o atendimento das solicitações da Fiscalização.
- xi. Reconstituir todas as partes danificadas em virtude da execução dos serviços, incluindo lajes, paredes de gesso e alvenaria, forros de gesso e madeira, esquadrias, divisórias, pisos e revestimentos, de forma a restaurar a condição anterior à intervenção da CONTRATADA.
- xii. Substituir, sempre que exigido pelo CONTRATANTE e independentemente de justificativa por parte desta, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios.
- xiii. Responder por danos, avarias e desaparecimento de bens materiais, causados à CONTRATADA ou a terceiros, por seus prepostos ou empregados, em atividade nas dependências do CONTRATANTE, desde que fique comprovada a responsabilidade, nos termos do Artigo 70, da Lei nº 8.666/93.
- xiv. Executar os serviços de forma a produzir o máximo de resultados, com o mínimo de transtorno para o CONTRATANTE, devendo, para tanto programar a sua execução em conjunto com a Fiscalização, podendo isso ser realizado em finais de semana e feriados.
- xv. Observar, adotar, cumprir e fazer cumprir todas as normas de segurança e prevenção de acidentes no desempenho de cada etapa dos serviços;
- xvi. Observar, adotar, cumprir e fazer cumprir legislação municipal do local onde o serviço esteja sendo prestado, no que tange a gestão dos resíduos sólidos;
- xvii. Manter-se atualizada dos normativos que regulam a prestação de serviços nas esferas Federal, Estadual e Municipais, incluindo eventuais novas regulamentações;
- xviii. Manter vínculo empregatício com os seus empregados, sendo responsável pelo pagamento de salários e todas as demais vantagens, recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas, além de seguros e indenizações, taxas e tributos



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

pertinentes. A inadimplência da CONTRATADA para com estes encargos, não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto da demanda.

- xix. Assumir total responsabilidade pelo controle de frequência, disciplina e pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias, inclusive as decorrentes de acidentes, indenizações, multas, seguros, pagamentos a fornecedores diretos, normas de saúde pública e regulamentadoras do trabalho (NR), assim como pelo cumprimento de todas as demais obrigações atinentes à demanda.
- xx. Identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade do CONTRATANTE.
- xxi. Proceder à limpeza e retirada de entulhos e qualquer detrito dos locais de trabalho, em razão da execução de serviços.
- xxii. Dar ciência à Fiscalização, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução do serviço.
- xxiii. Sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos que forem por ela solicitados, cujas reclamações obriga-se a atender prontamente.
- xxiv. Fornecer, no ato da entrega da Nota Fiscal, relatório técnico escrito, assinado pelo Responsável Técnico, sobre os serviços prestados, contendo no mínimo, as seguintes informações:
- xxv. Descrição dos serviços realizados.
- xxvi. Descrição de quaisquer anormalidades/dificuldades constatadas no decorrer da execução dos serviços.
- xxvii. Informar à Fiscalização, para efeito de controle de acesso às suas dependências, o nome, os respectivos números da carteira de identidade e da matrícula de todos os empregados a serem alocados na prestação do serviço, inclusive daqueles designados pela CONTRATADA para exercer atribuições de supervisão, coordenação e controle operacional em relação ao contingente alocado no TRE-RO.
- xxviii. Assumir todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho do serviço da demanda ou em conexão com eles.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

xxix. Manter, durante o prazo contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital relativo à licitação da qual decorreu o presente ajuste, nos termos do art. 55, inc. XIII, da Lei n. 8.666/1993, inclusive as condições de cadastramento no SICAF, o qual será observado mensalmente, quando dos pagamentos à CONTRATADA.

xxx. Fornecer, além do uniforme, equipamentos de proteção individual – EPI a todos os empregados cujas atividades os exijam por normas de segurança em vigor.

xxxi. Garantir que os prestadores de serviço estejam sempre devidamente identificados e utilizando os equipamentos de proteção individual – EPI;

xxxii. Arcar com o transporte e deslocamento de todo o material necessário à execução dos serviços.

xxxiii. Zelar, guardar e proteger os materiais e ferramentas utilizados nas execuções, mesmo quando depositados em ambiente do CONTRATANTE;

xxxiv. Não vincular sob hipótese alguma, o pagamento dos salários de seus empregados ao pagamento efetuado pelo CONTRATANTE.

xxxv. Apresentar, por ocasião da execução dos serviços a serem prestados ao CONTRATANTE, a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, devidamente registrada junto ao CREA, conforme Art. 127, § 4º, Lei n. 13.309 de 09 de agosto de 2010:

*" Art 127, § 4º, Lei 12.309 de 09 de agosto de 2010.*

*"Deverá constar do projeto básico a que se refere o art. 6º, inciso IX, da Lei nº 8.666, de 1993, inclusive de suas eventuais alterações, a anotação de responsabilidade técnica pelas planilhas orçamentárias, as quais deverão ser compatíveis com o projeto e os custos do sistema de referência, nos termos deste artigo"*

xxxvii. Realizar todas as transações comerciais necessárias à execução dos serviços contratados exclusivamente em seu próprio nome.

xxxviii. Realizar todas as transações comerciais necessárias à execução dos serviços contratados exclusivamente em seu próprio nome.

xxxix. Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades contratadas, sem a prévia autorização da CONTRATADA.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

xl.Cumprir o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal/1988:

*“XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.”*

xli.Os serviços deverão ser executados por **mão-de-obra devidamente qualificada e regularmente contratada, conforme as normas trabalhistas aplicáveis.**

xlii.Deverão obedecer rigorosamente às instruções contidas neste Termo de Referência, bem como às contidas nas disposições legais cabíveis que dispuserem sobre conservação de fachadas, sobre gotejamento irregular de aparelhos de ar condicionado, nos Decretos Estaduais que regulamentem o Código de Segurança contra Incêndio e Pânico, bem como nas Leis Estaduais que dispuserem sobre instalação de para-raios, que dispuserem sobre limpeza e higienização dos reservatórios de água, e na Lei que dispuser sobre limpeza e inspeção de ar condicionado, entre outras.

xliii.A CONTRATADA deverá cumprir, rigorosamente, o Código Civil, as Normas Técnicas da ABNT, as Normas de Medicina e Segurança do Trabalho e demais normas legais e regulamentares pertinentes aos serviços executados.

xliv.A CONTRATADA deverá fornecer todas as ferramentas e os equipamentos necessários à execução das atividades.

xlv.A CONTRATADA deverá prestar o serviço no tempo, lugar e forma estabelecidos no objeto deste Termo de Referência.

xlvi.A CONTRATADA deverá cumprir todas e quaisquer outras normas de legislação federal, estadual e municipal, independente de transcrição neste Termo de Referência, não podendo eximir-se ou alegar desconhecimento das obrigações estabelecidas em Lei.

xlvii.Para garantir a perfeita comunicação entre a CONTRANTE e a CONTRATADA, o representante dos serviços deverá enviar relatório ou boletim semanal dos serviços, apresentando, no mínimo, resumo das atividades, considerando os seguintes itens:

- a. Condições de trabalho;
- b. Casos fortuitos e de força maior;
- c. Cumprimento de prazos;
- d. Outros casos de natureza relevante que possam impactar a execução dos serviços.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

xlvi. As comunicações referentes aos boletins semanais serão entregues, preferencialmente, na forma eletrônica.

### **B. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

- i. Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados.
- ii. Será observada a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei 8.666/93;
- iii. No ato do pagamento a CONTRATADA deverá estar em situação de regularidade perante a Fazenda Federal, ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Justiça do Trabalho e do CNJ.
- iv. A regularidade fiscal da CONTRATADA poderá ser certificada mediante consulta ao SICAF.
- v. Desobriga-se o CONTRATANTE a efetuar o pagamento sem atestação e emissão de Nota Técnica pelo fiscal/gestor designado pelo CONTRATANTE para acompanhamento e fiscalização dos serviços, ou apresentada em desacordo com os valores constantes de sua proposta de preços, ou que contenham rasuras ou erros materiais;
- vi. A CONTRATADA deverá apresentar junto com a Nota Fiscal dos serviços, os comprovantes de quitação de impostos e taxas que porventura incidam sobre a presente contratação.
- vii. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.
- viii. O pagamento, quando houver reajuste, revisão ou reequilíbrio, far-se-á por meio de dois tipos de faturas, sendo uma principal, correspondente aos preços iniciais, e outra suplementar, relativa ao valor do reajustamento devido.
- ix. A CONTRATADA deverá apresentar uma nota fiscal para cada município, se for o caso, no qual preste o serviço que estará sujeita aos tributos Federais, Estaduais e Municipais, conforme o caso.
- x. Será realizado 01 (um) pagamento a cada 30 (trinta) dias, referente aos serviços concluídos e certificados pela unidade gestora
- xi. Considera-se, para todos os fins, serviços concluídos aqueles nos quais todas as etapas pertinentes já foram realizadas.
- xii. O pagamento será realizado após aprovação dos serviços executados, realizada pelo(s) fiscal(is) designado(s) especificamente para acompanhar e fiscalizar os itens da Ordem de Serviço.





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- xiii. Os serviços não realizados, ou realizados em desconformidade, serão glosados até que sejam efetivamente efetivados;
- xiv. Os pagamentos serão feitos mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras - através do Banco do Brasil S/A, em favor da CONTRATADA, na conta corrente indicada na proposta, devendo, para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número de conta corrente em que deverá ser efetivada o crédito, o qual ocorrerá até 10 (dez) dias corridos após a apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal da Ordem de Serviço. **Em todos os pagamentos o CONTRATANTE fará as retenções tributárias legais.**
- xv. Para os eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de qualquer forma para tanto, fica convencionada a taxa de compensação financeira devida entre a data contratual de pagamento e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$M = I \times N \times VP$	Onde:
	EM = Encargos moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga. I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: $I = ((TX)/365)$ $I = ((6/100)/365)$ $I = 0,00016438$ TX = Percentual da taxa anual = 6%.

**N1.** A eventual compensação financeira anteriormente mencionada será incluída em nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

**N2.** Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e serem submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que decidirá acerca da eventual apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

- xvi. Acompanhar e fiscalizar a execução da Ordem de Serviço por meio de um representante especialmente designado, nos termos do art. 67 da Lei n. 8.666/1993.
- xvii. Notificar, por escrito, à contratada, na ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- xviii. Oferecer todas as informações e esclarecimentos necessários para que a Contratada possa executar os serviços dentro das especificações.
- xix. Não permitir execução de tarefas em desacordo com as normas preestabelecidas e rejeitar, no todo ou em parte, os serviços que sejam executados em desacordo com a Ordem de Serviço, aplicando as penalidades cabíveis.
- xx. Ceder à CONTRATADA, quando necessário, espaço para execução dos serviços, ficando a CONTRATADA responsável pelo seu zelo e posterior desocupação, nas mesmas condições que lhe foi cedido.
- xxi. Receber, DEFINITIVAMENTE, em até dez dias úteis após fim da vigência do futuro contrato, o objeto deste Termo de referência, nos termos do art. 73 da lei das licitações - 8.666/93, liberando o contratado de todas as obrigações, exceto as de garantia.

## **11. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

- i. A gestão do contrato ficará a cargo do Chefe da Seção de Manutenção Predial, ou seu substituto legal, conforme disposto nos artigos 22 a 29 da IN/TRE-RO n. 004/2008.
- ii. Conforme Capítulo 9, A, vi, e observando as diretrizes estabelecidas na OS. n. 001-2010/TRE-RO, o Gestor do Contrato poderá autorizar o uso do ambiente e equipamentos da unidade demandante, em horário de expediente normal, para finalidades intrinsecamente ligadas à execução do objeto.
- iii. A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração, definido especificamente na Ordem de Serviço ou previamente designado, ao qual competirá, além das atribuições definidas na IN/TRE-RO n. 004/2008, dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução da Ordem de Serviço.
- iv. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei n. 8.666, de 1993.
- v. Por ato motivado, a Autoridade Competente poderá atribuir a gestão do contrato a pessoa diversa.
- vi. É vedada designação de servidor que:
  - a. possua com o contratado relação comercial, econômica, financeira, civil ou trabalhista;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- b. seja amigo íntimo ou inimigo capital do contratado ou dos dirigentes do contratado;
- c. tenha parentesco com membro da família do contratado;
- d. por motivos éticos, não possa exercer a função com austeridade exigida pelo interesse público ou, em a exercendo, comprometa a imagem pública da instituição.

## **12.SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

i.Com fundamento no Art. 7º da Lei n. 10.520/02, poderá ficar impedida de licitar e contratar com a União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, e será descredenciada no SICAF, se for o caso, sem prejuízos das multas previstas neste Termo de Referência e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n. 8.666/93, no que couber, garantido o direito prévio da ampla defesa, a licitante/contratada que:

- a. Deixar de entregar a documentação exigida no Edital;
- b. Convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar a Ata de Registro de Preço;
- c. Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- d. Ensejar o retardamento da execução do objeto da Ordem de Serviço;
- e. Não manter a proposta, injustificadamente;
- f. Falhar ou fraudar na execução da Ordem de Serviço;
- g. Comportar-se de modo inidôneo;
- h. Cometer fraude fiscal.

ii.O descumprimento injustificado das obrigações firmadas em contrato, garantido o direito ao contraditório e ampla defesa sujeita a contratada a multa moratória, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei n. 8.666/93, na forma seguinte:

- a. Atraso injustificado na **execução ou entrega dos serviços até 10 (dez) dias: multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso**, aplicada sobre valor global do respectivo contrato, limitado a 5% (cinco por cento) desse valor.
- b. Atraso injustificado na **execução ou entrega dos serviços por prazo superior a 10 (dez) dias: aplicação da multa moratória de 1,0% (um por cento), a partir do 10º dia de atraso, podendo caracterizar a inexecução total ou parcial** do contrato



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

e aplicação das sanções definidas neste capítulo e, ainda, a rescisão do contrato.

- c. Atraso injustificado na entrega do **PMP** por prazo superior a **10 (dez) dias: multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso**, aplicada sobre valor global do respectivo contrato, limitado a 5% (cinco por cento) desse valor.
- iii. Atraso injustificado das **demais obrigações contratuais**, após notificação regular expedida pelo fiscal ou gestor do contrato:
  - a. Até 2 (dois) descumprimentos: multa de 2% (dois por cento) apurada sobre o valor total do contrato;
  - b. De 3 (dois) a 5 (cinco) descumprimentos, multa de 4% (quatro por cento) apurada sobre o valor total do contrato;
- iv. Sem prejuízo de aplicação das multas, a ocorrência de descumprimentos superiores a 5 (cinco) poderá caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.
- v. Pela **inexecução total ou parcial do objeto do contrato**, a Administração contratante poderá, garantido o contraditório e a ampla defesa, aplicar as seguintes sanções à CONTRATADA:
  - a. Advertência escrita nas condutas de inexecução parcial das obrigações acessórias do contrato, desde que de pequena monta ou faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretam prejuízo relevante à conclusão do objeto, o qual, a despeito delas, será atendido;
  - b. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato nas situações de inexecução total do objeto, podendo ser fixada proporcionalmente à gravidade da inexecução perpetrada pela CONTRATADA;
  - c. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato por declarar e não deter conhecimento das tecnologias e habilidades necessárias para perfeita execução do objeto, conforme a declaração Anexo III [0475313](#).
  - d. Multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato nas situações de inexecução parcial do objeto, podendo ser fixada proporcionalmente à gravidade da inexecução perpetrada pela CONTRATADA. Justifica-se o majoramento da penalidade neste tipo de inexecução pelo fato de os prejuízos serem mais onerosos para a Administração.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- e. Suspensão temporária para participação em licitações com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
  - f. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- vi. Esta reabilitação será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração do CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com bases no subitem anterior.
- vii. Além dos outros descumprimentos passíveis de sanções, a recusa injustificada da contratada em reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, no todo ou em parte, os serviços em que se verifiquem imperfeições, vícios ou incorreções, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, por sua gravidade, caracteriza a inexecução parcial ou total do contrato com aplicação das penalidades previstas no neste capítulo.
- viii. Nas condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações na forma definida neste termo de referência como também naquelas previstas no art. 78 da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato, poderá a Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a rescisão do contrato.
- ix. O CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas que impossibilitem o recebimento efetivo dos serviços prestados e que gerem custos em virtude de eventual contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (**Acórdão TCU n. 567/2015- Plenário**).
- x. A multa eventualmente imposta ao CONTRATADO será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus. O valor da multa será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (**Arts. 29 e 30 da Lei n. 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011-Plenário**).
- xi. Quando o valor do pagamento a que fizer jus o CONTRATADO não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União - GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (**Lei n. 6.830/80**).
- xii. As multas não eximem o CONTRATADO da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

terceiros. Os valores originados dessa conduta da contratada serão corrigidos pelos mesmos critérios de atualização das multas.

- xiii. O procedimento para aplicação de sanções ao CONTRATADO observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>. A CONTRATADA será cientificada das eventuais alterações dessa norma.
- xiv. A não assinatura do contrato após a sua convocação implicará na decadência do direito à contratação, situação em que os licitantes remanescentes poderão ser chamados na ordem de classificação para fazê-lo em igual prazo e condições (§ 2º do art. 64 da Lei n. 8.666/93), sujeitando-se a compromissária, também, à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor adjudicado (art. 7º da Lei n. 10.520/2002 - Não celebrar o contrato).

### **13. ESCLARECIMENTOS E INFORMAÇÕES**

- i. As dúvidas, quanto aos conteúdos e especificações contidos neste Termo de Referência serão esclarecidas pelos servidores da Seção de Manutenção Predial - SEMAP, Av. Presidente Dutra, n. 1889, bairro Baixa da União, Porto Velho/RO, ou através dos telefones (69) 3211-2267/2028/2119/2072, ou ainda, pelo e-mail [semap@tre-ro.jus.br](mailto:semap@tre-ro.jus.br).

### **14. ANEXOS**

- i. Fazem parte deste termo de referência os seguintes anexos:

ANEXO I - PESQUISA DE PREÇOS [0475310](#);

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL [0475312](#);

ANEXO III - DECLARAÇÃO DE VISITA [0475313](#);

ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE E PREPOSTO [0475314](#);

ANEXO V - PROJETO AS BUILT [0475320](#);

ANEXO VI - REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA [0475323](#);

ANEXO VII - ACEITAÇÃO DE RESPONSABILIDADE [0475325](#);

ANEXO VIII - DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL [0475327](#);





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ANEXO IX - DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO  
TECNOLÓGICO [0475328](#).

**15. RESPONSABILIDADE PELA ELABORAÇÃO DO TR**

- i. As especificações do objeto, dentre outros aspectos técnicos, foram retiradas do processo de contratação dos elevadores, estando disponíveis no ANEXO V - AS BUILT (Evento SEI N. [0475320](#));
- ii. As demais regras do Termo de Referência foram elaboradas pelo servidores Michel Andrade do Nascimento e Leisson de Sousa Castro sobre a supervisão do chefe da seção, Frank Cesar Busatto.



Documento assinado eletronicamente por **FRANK BUSATTO, Chefe de Seção**, em 31/03/2020, às 11:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LEISSON DE SOUSA CASTRO, Técnico Judiciário**, em 31/03/2020, às 11:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0519005** e o código CRC **03464146**.

0002675-10.2019.6.22.8000

0519005v3

Criado por 012928442356, versão 3 por 012928442356 em 30/03/2020 17:50:44.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0002675-10.2019.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL

ASSUNTO: Definição da modalidade licitatória – Análise do Termo de Referência -  
**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA PARA REALIZAR MANUTENÇÕES PREVENTIVAS, CORRETIVAS E PREDITIVAS DE ELEVADORES.** Análise.





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**PARECER JURÍDICO Nº 43 / 2020 - PRES/DG/AJDG**

**I – DA RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de procedimento administrativo inaugurado para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e preditivas, com fornecimento de peça, de elevadores de passageiros instalados nos edifícios sede e Fórum desta Eleitoral de Rondônia ([0475064](#)).

**02.** Para tanto foi carreado aos autos o **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 04 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP** ([0511471](#)), o qual define os contornos gerais dos serviços com detalhamento do objeto, justificativa, conformidade ao planejamento estratégico e aos critérios de sustentabilidade ambiental, formação do preço global de referência, aderência ao planejamento orçamentário, contrato, gestão e fiscalização do contrato, da garantia, subcontratação, vigência, prazo de execução, obrigações das partes, pagamento, penalidade, esclarecimentos, dentre outras informações. Acompanha o instrumento como ANEXO I – Pesquisa de preços ([0475310](#)), ANEXO II – Modelo de proposta comercial ([0475312](#)), ANEXO III – declaração de visita ([0475313](#)), ANEXO IV – Declaração de disponibilidade e preposto ([0475314](#)), ANEXO V – Projeto *as built* ([0475320](#)), ANEXO VI – Regularidade fiscal ([0475322](#)), ANEXO VI – Requisitos de qualificação técnica ([0475323](#)), ANEXO VII – Aceitação de responsabilidade ([0475325](#)), Anexo VIII – Declaração de conhecimento do Local ([0475327](#)), Anexo IX – Declaração de conhecimento tecnológico ([0475328](#)).

**03.** Após a Remessa nº 36/2020 – PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0507084](#)), o Secretário de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade determinou as providências necessárias no referido procedimento, conforme Despacho nº 272/2020 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0507305](#)).

**04.** A Coordenadoria de Material e Patrimônio – COMAP, unidade de avaliação de Termos de Referência e Projeto Básico (item XXIV do art. 3º da Instrução Normativa TRE n. 004/08), analisou o TR supracitado e seus anexos, conclui por sua regularidade, consoante Análise de TR/PB nº 20/2020 ([0512191](#)).

**05.** Por sua vez, a Seção de Programação Orçamentária e Financeira - SPOF procedeu à programação orçamentária, para o presente exercício, informando a existência do pré-empenho no valor de 65.000,00 e que a despesa pretendida está adequada e compatível orçamentária e



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

financeiramente com o Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual (PPA, LDO e LOA) – [0508962](#)

**06.** Ainda, o coordenador da COFC informou que: “por se tratar-se de despesa a ocorrer também no exercício 2021, as disponibilidades orçamentárias referentes ao exercício vindouro serão incluídos na proposta orçamentária respectiva, ora em elaboração, consoante registros do processo SEI nº [0000058-43.2020.6.22.8000](#)” - evento [0515131](#).

**07.** Por fim, a Seção de Contratos - SECONT elaborou a minuta do instrumento contratual (0513408). Assim instruídos, vieram os autos para análise desta AJDG ([0513411](#)). **É o necessário relato.**

## **II – CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

**08.** Ressalte-se que, conforme Resolução TRE/RO n. 006/2015 (Regulamento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia) e com os demais atos normativos regulamentadores das atividades dos Assessores Jurídicos, é responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica, de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE/RO.

**09.** O presente parecer se restringirá aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito técnico e administrativo, como questões de conveniência e oportunidade na contratação do objeto, cuja atribuição é do Administrador. Não se adentrará ou questionará, salvo patente ilegalidade, a necessidade e justificativa da contratação. Isso não significa, porém, que não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los.

**10.** A manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados.

**11.** De outro lado, cabe esclarecer que, via de regra não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Incumbe isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.

### **III – DA DEFINIÇÃO DO OBJETO EM SERVIÇO COMUM DE ENGENHARIA**

**12.** Sobre à delimitação do objeto, é importante ressaltar que no caso de serviços de engenharia, a definição legal inserida no inciso II do artigo 6º da Lei nº 8666/93 elenca diversas atividades, porém de forma exemplificativa. Veja-se:

Art. 6º Para fins desta Lei, considera-se:

I - (...) omissis;

II – Serviço – toda atividade destinada a obter determinada utilidade de interesse para a Administração, tais como: demolição, conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, adaptação, **manutenção**, transporte, locação de bens, publicidade, seguro ou trabalhos técnico-profissional. (sem grifo no original);

(...)

**13.** Ademais, o estudioso Cláudio Sarian Altounian esclarece o disposto no texto legal:

**Da avaliação das atividades listadas, parece que o legislador procurou definir serviços de engenharia como aquelas atividades em que há predomínio do emprego de mão-de-obra em relação ao de material e, no caso de obra, o contrário.** (Obras Públicas, p. 33. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2009) (sem negrito no original)

**14.** Outra interessante diretriz para a referida distinção é apresentada por Lucas Rocha Furtado:

O critério usualmente adotado para distinguir esses dois contratos (obras e serviços) é o da verificação da tangibilidade, da materialidade de seu objeto. Será obra o contrato que crie nova materialidade, o mesmo não sendo verificado nos serviços. Assim, no caso de um edifício que necessite de reforma, como será criado novo aspecto material, será licitada e contratada a execução de obra. **Ao contrário, na conservação (serviço), não será criado nenhum aspecto material visualmente novo.**

**15.** No caso em tela, a descrição do objeto pretendido é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços **comuns de engenharia para realizar manutenção preventiva, corretiva e preditiva, com fornecimento de mão de obra e materiais**, em 03 (três) elevadores de passageiros instalados nos Edifício SEDE e Fórum Eleitoral da Capital, no Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia em Porto Velho, conforme



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

capítulo 2, letra A do TR nº 4 – SEMAP ([0511471](#)). Portanto, pode-se afirmar que o objeto pretendido pela Administração se enquadra perfeitamente na definição de serviços de engenharia.

**16.** Verifica-se que a Lei nº 10.520, de 2002, não veda a utilização do pregão para contratação de serviço de engenharia, apenas trata de serviços genericamente. Neste contexto, o Tribunal de Contas da União – TCU entende possível a realização de pregão para contratação de **serviços comuns de engenharia**, reafirmando que a referida lei não exclui previamente quaisquer espécies de serviços dessa modalidade de licitação, apenas condiciona sua utilização aos serviços comuns (**vide Acórdãos nº 817/05 – 1ª Câmara e nº 1329/06 – Plenário**).

**17.** Assim, será comum o objeto que, embora sofisticado, não necessite de uma análise técnica mais acurada, e que possa, por isso, ter suas características definidas de forma objetiva no edital, segundo a descrição tradicionalmente encontrada no mercado. A esse respeito o Tribunal de Contas da União, através do Acórdão nº 1.617/06, esclarece:

É irregular a utilização da modalidade pregão visando a contratação de obras e serviços de engenharia que possuam complexidade de especificação e de execução inconciliáveis com o caráter comum dos objetos passíveis de serem contratados por meio da citada modalidade licitatória.

**18.** Por conseguinte, o assunto está pacificado pela Súmula 257, de 2010, do TCU:

O uso do pregão nas contratações de serviços comuns de engenharia encontra amparo na Lei nº 10.520/2002.

**19.** Em consonância com o entendimento da Corte de Contas, o novel Decreto Federal nº 10.024/2019 dispõe expressamente esta possibilidade no seu art. 1º. Ainda, conceitua serviço comum de engenharia como, *ipsi litteris*:

Art. 3º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

(...)

VIII - serviço comum de engenharia - atividade ou conjunto de atividades que necessitam da participação e do acompanhamento de profissional engenheiro habilitado, nos termos do disposto na Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pela administração pública, mediante especificações usuais de mercado;

(...)

**20.** Nesse panorama, sempre que a Administração demonstrar que o objeto é comum, o que demandará avaliação de profissional capacitado em análise aos parâmetros mencionados, permitindo que o julgamento se dê com utilização do tipo menor preço, o pregão poderá ser adotado. A esse respeito temos a seguinte afirmações:



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Partindo do pressuposto de que os vocábulos comum e usual encerram conceitos indeterminados, é forçoso reconhecer que a avaliação do que é comum ou usual depende da perspectiva do interlocutor, ou melhor, do agente administrativo que deve decidir se a licitação pode ou não ser feita através da modalidade pregão. Isso porque, o comum e o usual dependem da experiência, da vivência, da atividade do interlocutor em relação ao mercado. (Pregão presencial e eletrônico, p. 54. Curitiba: Zênite, 2005)

**21.** O parágrafo único do art. 1º da Lei nº 10.520/02 conceitua, *in verbis*:

Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

**22.** Neste contexto, urge trazer à baila trecho do Acórdão do TCU nº 313/04 – Plenário que ensina:

(...) o objeto da licitação deve se prestar a uma competição unicamente baseada nos preços propostos pelos concorrentes, pois não haverá propostas técnicas. Caso essas condições sejam atendidas, o pregão poderá ser utilizado.

**23.** É o que se verifica nestes autos, nos quais percebe-se a usabilidade dos serviços pretendidos pela Administração dentro do segmento específico de mercado (área de engenharia). **Assim, as propostas dos licitantes serão analisadas e comparadas exclusivamente pelo critério do preço**, ausente necessidade de investigar elementos outros decorrentes da técnica construtiva aqui irrelevante, já que objetivamente definidas no edital por meio de especificações comuns, habituais e frequente no mercado, conforme regra ínsita no art. 1º, parágrafo único, da Lei nº 10.520/2002.

**24.** Enfatiza-se que o enquadramento do objeto da licitação como serviço comum de engenharia, por sua vez, implica a análise do mercado e do conhecimento dos padrões de desempenho e de qualidade estabelecidos em normas técnicas ou por usualmente aceitos pelos profissionais de engenharia. Assim, por depender de conhecimentos que extrapolam a esfera jurídica, **não competiria a AJDG a caracterização do objeto contratual como “obra”, “serviço de engenharia”, ou “serviço comum” de engenharia**. Cabe, sim, à área técnica do órgão fazê-la, de modo justificado, o que foi feito nestes autos (Capítulo 8 do TR nº 92 – SEMAP).

**25.** É neste sentido, aliás, a Orientação Normativa nº 54 da AGU, de 25/04/2014. Veja-se:

Compete ao agente ou setor técnico da Administração declarar que o objeto licitatório é de natureza comum para efeito de utilização da modalidade pregão e definir se o objeto corresponde a obra ou serviço de engenharia, sendo atribuição do órgão jurídico analisar o devido enquadramento da modalidade licitatória aplicável.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**26.** No caso vertente, pressupõe-se correta a manifestação sobre a natureza comum dos serviços a serem contratados, **o que viabiliza a adoção do pregão eletrônico como modalidade licitatória** e o exame dos demais aspectos jurídicos relativos ao certame proposto.

### **IV – DO TERMO DE REFERÊNCIA**

**27.** Os requisitos a serem observados na fase preparatória da licitação na modalidade pregão em sua forma eletrônica foram estabelecidos no art. 3º da Lei nº 10.520/2002 c/c no **inciso XI do art. 3º do Decreto Federal nº 10.024/19**.

**28.** Em vista do que regem os referidos artigos, nota-se que a aprovação dos Termos de Referência é de competência exclusiva da Autoridade competente, nos termos do inciso II, do artigo 14 do Decreto nº 10.024/2019. Cabendo às Assessorias Jurídicas da Administração o exame e aprovação das minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes, consoante do parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93.

**29.** Porém, no teor do artigo 11 da Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008, de 30/10/2008, forçosa a análise do Termo de Referência 92 – SEMAP por esta Assessoria Jurídica, não obstante a análise da COMAP ([0512191](#)), unidade com atribuição regimental específica para, avaliar e processar os pedidos de contratação, os projetos básicos, termos de referência, podendo inclusive requerer e efetuar ajustes e complementações necessárias, na forma do inciso XXIV, art. 3º da Instrução Normativa TRE-RO nº 004/2008.

**30.** Pois bem, para a licitude da competição, impende que a definição do objeto, refletida no Termo de Referência, corresponda às reais necessidades do órgão, evitando-se detalhes excessivos, irrelevantes ou desnecessários, capazes de conduzir à limitação da competitividade do certame. Pelo contexto lógico da contratação ora em análise – **MANUTENÇÕES PREVENTIVAS, CORRETIVAS E PREDITIVAS EM 03 (TRÊS) ELEVADORES DE PASSAGEIROS** - a justificativa apresentada no Capítulo 3 do Termo de Referência explicita com clareza, não restando dúvidas quais sejam as reais necessidades do órgão.

**31.** O Termo de Referência traz em seu bojo os elementos caracterizadores do objeto que se pretende licitar, como a sua descrição detalhada, o orçamento estimativo de custos, a definição dos métodos, a





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

execução e recebimento do serviço, obrigação das partes, forma de pagamento, penalidades e rescisão contratual. Todos os requisitos citados foram demonstrados no instrumento técnico ora em análise.

**32.** Sobre a pesquisa de mercado para obter o preço estimado para contratação, a Corte de Contas Nacional orienta:

AC-0265-05/10-P - Relator: Ministro RAIMUNDO CARREIRO

[Auditoria. Tecnologia da Informação. Estimativa de preços.] [ACÓRDÃO]

**9.1.** determinar à Caixa Econômica Federal - CEF que:

[...]

**9.1.12.** realize uma **detalhada** estimativa de preços com base em pesquisa **fundamentada** em informações de diversas fontes propriamente avaliadas, como, por exemplo, **cotações específicas com fornecedores, contratos anteriores do próprio órgão, contratos de outros órgãos e, em especial, os valores registrados no Sistema de Preços Praticados do SIASG e nas atas de registro de preços da Administração Pública Federal, de forma a possibilitar a estimativa mais real** possível, em conformidade com os arts. 6º inciso IX alínea "f", e 43, inciso IV, da Lei nº 8.666/97; (sem grifo no original).

**33.** A SEMAP pesquisou os preços praticados junto a empresas deste mercado específico, de acordo com os a Pesquisa de mercado nº 02/2020, bem como utilizou preço praticado junto a Administração Pública ([0475310](#)), procedimento que atende a orientação da Corte de Contas Nacional

**34.** Ainda, registra-se que a metodologia usada pela unidade demanda encontra respaldo no art. 6º do Decreto Federal nº 7.93/2013 que prescreve a possibilidade de afasta a tabela SINAP na fixação dos custos de obras e serviços de engenharia, mediante justificativa (Capítulo 6 do TR nº 4/2020).

**35.** Destaca-se que seu Capítulo 6 – DO PREÇO GLOBAL DE REFERÊNCIA atendeu ao preceito da Súmula TCU nº 259: “Nas contratações de obras e serviços de engenharia, a definição do critério e aceitabilidade dos preços unitários e global, com fixação de **preços máximos** para ambos, **é obrigação e não faculdade do gestor**”.

**36.** Sobre **sustentabilidade**, no âmbito do Poder Judiciário, esta temática é abordada pela Resolução n. 201/2015 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ que determina a criação de unidades/núcleos socioambientais, suas respectivas competências e a implementação do Plano de Logística Sustentável (PLS-PS).

**37.** O normativo citado reforça a promoção das contratações sustentáveis com a integração dos aspectos ambientais, econômicos e sociais do desenvolvimento sustentável (art. 6º, §3º). Dispõe, ainda, que a fomentação de prática de sustentabilidade, racionalização e consumo





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

consciente nesta seara é competência dos núcleos socioambientais e orienta as etapas de sua efetivação (§4º, art. 6º). Ademais, menciona que as contratações feitas pelos órgãos do Poder Judiciário deverão, dentre outros, adotar os critérios de sustentabilidade.

**38.** No caso em comento, o TR em análise menciona a adoção dos parâmetros estabelecido a Instrução Normativa nº 001/2010-SLTI/MPOG, de observância não obrigatória por este Regional e utilizada em alguns casos como de boa prática administrativa. Contudo, os critérios adotados (Capítulo 4, Letra B) não ferem os normativos aplicados a esta Justiça Especializada. Pelo contrário, eles vão ao encontro da finalidade buscada, promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela Administração Pública.

**39.** Além disso, está previsto que a contratada deverá observar o descarte ou reutilização dos resíduos sólidos disciplinado na Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduo Sólidos c/c Portaria Conjunta SEMA/SEMUSB nº 30/2016. Outrossim, a exigência descrita pode ser abrigada, haja vista que há previsão legal expressa.

**40.** Cabe, ainda, o registro de que já se encontra em andamento realização de estudos, pelo Tribunal Superior Eleitoral, em parceria com os Tribunais Regionais Eleitorais, sobre a adoção dos critérios de sustentabilidade ambiental, em cumprimento ao disposto no art. 2º, da Resolução CNJ nº 201, de 3 de março de 2015.

**41. Destaque para a possibilidade de subcontratação parcial do objeto prevista na letra C do Capítulo 9 do TR juntado.** A jurisprudência do TCU orienta no sentido de exigir prévia e expressa autorização da Administração, veiculada por previsão em edital e em contrato, para que o contratado possa subcontratar parte do objeto contratual. Tal entendimento decorre de interpretação conjunta dada aos artigos 72 e 78, VI, todos da Lei nº 8.666/93.

**42.** À luz das prescrições legislativas citadas, a Corte de Contas vem considerando ilegal a subcontratação **não prevista no instrumento convocatório e contratual**. Nesse sentido, veja-se, exemplificativamente, o Acórdão nº 1014, proferido ainda do ano de 2005:

Nos ensinamentos de Jessé Torres Pereira Junior (*in* Comentários à Lei de Licitações e Contratações da Administração Pública, Editora Renova, 2002, p. 694.) “(...) poderá subcontratar se for em parte e desde que tal possibilidade houvesse sido prevista no ato convocatório e no contrato, vedada a inclusão, em regulamento, de autorização genérica para subcontratar, uma vez que a subcontratação terá de ser expressamente admitida em cada contrato, inclusive com a fixação de limite condizente com o objeto deste.” (grifei) Assim, deve-se observar a previsão de subcontratação no instrumento convocatório do certame licitatório e no contrato



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

celebrado com a empresa, nos termos dos arts. 78, IV, combinado com o art. 72, todos da Lei nº 8.666/1993. (TCU, Acórdão nº 1014/2005, Plenário, Rel. Min. Benjamin Zymler, j. em 20.07.2005.)

**43.** Todavia, e a despeito da subcontratação consentida, até os limites previstos, a empresa contratada permanece com total responsabilidade legal e contratual.

**44.** Relativamente à **garantia de execução do contrato**, insta frisar que o artigo 56 da Lei nº 8.666/93 permiti a autoridade competente, a seu critério, em cada caso, e desde que prevista no instrumento convocatório, exigir prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras.

**45.** Conforme Capítulo 9, letra H do TR em análise, a unidade técnica aponta a adoção da garantia contratual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato. Ademais, a eventual contratada deve apresentá-la no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, na forma e em uma das modalidades estabelecidas no art. 56, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

**46. Faz-se necessário as seguintes modificações no TR em comento:**

- atualização do Decreto Federal nº 2.271/97 citado no texto do instrumento técnico (0511471), uma vez que este foi revogado pelo Decreto Federal nº 9.507/2018;  
e
- retirar do subitem “c”, da letra “F”, do Capítulo 8 do TR, a exigência de declaração de apresentação de garantia contratual, pois este documento não está no rol descrito no art. 31 da Lei nº 8.666/93.

**47.** Por seu turno, o Termo de Referência em comento juntamente com seus anexos, possuem os elementos essenciais definidos no art. 9º, § 2º, do Decreto nº 5.450/05.

## **V – DO TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

**48.** Segundo o comando inserto no artigo 47 da Lei Complementar 123/2006 (Estatuto Nacional da Microempresa - ME e da



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Empresa de Pequeno Porte – EPP), as EPP e ME fruirão de tratamento diferenciado e simplificados nas contratações públicas com intuito de promover o desenvolvimento econômico e social na esfera municipal e regional, bem como ampliar a eficiência das políticas e o incentivo à inovação tecnológica.

**49.** Nos termos do disposto no artigo art. 48, inciso I da LC 123/2016 e do art. 6º do Decreto nº 8.538/2015, o qual regulamentou a referida LC, deverá ser aplicada o regime de exclusividade para participação de ME e EPP nos certames com valores estimados até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais). Ainda, por força do art. 48, inciso III, da LC 123/2006 e do art. 8º do Decreto nº 8.538/2015, deverá ser estabelecido cota de até 25% do objeto de natureza divisível para contratação de ME e EPP.

**50.** No caso em tela, o valor estimado está acima de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) e o objeto a ser licitado tem natureza indivisível. Portanto, esses benefícios legais não serão utilizados na futura disputa.

## **VI – MINUTA DO CONTRATO**

**51.** No tocante aos termos da minuta de contrato ([0513408](#)), em sua análise formal, percebe-se que o referido instrumento encontra-se em **conformidade** com as regras do art. 55 da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, **não havendo reparos a fazer nessa seara**, estando apta a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração.

**52.** Contudo, **deverá ser corrigido os seguintes erros materiais:**

- **Na número 6, da subcláusula 1º, da cláusula 4ª, retirar do texto o seguinte trecho: “O prazo de execução deste contrato será de 03 (três) meses, conforme cronograma Anexo II do TR ([0414775](#)), podendo ser prorrogado, a juízo da Administração, desde que observadas as normas legais que regem a matéria.”. Isso porque é evidente que não retrata as disposições do TR;**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- **Na cláusula 4ª, retirar subcláusula 2º do texto, renumerando as demais, haja vista não ser uma condição contratual essencial; e**
- **Na cláusula 5º, retirar a subcláusula 1º, renumerando as demais, pois o valor do pretendido contrato não é estimativo.**

## **VII – CONCLUSÃO**

**53.** Por todas essas considerações, o **Termo de Referência (0511471)**, parece conter em sua forma os elementos essenciais definidos no inciso XI do art. 3º do Decreto Federal nº 10.024/19, podendo ser apresentado a autoridade competente para aprovação, se assim entender, atendimento ao **inciso II do art. 14** do mesmo regulamento, **desde que seguida a orientação exarada no parágrafo 46 deste opinativo**, sendo **desnecessário** o encaminhamento dos autos para esta unidade após a efetivação da alteração acima apontada.

**54.** Nesse compasso, esta Assessoria Jurídica opina pela autorização da contratação pretendida por meio procedimento licitatório, na **modalidade Pregão, em sua forma eletrônica**, com fundamento na Lei nº 10.520/02 c/c no art. 1º, § 1º, do Decreto Federal nº 10.024/19, que foi incorporado no procedimento deste Regional mediante Portaria nº 143/2005/TER-RO, **salvo** se comprovada inviabilidade de sua utilização, devidamente justificada pela autoridade nos autos (art. 1º, § 4º, Decreto nº 10.024/2019).

**55.** O edital de licitação, caso aprovada a pretensão pela autoridade superior do órgão, deve estabelecer o **tipo de licitação menor preço por item**, em conformidade com o que determina o § 1º do art. 45 da Lei n. 8.666/1993. **Destaca-se que a SEMAP optou pelo modo dedisputa por lances abertos e fechados.**

**56.** Reprisa-se que, no futuro certame, é **inaplicável o regime de exclusividade destinado às ME/EPP's**, nos termos pelo art. 6º e 10 do Decreto nº 8.538/2015, o qual regulamentou a LC nº 123/06.

**57.** Na busca da proposta mais vantajosa e não se tratando de critério de julgamento pelo maior desconto, ocorrerá a **restrição na**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**divulgação dos preços estimados para a contratação**, conforme disciplinado no art. 15 do Decreto nº 10.024/2019.

**58.** Com relação à minuta do contrato ([0513408](#)), para cumprimento do artigo 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, esta Assessoria Jurídica **APROVA** os seus termos. **Contudo, deve-se observar os apontamentos do tópico VI – MINUTA DO CONTRATO deste parecer.**

**59.** Reitera-se, por fim, que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, não incumbe a esta unidade avaliar as especificações utilizadas, dado o seu caráter eminentemente técnico.

Submete-se à consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL, Analista Judiciário**, em 20/03/2020, às 18:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **SILVIA GONÇALVES DE MACEDO, Assessor Jurídico**, em 20/03/2020, às 18:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0516204** e o código CRC **1F48EFB3**.

0002675-10.2019.6.22.8000

0516204v21

Criado por 014827562356, versão 21 por 004577222313 em 20/03/2020 18:09:56.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0002675-10.2019.6.22.8000



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

INTERESSADO: SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL

ASSUNTO: Pregão Eletrônico 26/2019 - fracassado. Contratação de empresa especializada em serviços comuns de engenharia para realizar manutenções preventivas, corretivas e preditivas de elevadores.

**DESPACHO Nº 401 / 2020 - PRES/DG/GABDG**

Trata-se de procedimento administrativo inaugurado pela SEMAP com vistas à contratação de empresa especializada em realizar manutenções preventivas, corretivas e preditivas, com fornecimento de mão de obra, em 3 (três) elevadores de passageiros para atender os Edifícios SEDE e Fórum Eleitoral da Capital, após o procedimento de contratação tramitado no PSEI [0001314-55.2019.6.22.8000](#) ter restado fracassado ([0475064](#)).

A referida unidade elaborou o Termo de Referência nº 04/2020 ([0511471](#)), no qual consta a descrição do objeto, justificativa, conformidade ao planejamento estratégico e aos critérios de sustentabilidade ambiental, formação do preço global de referência, aderência ao planejamento orçamentário, contrato, gestão e fiscalização do contrato, da garantia, subcontratação, vigência, prazo de execução, obrigações das partes, pagamento, penalidade, esclarecimentos, dentre outras informações.

Em complemento ao TR, juntou-se aos autos o ANEXO I – Pesquisa de preços ([0475310](#)), ANEXO II – Modelo de proposta comercial ([0475312](#)), ANEXO III – declaração de visita ([0475313](#)), ANEXO IV – Declaração de disponibilidade e preposto ([0475314](#)), ANEXO V – Projeto *as built* ([0475320](#)), ANEXO VI – Regularidade fiscal ([0475322](#)), ANEXO VII – Requisitos de qualificação técnica ([0475323](#)), ANEXO VIII – Aceitação de responsabilidade ([0475325](#)), Anexo VIII – Declaração de conhecimento do Local ([0475327](#)) e Anexo IX – Declaração de conhecimento tecnológico ([0475328](#)).

O valor global estimado para a contratação pretendida foi dimensionado em **R\$ 227.199,96 (duzentos e vinte e sete mil cento e noventa e nove reais e noventa e seis centavos)**, com base em cotações expedidas para o mercado local e contrato firmado pela Administração Pública com objeto semelhante ([0475310](#)).

Após análise, a COMAP concluiu que o Termo de Referência nº 04/2020, complementado por seus nove anexos, encontra-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

pelo disposto no inciso II do artigo 3º da Lei n. 10.520/2002 e art. 3º, XI, do Decreto Federal n. 10.024/2019 ([0512191](#)).

A SPOF juntou aos autos a programação orçamentária no valor de R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais), correspondente ao montante previsto para essa despesa no exercício 2020 ([0508962](#)). Informou, posteriormente, que as disponibilidades orçamentárias referentes ao exercício vindouro serão incluídos na proposta orçamentária respectiva, ora em elaboração, consoante registros do processo SEI nº [0000058-43.2020.6.22.8000](#) ([0515131](#)).

Por sua vez, a Seção de Contratos - SECONT elaborou a minuta do instrumento contratual ([0513408](#)) e remeteu os autos à Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral para análise ([0516513](#)).

Mediante o Parecer Jurídico n. 43 ([0516204](#)), a AJDG concluiu pela possibilidade de aprovação do Termo de Referência; opinou pela autorização da contratação pretendida, por meio de pregão, na forma eletrônica, tipo menor preço por item, modo de disputa por lances abertos e fechados, conforme opção da SEMAP; pela inaplicabilidade do regime de exclusividade às ME/EPPs e pela restrição na divulgação dos preços estimados para a contratação. Ao final, aprovou os termos da minuta elaborada pela SECONT, com a ressalva da necessidade de correção de alguns erros materiais apontados no item 52 do referido parecer ([0516204](#)).

Em atendimento às recomendações apontadas pela AJDG, a SECONT elaborou nova minuta de contrato, com as devidas correções ([0516504](#)).

Por fim, a SAOFC se manifestou no mesmo sentido da AJDG, com exceção da adoção dos critérios de sustentabilidade ([0516534](#)).

Conforme justificado no item 3 do TR, a prestação do serviço pretendido é necessária para garantir o funcionamento dos elevadores, que precisam passar por manutenções periódicas para garantir a segurança dos usuários e reduzir o risco de falhas. No caso de paradas e outras falhas ocasionais, faz-se necessário também a correção do problema através de manutenções corretivas.

No caso em tela, o objeto pretendido pela Administração se enquadra perfeitamente na definição de serviços de engenharia. Neste contexto, o Tribunal de Contas da União – TCU entende possível a realização de pregão para contratação de **serviços comuns de engenharia**, reafirmando que a referida lei não exclui previamente quaisquer espécies de serviços dessa modalidade de licitação, apenas condiciona sua utilização aos





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

serviços comuns (vide Acórdãos nº 817/05 – 1ª Câmara e nº 1329/06 – Plenário). Segundo o TCU, será comum o objeto que, embora sofisticado, não necessite de uma análise técnica mais acurada, e que possa, por isso, ter suas características definidas de forma objetiva no edital, segundo a descrição tradicionalmente encontrada no mercado.

Considerando que o valor estimado da contratação proposta extrapola a situação de dispensa legal e trata-se de bens definidos como comuns, ainda que de engenharia, cujos padrões de desempenho e qualidade foram objetivamente definidos no termo de referência, compatíveis com o padrão de mercado, tem-se como imperiosa a adoção da modalidade de pregão em sua forma eletrônica, com fundamento na Lei nº 10.520/02 c/c no art. 1º, § 1º, do Decreto Federal nº 10.024/19, procedimento que foi incorporado no âmbito deste Tribunal mediante a Portaria 143/2005/TRE, salvo comprovada inviabilidade de sua utilização, devidamente justificada pela autoridade nos autos (art. 1º, § 4º, Decreto nº 10.024/2019).

Em razão do valor global estimado ser superior aos limites delineados pelo art. 6º do 8.538/2015, o qual regulamentou a LC n. 123/06, é inaplicável o regime de exclusividade destinado às ME/EPP's. Tampouco se aplica o regime de cotas, previsto no art. 48, inciso III, da LC 123/2006 e no art. 8º do Decreto nº 8.538/2015, tendo em vista que o objeto a ser licitado tem natureza indivisível.

No que tange aos critérios de sustentabilidade ambiental, o TR adotou os parâmetros estabelecidos na Instrução Normativa nº 001/2010-SLTI/MPOG e aplicáveis pela natureza do objeto pretendido, como os itens I, IV e VII do artigo 6ª da referida Instrução Normativa. Além disso, será exigido da futura contratada que no descarte e tratamento dos resíduos sólidos provenientes da execução dos serviços seja observada a legislação municipal para gestão dos resíduos sólidos existente no Município de Porto Velho, bem como deverão ser utilizados, sempre que o equipamento permitir, produtos biodegradáveis registrados no Ministério da Saúde.

Em observância ao art. 15 do Decreto nº 10.024/2019, a divulgação dos preços estimados será restringida. Registra-se que a unidade demandante optou pelo modo de disputa por lances abertos e fechados.

Por fim, registra-se que a minuta de instrumento contratual foi devidamente aprovada pela assessoria jurídica, em cumprimento ao artigo 38, parágrafo único, da Lei de Licitação e Contratos.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Por todo o exposto e com base nas atribuições de competências delegadas através do artigo 1º, inciso I, da Portaria 66/2018/GP, esta Diretora-Geral:

1. **Aprova o Termo de Referência nº 04/2020 ([0511471](#))** porquanto encontra-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo disposto no inciso II do artigo 3º da Lei n. 10.520/2002 e no inciso XI do art. 3º do Decreto Federal nº 10.024/19;

2. **Autoriza a despesa mediante licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônica**, com fulcro na Lei nº 10.520/02 e no art. 1º, § 1º, do Decreto Federal nº 10.024/19, pelo tipo **menor preço auferido pela oferta da proposta mais vantajosa**, com fulcro no [inc. I do § 1º do art. 45 da Lei n. 8.666/93](#), **sob o regime de empreitada por preço global, sob a forma de execução indireta**;

3. **Declara a inaplicabilidade do regime de exclusividade às ME/EPP's**, haja vista que o valor estimado para cada lote se encontra acima do limite balizado pelo art. 6º, do Decreto Federal n. 8.538/2015, o qual regulamentou a LC n. 123/06, alterada pela LC n. 147, de 7 de agosto de 2014, **bem como da formação de cotas de bens divisíveis** prevista no art. 48, III da LC nº 123/2006, tendo em vista que o objeto a ser licitado tem natureza indivisível;

4. **Determina a aplicabilidade dos critérios de sustentabilidade ambiental**, nos moldes do item 4, letra "B" do Termo de Referência em questão, adotando-se os parâmetros estabelecidos a Instrução Normativa nº 001/2010-SLTI/MPOG; e

5. **Determina a restrição na divulgação dos valores estimados para a contratação**, disponibilizando-os apenas após a fase de lances, nos termos do [art. 15 do Decreto nº 10.024/2019](#).

**À SAOFC** para prosseguimento do feito visando à contratação na forma proposta, devendo observar a ressalva apontada pela AJDG no item 46 do Parecer Jurídico.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

**LOPES, Diretora Geral**, em 24/03/2020, às 13:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0516613** e o código CRC **9D470971**.

---

0002675-10.2019.6.22.8000

0516613v11

---

Criado por 026098941465, versão 11 por 004577222313 em 24/03/2020 13:33:13.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0002675-10.2019.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL

ASSUNTO: Pregão Eletrônico 26/2019 - fracassado. Contratação de empresa especializada em serviços comuns de engenharia para realizar manutenções preventivas, corretivas e preditivas de elevadores.

**DESPACHO Nº 456 / 2020 - PRES/DG/GABDG**

Trata-se de procedimento administrativo inaugurado pela SEMAP com vistas à contratação de empresa especializada em realizar manutenções preventivas, corretivas e preditivas, com fornecimento de mão de obra, em 3 (três) elevadores de passageiros para atender os Edifícios SEDE e Fórum Eleitoral da Capital, após o procedimento de contratação tramitado no PSEI [0001314-55.2019.6.22.8000](#) ter restado fracassado ([0475064](#)).

Após os devidos trâmites, esta diretora-geral aprovou o Termo de Referência nº 04/2020 ([0511471](#)) e autorizou a deflagração da licitação para a contratação do objeto, nos moldes do Despacho nº 401 ([0516613](#)).

No entanto, após solicitação da SLC ([0518759](#)), a SEMAP elaborou o Termo de Referência nº 06/2020 ([0519005](#)) para retirar o subitem "c" da letra "F" do Capítulo 8, além de correções de erros materiais,



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos

conforme recomendado pela Assessoria Jurídica no item 46 do Parecer Jurídico nº 43/2020 ([0516204](#)).

Por fim, a SAOFC se manifestou pela aprovação do novo TR ([0519456](#)).

Considerando as singelas, porém necessárias alterações, é dispensada nova análise pela Assessoria Jurídica.

Assim, com base nas atribuições conferidas pela Portaria 66/2018, **esta diretora-geral aprova o Termo de Referência nº 06/2020 ([0519005](#))**, porquanto possui os elementos essenciais definidos no [art. 3º, XI, do Decreto Federal n. 10.024/2019](#), e ratifica os termos do Despacho nº 401 ([0516613](#)).

À SAOFC para continuidade.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 01/04/2020, às 12:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0519684** e o código CRC **52539C72**.

0002675-10.2019.6.22.8000

0519684v3

Criado por 026098941465, versão 3 por 026098941465 em 01/04/2020 12:03:51.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA  
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0002675-10.2019.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL

ASSUNTO: **Análise final de processo licitatório – Pregão Eletrônico n. 12/2020** – Serviço de engenharia - contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e preditivas, com fornecimento de peça, de elevadores de passageiros.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**PARECER JURÍDICO Nº 89 / 2020 - PRES/DG/AJDG**

**I – RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de processo administrativo inaugurado para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e preditivas, com fornecimento de peça, de elevadores de passageiros instalados nos edifícios sede e Fórum Eleitoral da capital, desta Justiça Eleitoral de Rondônia ([0475064](#)).

**02.** Após regular tramitação, vieram os autos a esta Assessoria Jurídica para a análise da minuta do Edital do Pregão Eletrônico ([0520069](#)) referente a pretendida contratação, o qual logrou aprovação desta unidade, conforme Parecer Jurídico nº 66/2020-PRES/DG/AJDG ([0525017](#)).

**03.** Em seguida, publicou-se o Edital de Pregão Eletrônico nº 12/2020 ([0525411](#)) em 20/4/2020, consoante documentos comprobatórios de divulgação ([0526052](#)).

**04.** Houve uma impugnação ao Edital nº 12/2020 e um pedido de esclarecimento, os quais não foram conhecidos por serem intempestivos (eventos [0530093](#) e [0531105](#)).

**05.** Na sequência, vieram aos autos os seguintes documentos extraídos do certame:

a) relatório de propostas ([0531317](#));

b) proposta inicial ([0531319](#)) e atualizada ([0531321](#)) da empresa ELEVAENGE COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA EM ELEVADORES LTDA., CNPJ nº 09.283.075/0001-00;

c) documentos de habilitação da referida empresa ([0531336](#), [0531346](#) e [0531362](#));

d) manifestação da unidade técnica quanto à proposta e aos documentos de habilitação da empresa ELEVAENGE ELEVADORES ([0531445](#));

e) proposta inicial ([0532393](#)) e atualizada ([0532400](#)) da empresa MULTITEC ELEVADORES LTDA, CNPJ nº 09.477.789/0001-40;

f) documentos de habilitação da empresa citada ([0532435](#), [0532477](#) e [0532494](#));



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

g) manifestação da COFC quanto à qualificação econômica financeira da empresa MULTITEC ELEVADORES LTDA. EPP ([0532653](#)); e

h) manifestação da unidade técnica sobre a documentação de habilitação da licitante MULTITEC ELEVADORES LTDA EPP ([0533044](#)).

**06.** Na continuidade o Pregoeiro trouxe aos autos a Certidão 0028258983 ([0533317](#)), Ata do certame ([0533531](#)), Resultado por Fornecedor ([0533537](#)), Termo de Adjudicação ([0533535](#)), Resultado de Licitação ([0533541](#)) e comprovante da publicação do resultado da licitação no Diário Oficial da União – DOU e no Diário de Justiça Eletrônico - DJE ([0534506](#)).

**07.** Por fim, em seu relatório ([0533631](#)), o Pregoeiro relata as principais ocorrências da competição. Assim instruídos, vieram os autos para análise desta Assessoria Jurídica ([0534181](#)). **É o necessário relato.**

## **II – ANÁLISE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2020**

**08.** Desencadeada a fase externa da competição, nota-se a observância do art. 4º, inc. V, da Lei nº 10.520/2002 c/c art. 25 do Decreto Federal nº 10.024/19, dando-se a devida divulgação do aviso de licitação, com observância do prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis da publicação para o recebimento das propostas, em atendimento ao disposto no citado decreto.

**09.** Na publicação do aviso do edital ([0526052](#)) consta a definição do objeto e a indicação do local, dias e horários que poderá ser obtida a íntegra do Edital e o endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão pública, com a data e hora de sua realização, em observância ao art. 4º, inc. II, da Lei nº 10.520/2002.

**10.** Destarte, passa-se à análise do procedimento propriamente dito, tomando-se os elementos constantes dos autos e as ocorrências contidas no relatório do Pregoeiro:

**a) Pedidos de esclarecimentos e impugnação ao Edital:** houve 01 (um) pedido de esclarecimento intempestivo ([0531105](#)) e 01 (uma) impugnação intempestiva ao edital ([0530093](#)).

**b) Desclassificação de propostas:** Não houve.





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

c) **Lances:** Os melhores lances para todos os itens deste estão registrados em demonstrativos do sistema Comprasnet ([0531317](#)) e todos os lances do certame na Ata do Pregão ([0533531](#)). Não houve recusa de lances.

d) **Fase de negociação/aceitação:** As ocorrências estão registradas na ata do certame e relatadas no quadro constante do subitem 5.3 do Relatório do Pregoeiro ([0533631](#)), cujas justificativas demonstram que o pregoeiro, acertadamente, aplicou de forma objetiva os critérios de aceitação da proposta estabelecidos no instrumento convocatório.

e) **Cancelados na aceitação:** Não houve.

f) **Item deserto:** Não houve.

g) **Fase de Habilitação:** O pregoeiro habilitou a licitante **MULTITEC ELEVADORES LTDA**, CNPJ n. **09.477.789/0001-40** ([0532435](#), [0532477](#) e [0532494](#)).

h) **Recursos:** Não houve registro de intenção de recurso.

**11.** Observa-se que os prazos recursais se encontram vencidos pela preclusão temporal, em face do disposto no inciso XX do art. 4º da Lei nº 10.520/02, já que houve oportunidade e exercício de manifestação recursal contra os atos do Pregoeiro, **hipótese em que a lei autoriza a adjudicação do objeto licitado às vencedoras.**

**12.** Importa registrar que o procedimento licitatório foi marcado pela isonomia e probidade, tendo como norte a obtenção de preço mais vantajoso, bem como **transcorreu de forma regular**, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata da Sessão Pública ([0533531](#)).

**13.** Nessa linha de reflexão, evidencia-se que restaram atendidas as diretrizes da legislação correlata ao pregão e da Lei nº 8.666/93, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.

## **III – CONCLUSÃO**

**14. Ante o exposto**, e por tudo o que dos autos consta, esta Assessoria Jurídica opina pela **homologação do certame**, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação ([0533535](#)) com fundamento no art. 45





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

c/c art. 13, inciso VI, do Decreto n. 10.024/2019, nos moldes já especificados.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **SILVIA GONÇALVES DE MACEDO, Assessor Jurídico**, em 14/05/2020, às 17:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0535434** e o código CRC **E8D3A074**.

0002675-10.2019.6.22.8000

0535434v16

Criado por 004577222313, versão 16 por 004577222313 em 14/05/2020 17:00:16.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0002675-10.2019.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL - SEMAP

ASSUNTO: Pregão Eletrônico nº 12/2020 – contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e preditiva, com fornecimento de peça, de elevadores de passageiros. Homologação.

**DESPACHO Nº 675 / 2020 - PRES/DG/GABDG**

Trata-se de processo administrativo inaugurado para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e preditiva, com fornecimento de mão de obra, em 03 (três) elevadores de passageiros instalados nos edifícios sede e



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Fórum Eleitoral da capital, pertencentes a esta Justiça Eleitoral de Rondônia ([0475064](#)).

Vieram os autos a esta Diretoria-Geral para homologação do Pregão Eletrônico n. 12/2020 ([0525411](#)).

O Pregoeiro juntou aos autos a Ata do certame ([0533531](#)); o Resultado por Fornecedor ([0533537](#)); Relatório do Pregoeiro ([0533631](#)) relatando as principais ocorrências do certame; Resultado de Licitação ([0533541](#)), termo de Adjudicação ([0533535](#)) e a comprovação da publicação do resultado ([0534506](#)).

Houve 01 (um) pedido de esclarecimento intempestivo ([0531105](#)) e 01 (uma) impugnação ao edital também apresentada intempestivamente ([0530093](#)), de modo que ambos não foram conhecidos. Não houve registro de intenção de recurso.

Cumpridas as fases de julgamento de propostas e habilitação, o Pregoeiro declarou vencedora do certame a licitante **MULTITEC ELEVADORES LTDA**, CNPJ Nº 09.477.789/0001-40, valor global R\$ 112.000,00 (cento e doze mil reais). Não havendo recurso, o Pregoeiro adjudicou o objeto à vencedora.

A Assessoria Jurídica opinou, em síntese, pela homologação do certame, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação ([0533535](#)), com fundamento no art. 45 c/c art. 13, inciso VI, do Decreto n. 10.024/2019 ([0535434](#)).

Analizados os documentos que compõem os autos e os fundamentos contidos na conclusão do parecer supracitado, constata-se que foram obedecidos os princípios e procedimentos das Leis n. 8.666/93 e n. 10.520/2002 e do Decreto n. 10.024/2019, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório.

Observa-se que, de forma geral, o procedimento transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata do Pregão Eletrônico ([0533531](#)).

Nesses termos, pela competência delegada pelo inciso V do art. 1º da Portaria GP n. 66/2018, esta Diretoria-Geral **HOMOLOGA O PREGÃO ELETRÔNICO TRE-RO n. 12/2020**, consoante Termo de Adjudicação ([0533535](#)).

Efetuada a homologação do Pregão no Sistema Comprasnet, à SLC para juntar o extrato de homologação nos presentes autos.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Por fim, devolvam-se os autos à Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC para continuidade dos procedimentos necessários à contratação, bem como atualização dos documentos de habilitação.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 18/05/2020, às 18:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0536408** e o código CRC **1B1AB6A3**.

0002675-10.2019.6.22.8000

0536408v14

Criado por 018005762348, versão 14 por 004577222313 em 18/05/2020 18:09:02.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

**CONTRATO N° 06/2020**

**CONTRATO N° 06/2020**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 0002675-10.2019.6.22.8000**

**PREGÃO ELETRONICO N. 12/2020**

**CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A UNIÃO, ATRAVÉS DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA MULTITEC ELEVADORES LTDA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÕES PREVENTIVAS, CORRETIVAS E PREDITIVAS, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, EM**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **03 (TRÊS) ELEVADORES DE PASSAGEIROS DO TRE-RO.**

A UNIÃO, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA – TRE-RO**, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889 – Baixa União, CEP: 76.805-859, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, neste ato representado por sua Diretora Geral, Senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, Cédula de Identidade RG 294.893-SSP/RO e CPF 475.106.849-00, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro, a empresa **MULTITEC ELEVADORES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n. 09.477.789/0001-40, com sede na Rua Luiz Geraldo da Silva, n. 5, Quadra 79 - Bairro: CPA II - Cuiabá/MT, CEP: 78.055-518, Telefone (s): (65) 3644-2596/(65) 99664-0889/99642-2102, E-mail(s): [naudylann@multitecelevadores.com.br](mailto:naudylann@multitecelevadores.com.br), [financeiro@multitecelevadores.com.br](mailto:financeiro@multitecelevadores.com.br), neste ato representada pelo Senhor **NAUDYLANN DANTAS LIMA**, brasileiro, portador da Carteira de Identidade RG 16499506/SJSP-MT, CPF 017.349.841-80, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, por força do presente instrumento e em conformidade com o Edital de Pregão respectivo, com o Ato de Autorização da Licitação constante no Despacho n. 401/2020-PRES/DG/GABDG, de 24/03/2020, e com o Termo de Homologação do Pregão Eletrônico constante no Despacho n. 675/2020-PRES/DG/GABDG, de 18/05/2020, bem como nas demais normas vigentes aplicáveis ao objeto deste instrumento, têm entre si, justo e acordado, o presente CONTRATO, mediante as seguintes cláusulas e condições:

### **DO OBJETO**

**(Artigo 55, I e XI, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – Este Contrato tem por objeto a prestação de serviços comuns de engenharia para realizar manutenções preventivas, corretivas e preditivas, com fornecimento de mão de obra, em 03 (três) elevadores de passageiros instalados no Edifício Sede e no Fórum Eleitoral da Capital, ambos do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE-RO) em Porto Velho/RO, a seguir especificados:



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**ELEVADORES A E B (VL0053 E VL0054)**

**EDIFÍCIO SEDE**

**MARCA: VILLARTA**

**CARACTERÍSTICAS**

1. N° de passageiros – 8;
2. N° de paradas – 3;
3. Elevador adaptado para Portador de Necessidades Especiais - PNE, atendendo todas as normas;
4. Marcação de andares – 0;1;2;
5. Pavimento principal – 0;
6. Último pavimento – 2;
7. Percurso – 8 m;
8. Marcação entrada frontal – 0;1;2;
9. Última altura – 3600 mm;
10. Profundidade do poço – 1100 mm;
11. Frente da caixa – 1890 mm;
12. Lado da caixa – 2620 mm;
13. Posição da máquina – Dentro do passadiço, na última altura, sem casa de máquinas;
14. Distância entre andares, piso a piso – 4000 mm;
15. Acabamento em chapa de aço escovado;
16. Ventilador;
17. Espelho na cabina;
18. Detecção de excesso de carga;
19. Sistema de voz para anúncio de andar e sentido da cabine;
20. Eliminador de chamadas falsas;
21. Dispositivo que impeça que pessoas fiquem presas na cabina quando ocorrer falta de energia;
22. Dispositivo que, durante falta de energia, execute procedimento seguro que desloque o elevador para o pavimento principal e se mantenha parado com a porta aberta e cabina nivelada com o pavimento até o restabelecimento da energia;
23. Iluminação: fluorescente indireta com luz de emergência embutida;
24. Tensão de Alimentação: 380 Volts, trifásica;
25. Tensão de Iluminação da Cabina: 127 Volts;
26. Tensão de Iluminação de Manutenção: 127 Volts.

**ELEVADOR C (VL0055)**

**EDIFÍCIO FÓRUM ELEITORAL**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**MARCA: VILLARTA**

**CARACTERÍSTICAS**

1. Nº de passageiros – 8;
2. Nº de paradas – 3;
3. Elevador adaptado para Portador de Necessidades Especiais - PNE, atendendo todas as normas;
4. Marcação de andares – 0;1;2;
5. Pavimento principal – 0;
6. Último pavimento – 2;
7. Percurso – 8 m;
8. Marcação entrada frontal – 0;1;2;
9. Última altura – 3600 mm;
10. Profundidade do poço – 1100 mm;
11. Frente da caixa – 1600 mm;
12. Lado da caixa – 1630 mm;
13. Posição da máquina – Dentro do passadiço, na última altura, sem casa de máquinas;
14. Distância entre andares, piso a piso – 4000 mm;
15. Acabamento em chapa de aço inox escovado;
16. Ventilador;
17. Espelho na cabina;
18. Detecção de excesso de carga;
19. Sistema de voz para anúncio de andar e sentido da cabine;
20. Eliminador de chamadas falsas;
21. Dispositivo que impeça que pessoas fiquem presas na cabina quando ocorrer falta de energia;
22. Dispositivo que, durante falta de energia, execute procedimento seguro que desloque o elevador e se mantenha parado com a porta aberta e cabina nivelada com o pavimento até o restabelecimento da energia;
23. Iluminação: fluorescente indireta com luz de emergência embutida;
24. Tensão de Alimentação: 380 Volts, trifásica;
25. Tensão de Iluminação da Cabina: 127 Volts;
26. Tensão de Iluminação de Manutenção: 127 Volts.

**Subcláusula Primeira** – As definições relativas ao presente objeto constam no item 2, “B”, do Termo de Referência correspondente.

**Subcláusula Segunda** – Os projetos As-Built dos equipamentos estão juntados ao Anexo V do Termo de Referência respectivo (evento 0475320) e são parte integrante deste instrumento.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Terceira** – As especificações dos elevadores constam no item 2, “F”, do Termo de Referência correspondente e nesta Cláusula.

**Subcláusula Quarta** – A execução dos serviços consta detalhada no item 2, “G”, do Termo de Referência respectivo e neste instrumento.

**Subcláusula Quinta** – Os prazos de atendimento das demandas (serviços contratados) constam detalhados no item 2, “I-a”, do Termo de Referência correspondente e neste instrumento.

**Subcláusula Sexta** – A Contratada deverá observar as regras quanto à Anotação de Responsabilidade Técnica para este objeto, conforme indicadas no item 2, “I-b”, do Termo de Referência respectivo e neste instrumento.

**Subcláusula Sétima** – O detalhamento quanto à representação dos serviços consta no item 2, “J”, do Termo de Referência correspondente e neste instrumento.

**Subcláusula Oitava** – Quanto ao local de execução, os serviços objeto deste Contrato deverão ser executados nos edifícios apresentados no item 2, “K”, do Termo de Referência respectivo e na tabela a seguir:

TABELA - IMÓVEIS DA JUSTIÇA ELEITORAL EM RONDÔNIA	
1	EDIFÍCIO-SEDE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA Av. Presidente Dutra, 1889, Bairro Baixa União, CEP: 76.805-859, Porto Velho/RO.
1.1	FÓRUM ELEITORAL DE PORTO VELHO/RO

**Subcláusula Nona** – A CONTRATADA deverá observar, entre outros, as normas técnicas aplicáveis e os critérios de sustentabilidade ambiental





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

referentes a esta contratação, conforme detalhado, respectivamente, nos itens 2, “D”, e 4, “B”, do Termo de Referência correspondente.

**Subcláusula Décima** – A partir da assinatura deste contrato a CONTRATADA declara e ratifica que foram atendidos e que serão mantidos regulares os requisitos, as condições, as habilitações e as qualificações em geral, especialmente as habilitações e qualificações indicadas no item 8, letras “E”, “F”, “G” e “H”, do Termo de Referência respectivo.

**Subcláusula Décima Primeira** – Mediante assinatura do presente instrumento, a CONTRATADA ratifica declaração de ciência e se compromete com o cumprimento do disposto neste instrumento e no Termo de Referência correspondente, incluindo seus Anexos, entre eles:

ANEXO X - DECLARAÇÃO DE VISITA, evento [0475313](#);

ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE E PREPOSTO, evento [0475314](#);

ANEXO V - PROJETO AS BUILT, evento [0475320](#);

ANEXO VI - REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, evento [0475323](#);

ANEXO VII - ACEITAÇÃO DE RESPONSABILIDADE, evento [0475325](#);

ANEXO VIII - DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL, evento [0475327](#);

ANEXO IX - DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO TECNOLÓGICO, evento [0475328](#).

**Subcláusula Décima Segunda** – Vinculam-se ao presente Contrato, independente de transcrição, as normas e disposições contidas no Edital de Pregão Eletrônico supramencionado e seus anexos, inclusive no Termo de Referência (TR) respectivo, e na proposta da CONTRATADA vencedora do mencionado certame, assim como seus anexos e as documentações técnicas.

**DO REGIME DE EXECUÇÃO**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**(Artigo 55, II, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA SEGUNDA** – A presente contratação se deu mediante realização de pregão eletrônico, do tipo menor preço, na forma de execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global.

**DA SUBCONTRATAÇÃO**

**(Artigo 72 da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA TERCEIRA** – Quanto à subcontratação, deverá ser observado o que segue:

- i. Com fundamento no art. 72 da Lei nº 8.666/93 e precedentes do TCU (vg Acórdão TCU n. 2198/2015 - Plenário) será permitida a **SUBCONTRATAÇÃO PARCIAL** do objeto do contrato, possibilitando a CONTRATADA, mantida sua integral responsabilidade decorrente da execução da demanda, **SUBCONTRATAR ATÉ 50% DO VOLUME TOTAL DOS SERVIÇOS**, sendo que a subcontratação observará as regras abaixo:
  - a. Razão Social;
  - b. CNPJ;
  - c. Nome e CPF do(s) sócio(s);
  - d. Comprovantes de regularidade perante a Fazenda Federal, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa Trabalhista (TST) e Comprovação de existência de registro no Cadastro Nacional de Condenações por Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça (CNJ);
  - e. Relação detalhada dos serviços que serão subcontratados; e
  - f. Justificativa para subcontratação.
- iii. Caberá ao CONTRATANTE, ouvido o gestor do contrato, autorizar ou não a subcontratação;
- iv. Os trabalhos da empresa subcontratada deverão submeter-se à coordenação da CONTRATADA de modo a proporcionar o andamento harmonioso, em seu conjunto, permanecendo sob inteira responsabilidade da CONTRATADA o cumprimento das obrigações contratuais; e



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

v.A subcontratação de partes do objeto não libera a CONTRATADA de quaisquer responsabilidades legais - inclusive trabalhistas - e/ou contratuais sobre os serviços executados pela subcontratada, nem pela conduta dos prestadores de serviço da subcontratada quando nas dependências do CONTRATANTE.

**DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO CONTRATUAIS E  
DA POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO**

**(Artigo 57, *caput*, II e seus §§ 1º e 3º, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA QUARTA** – Este Contrato terá prazo de vigência e prazo de execução de 36 (trinta e seis) meses, a contar da data de sua assinatura no Sistema Eletrônico de Informação – SEI.

**Subcláusula Primeira** - Os prazos ora referidos poderão vir a ser prorrogados, na forma do art. 57, II, da Lei 8.666/93 e a juízo da Administração, justificada pela Autoridade competente e obedecidas as normas legais, entre elas:

1. prestação regular dos serviços;
2. não aplicação de punições de natureza pecuniária por três vezes ou mais;
3. manutenção do interesse da Administração na realização do serviço;
4. manutenção do interesse pelo Contratado;
5. manutenção da vantajosidade econômica do valor do contrato para a Administração, comprovada por meio de pesquisa de mercado para serviços similares ou consulta em contratos semelhantes em âmbito da APU (arts. 3º e 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93); e
6. concordância expressa da Contratada pela prorrogação.

**Subcláusula Segunda** – Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

- a. alteração do projeto ou especificações, pela Administração;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- b. superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;
- c. interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;
- d. aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;
- e. impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência; e
- f. omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

**DO VALOR**

**(Artigo 55, III e V, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA QUINTA** – O valor total deste contrato é de **R\$ 112.000,00** (cento e doze mil reais), com base na estimativa para o período de vigência desta contratação e conforme proposta da CONTRATADA, a seguir resumida:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO
ÚNICO	<p>Prestação de serviços comuns de engenharia para realização de serviços de manutenção preventiva, corretiva e preditiva, com fornecimento de mão de obra e materiais, em 03 (três) elevadores de passageiros instalados nos Edifício SEDE e Fórum Eleitoral da Capital, no Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia em Porto Velho, pelo período de 36 meses;</p> <p>Esta proposta compreende também a implantação, no prazo máximo de até 15 (quinze) dias, do PLANO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA (PMP).</p>

**Subcláusula Primeira** – No valor supramencionado estão incluídos todos os custos e despesas, diretos ou indiretos, como, por exemplo, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais e trabalhistas,



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

seguros, treinamentos, lucro e todos os outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Contrato, conforme proposta da CONTRATADA.

**Subcláusula Segunda** – As despesas com a execução do presente Contrato correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Justiça Eleitoral de Rondônia, no Programa de Trabalho: 02122003320GP0011 e Natureza da Despesa: 33.90.39-16 e 33.90.30-24, consoante resumo a seguir e conforme Notas de Empenho nº. 2020NE000377 e nº. 2020NE000378, ambas de 19/05/2020, a ser reforçada durante a vigência contratual, caso necessário:

<b>Categoria</b>	Orçamento ordinário
<b>Agregador</b>	Manutenção Predial
<b>Despesa agregada</b>	Contrato de Manutenção preventiva e corretiva de elevadores
<b>Plano interno</b>	AIEF MANPRE

**Subcláusula Terceira** - Quanto ao eventual reajuste dos preços contratados, repactuação, revisão, reequilíbrio econômico financeiro, acréscimo contratual e demais possibilidades de alterações, deverá ser observado o que consta na Cláusula “DA ALTERAÇÃO” deste instrumento.

**DA GARANTIA CONTRATUAL**

**(Artigo 55, VI, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA SEXTA** – Quanto à garantia contratual, a CONTRATADA deverá observar o que segue:

1. Para assegurar a plena execução deste Contrato e com fundamento nos termos do art. 56, § 2º, da Lei n. 8.666/93, a contratada deverá apresentar, em **até 10 (dez) dias úteis** após a assinatura do contrato, garantia contratual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total deste contrato, na forma e nas modalidades estabelecidas no art. 56, §1º, da Lei nº 8.666/93, a saber:



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

b) Seguro-garantia;

c) Fiança bancária emitida por instituição financeira autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil (Acórdão n. 2467/2017 – TCU – Plenário).

2. A não apresentação da GARANTIA, injustificadamente, poderá ocasionar a rescisão do contrato, independentemente de ter a CONTRATADA iniciado a execução ou não;

3. Na presente contratação, a garantia poderá cobrir eventuais prejuízos ocasionados na prestação de serviços pelos agentes da CONTRATADA, assegurar o pagamento de eventuais penalidades pecuniárias impostas pela Administração e não quitadas pela CONTRATADA, além de outras situações que justifiquem o acionamento da cobertura;

4. O prazo para apresentação da Garantia referida pode vir a ser prorrogado, mediante solicitação formal e estando sujeito à critério e à deliberação do órgão Contratante;

5. Em cumprimento ao Art. 56, § 2º da Lei n. 8.666/93, o valor da garantia deverá ser atualizado em função da eventual alteração do valor do contrato. Assim sendo, a garantia deverá ser renovada a cada prorrogação contratual e complementada a cada reajuste, repactuação, reequilíbrio econômico-financeiro ou acréscimo do contrato;

6. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados na nesta Cláusula, observada a legislação vigente relativa à matéria;

7. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal, em favor do CONTRATANTE, em conta específica com correção monetária;

8. A garantia deverá ter prazo de validade durante todo o prazo de vigência contratual;

9. A garantia, ou a parte remanescente dessa garantia, será devolvida à CONTRATA após o cumprimento integral e regular das obrigações contratuais a seu encargo;

10. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada; e

11. A garantia somente será liberada ante a comprovação de que a Contratada pagou todas as obrigações oriundas desta contratação, e, caso esse



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

pagamento não ocorra até o encerramento da vigência contratual, a garantia será retida e utilizada para cobrir as despesas necessárias.

**DO PAGAMENTO**  
**(Artigo 55, III, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA SÉTIMA** – Quanto aos pagamentos, deverão ser observadas as seguintes condições:

1. Será observada a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei 8.666/93;
2. No ato do pagamento a CONTRATADA deverá estar em situação de regularidade perante a Fazenda Federal, ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Justiça do Trabalho e do CNJ;
3. A regularidade fiscal da CONTRATADA poderá ser certificada mediante consulta ao SICAF;
4. Desobriga-se o CONTRATANTE a efetuar o pagamento sem atestação e emissão de Nota Técnica pelo fiscal/gestor designado pelo CONTRATANTE para acompanhamento e fiscalização dos serviços, ou apresentada em desacordo com os valores constantes de sua proposta de preços, ou que contenham rasuras ou erros materiais;
5. A CONTRATADA deverá apresentar junto com a Nota Fiscal dos serviços, os comprovantes de quitação de impostos e taxas que porventura incidam sobre a presente contratação;
6. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços;
7. O pagamento, quando houver reajuste, revisão ou reequilíbrio, far-se-á por meio de dois tipos de faturas, sendo uma principal, correspondente aos preços iniciais, e outra suplementar, relativa ao valor do reajustamento devido;
8. A CONTRATADA deverá apresentar uma nota fiscal para cada município, se for o caso, no qual preste o serviço que estará sujeita aos tributos Federais, Estaduais e Municipais, conforme o caso;
9. Será realizado 01 (um) pagamento a cada 30 (trinta) dias, referente aos serviços concluídos e certificados pela unidade gestora;
10. Considera-se, para todos os fins, serviços concluídos aqueles nos quais todas as etapas pertinentes já foram realizadas;





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

11. O pagamento será realizado após aprovação dos serviços executados, realizada pelo(s) fiscal(is) designado(s) especificamente para acompanhar e fiscalizar os itens da Ordem de Serviço;
12. Os serviços não realizados, ou realizados em desconformidade, serão glosados até que sejam efetivamente efetivados;
13. Os pagamentos serão feitos mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras - através do Banco do Brasil S/A, em favor da CONTRATADA, na conta corrente indicada na proposta, devendo, para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número de conta corrente em que deverá ser efetivada o crédito, o qual ocorrerá até 10 (dez) dias corridos após a apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal da Ordem de Serviço, sendo que em todos os pagamentos o CONTRATANTE fará as retenções tributárias legais;
14. Para os eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de qualquer forma para tanto, fica convencionada a taxa de compensação financeira devida entre a data contratual de pagamento e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$M = I \times N \times VP$	<p>Onde:</p> <p>EM = Encargos moratórios;</p> <p>N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;</p> <p>VP = Valor da parcela a ser paga.</p> <p>I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:</p> <p><math>I = ((TX)/365)</math> <math>I = ((6/100)/365)</math> <math>I = 0,00016438</math></p> <p>TX = Percentual da taxa anual = 6%.</p>
----------------------------	---

**N1.** A eventual compensação financeira anteriormente mencionada será incluída em nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

**N2.** Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e serem submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que decidirá acerca da eventual apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

15. Havendo erro nos documentos apresentados, ou havendo, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, os documentos serão devolvidos à contratada e o pagamento ficará pendente até que a contratada providencie as medidas saneadoras notificadas pelo CONTRATANTE, no prazo estabelecido. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

16. No caso de irregularidade fiscal, poderá a CONTRATADA receber o respectivo pagamento, desde que com autorização prévia do CONTRATANTE, acompanhada das devidas justificativas, sem prejuízo de eventuais penalidades;

17. Caso a contratada não apresente regularidade fiscal no momento do pagamento conforme ora descrito, poderá ser aplicada multa por descumprimento de obrigação imposta, conforme sanção prevista neste instrumento. O pagamento será realizado com a devida retenção da multa a ser aplicada, o qual ficará retida até a conclusão do procedimento de apuração de responsabilidade. (*Acórdão n.º 964/2012-Plenário, TC 017.371/2011-2, rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, 25.4.2012*);

18. Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento; e

19. O CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela contratada que porventura não tenha sido acordada contratualmente.

## **DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**(Artigo 67 da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA OITAVA** – No TRE-RO, a GESTÃO do contrato será exercida pelo titular da Seção de Manutenção Predial - SEMAP, ou seu substituto legal, conforme disposto nos artigos 22 a 29 da IN/TRE-RO n. 004/2008, sendo que:

1. Conforme Capítulo 9, "A", "vi", e observando as diretrizes estabelecidas na OS. n. 001-2010/TRE-RO, o Gestor do Contrato poderá autorizar o uso do ambiente e equipamentos da unidade demandante, em horário de expediente normal, para finalidades intrinsecamente ligadas à execução do objeto;

2. A fiscalização da contratação no TRE-RO será exercida por um representante da Administração, definido especificamente na Ordem de Serviço ou previamente designado, ao qual competirá, além das atribuições definidas na IN/TRE-RO n. 004/2008 (ou em outra que a venha suceder), dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução da Ordem de Serviço;

3. A atuação ou a eventual omissão da Fiscalização e da Gestão durante a execução do Contrato de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada por qualquer irregularidade, inclusive perante terceiros, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei n. 8.666, de 1993;

4. Por ato motivado, a Autoridade Competente poderá atribuir a gestão do contrato a pessoa diversa; e

5. É vedada designação de servidor que:

1. possua com o contratado relação comercial, econômica, financeira, civil ou trabalhista;
2. seja amigo íntimo ou inimigo capital do contratado ou dos dirigentes do contratado;
3. tenha parentesco com membro da família do contratado; e
4. por motivos éticos, não possa exercer a função com austeridade exigida pelo interesse público ou, em a exercendo, comprometa a imagem pública da instituição.

**Subcláusula única** – As eventuais dúvidas sobre esta contratação poderão ser esclarecidas pelos servidores da Seção de Manutenção Predial - SEMAP, localizada no prédio sede do TRE-RO, situado à Av. Presidente Dutra, n. 1889, bairro Baixa da União, em Porto Velho/RO, ou por meio dos telefones (69) 3211-2267/2028/2119/2072, ou, ainda, pelo e-mail [semap@tre-ro.jus.br](mailto:semap@tre-ro.jus.br).

## **DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**(Artigo 55, VII, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA NONA** – São obrigações da Administração Contratante:

1. Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados;
2. Acompanhar e fiscalizar a execução da Ordem de Serviço por meio de um representante especialmente designado, nos termos do art. 67 da Lei n. 8.666/1993;
3. Notificar, por escrito, a contratada, na ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
4. Oferecer todas as informações e esclarecimentos necessários para que a Contratada possa executar os serviços dentro das especificações;
5. Não permitir execução de tarefas em desacordo com as normas preestabelecidas e rejeitar, no todo ou em parte, os serviços que sejam



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

executados em desacordo com a Ordem de Serviço, aplicando as penalidades cabíveis;

6. Ceder à CONTRATADA, quando necessário, espaço para execução dos serviços, ficando a CONTRATADA responsável pelo seu zelo e posterior desocupação, nas mesmas condições que lhe foi cedido;
7. Receber, DEFINITIVAMENTE, em até dez dias úteis após fim da vigência do futuro contrato, o objeto deste instrumento, nos termos do art. 73 da lei das licitações - 8.666/93, liberando o contratado de todas as obrigações, exceto as de garantia;
8. Comunicar-se com a CONTRATADA preferencialmente por meio de correspondência oficial, inclusive alertando-a acerca da proximidade do vencimento de prazos e obrigações que possam repercutir no cumprimento dos encargos assumidos;
9. Analisar e deliberar sobre os eventuais pedidos de prorrogação de prazo para entrega e substituição de materiais utilizados pela contratada;
10. Controlar a execução financeira da contratação, dentro dos limites, condições e prazos estabelecidos;
11. Manter atualizados os registros de serviços que tenham sido realizados pela CONTRATADA;
12. Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;
13. Rejeitar, no todo ou em parte, caso estejam inadequados ou irregulares, os serviços prestados pela CONTRATADA;
14. Notificar a CONTRATADA em razão de qualquer descumprimento das obrigações assumidas neste contrato, alertando sobre as penalidades que poderão ser aplicadas, caso persista, de forma injustificada, a irregularidade;
15. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA; e
16. Exercer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ao contrato ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública.

### **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA** **(Artigo 55, II, IV, VII e XIII, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA** – São obrigações da contratada, entre outras:



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1. Indicar, no prazo máximo de 5 dias úteis após o recebimento da Ordem de Serviço, o Responsável Técnico pelos serviços contidos na OS, podendo ser este prazo prorrogado por igual período pela Autoridade Competente, desde que justificadamente;
2. Empregar, na execução dos serviços, pessoal devidamente qualificado;
3. Empregar somente materiais novos, comprovadamente de primeira linha, de qualidade extra ou superior e certificados pelo INMETRO;
4. Gerir a mão de obra necessária para a realização dos serviços, inclusive de eventuais subcontratadas;
5. Designar preposto no município de Porto Velho, por meio de Carta de Preposição, até a data de assinatura do contrato, com amplos poderes para representá-la formalmente durante a prestação dos serviços, em todos os assuntos operacionais e administrativos relativos ao objeto, sendo que:
  1. O Responsável Técnico poderá acumular a posição de Preposto da CONTRATADA; e
  2. O preposto deverá atender à ordem de serviço emitida pelo CONTRATANTE de forma imediata.
6. Submeter à CONTRATADA, por escrito, solicitação de retirada de quaisquer equipamentos de suas dependências, bem como proceder à sua devolução, no prazo fixado pela CONTRATANTE;
7. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, disponibilizando todos os materiais, equipamentos e mão-de-obra necessários e aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do § 1º, do art. 65, da Lei n. 8.666/93;
8. Manter Encarregado-Geral no local onde será executado o serviço, durante sua execução, para orientar, coordenar, acompanhar, supervisionar e dar ordens ao contingente alocado e resolver quaisquer questões pertinentes à execução do serviço, para correção de situações adversas e para o atendimento das solicitações da Fiscalização;
9. Reconstituir todas as partes danificadas em virtude da execução dos serviços, incluindo lajes, paredes de gesso e alvenaria, forros de gesso e madeira, esquadrias, divisórias, pisos e revestimentos, de forma a restaurar a condição anterior à intervenção da CONTRATADA;
10. Substituir, sempre que exigido pelo CONTRATANTE e independentemente de justificativa por parte desta, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios;
11. Responder por danos, avarias e desaparecimento de bens materiais, causados à CONTRATADA ou a terceiros, por seus prepostos ou empregados,



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

em atividade nas dependências do CONTRATANTE, desde que fique comprovada a responsabilidade, nos termos do Artigo 70, da Lei nº 8.666/93;

12. Executar os serviços de forma a produzir o máximo de resultados, com o mínimo de transtorno para o CONTRATANTE, devendo, para tanto programar a sua execução em conjunto com a Fiscalização, podendo isso ser realizado em finais de semana e feriados;

13. Observar, adotar, cumprir e fazer cumprir todas as normas de segurança e prevenção de acidentes no desempenho de cada etapa dos serviços;

14. Observar, adotar, cumprir e fazer cumprir legislação municipal do local onde o serviço esteja sendo prestado, no que tange a gestão dos resíduos sólidos;

15. Manter-se atualizada dos normativos que regulam a prestação de serviços nas esferas Federal, Estadual e Municipais, incluindo eventuais novas regulamentações;

16. Manter vínculo empregatício com os seus empregados, sendo responsável pelo pagamento de salários e todas as demais vantagens, recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas, além de seguros e indenizações, taxas e tributos pertinentes. A inadimplência da CONTRATADA para com estes encargos, não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto da demanda;

17. Assumir total responsabilidade pelo controle de frequência, disciplina e pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias, inclusive as decorrentes de acidentes, indenizações, multas, seguros, pagamentos a fornecedores diretos, normas de saúde pública e regulamentadoras do trabalho (NR), assim como pelo cumprimento de todas as demais obrigações atinentes à demanda;

18. Identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade do CONTRATANTE;

19. Proceder à limpeza e retirada de entulhos e qualquer detrito dos locais de trabalho, em razão da execução de serviços;

20. Dar ciência à Fiscalização, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução do serviço;

21. Sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos que forem por ela solicitados, cujas reclamações obriga-se a atender prontamente;

22. Fornecer, no ato da entrega da Nota Fiscal, relatório técnico escrito, assinado pelo Responsável Técnico, sobre os serviços prestados, contendo no mínimo, as seguintes informações:

1. Descrição dos serviços realizados; e





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2. Descrição de quaisquer anormalidades/dificuldades constatadas no decorrer da execução dos serviços.
23. Informar à Fiscalização, para efeito de controle de acesso às suas dependências, o nome, os respectivos números da carteira de identidade e da matrícula de todos os empregados a serem alocados na prestação do serviço, inclusive daqueles designados pela CONTRATADA para exercer atribuições de supervisão, coordenação e controle operacional em relação ao contingente alocado no TRE-RO;
24. Assumir todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho do serviço da demanda ou em conexão com eles;
25. Manter, durante a vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital relativo à licitação da qual decorreu o presente ajuste, nos termos do art. 55, inc. XIII, da Lei n. 8.666/1993, inclusive as condições de cadastramento no SICAF, o qual será observado mensalmente, quando dos pagamentos à CONTRATADA;
26. Fornecer, além do uniforme, equipamentos de proteção individual – EPI a todos os empregados cujas atividades os exijam por normas de segurança em vigor;
27. Garantir que os prestadores de serviço estejam sempre devidamente identificados e utilizando os equipamentos de proteção individual – EPI;
28. Arcar com o transporte e deslocamento de todo o material necessário à execução dos serviços;
29. Zelar, guardar e proteger os materiais e ferramentas utilizados nas execuções, mesmo quando depositados em ambiente do CONTRATANTE;
30. Não vincular sob hipótese alguma, o pagamento dos salários de seus empregados ao pagamento efetuado pelo CONTRATANTE;
31. Apresentar, por ocasião da execução dos serviços a serem prestados ao CONTRATANTE, a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, devidamente registrada junto ao CREA, conforme Art. 127, § 4º, Lei n. 13.309 de 09 de agosto de 2010, conforme a seguir:

*" Art 127, § 4º, Lei 12.309 de 09 de agosto de 2010.*

*"Deverá constar do projeto básico a que se refere o art. 6º, inciso IX, da Lei nº 8.666, de 1993, inclusive de suas eventuais alterações, a anotação de responsabilidade técnica pelas planilhas orçamentárias, as quais deverão ser compatíveis com o projeto e os custos do sistema de referência, nos termos deste artigo"*
32. Realizar todas as transações comerciais necessárias à execução dos serviços contratados exclusivamente em seu próprio nome;





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

33. Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades contratadas, sem a prévia autorização da CONTRATADA;

34. Cumprir o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal/1988, a seguir indicado:

*“XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.”*

35. Executar os serviços por mão-de-obra devidamente qualificada e regularmente contratada, conforme as normas trabalhistas aplicáveis;

36. Obedecer rigorosamente às instruções contidas no Termo de Referência, bem como às contidas nas disposições legais cabíveis que dispuserem sobre conservação de fachadas, sobre gotejamento irregular de aparelhos de ar condicionado, nos Decretos Estaduais que regulamentem o Código de Segurança contra Incêndio e Pânico, bem como nas Leis Estaduais que dispuserem sobre instalação de para-raios, que dispuserem sobre limpeza e higienização dos reservatórios de água, e na Lei que dispuser sobre limpeza e inspeção de ar condicionado, entre outras;

37. Cumprir rigorosamente o Código Civil, as Normas Técnicas da ABNT, as Normas de Medicina e Segurança do Trabalho e demais normas legais e regulamentares pertinentes aos serviços executados;

38. Fornecer todas as ferramentas e os equipamentos necessários à execução das atividades;

39. Prestar o serviço no tempo, lugar e forma estabelecidos no objeto deste instrumento;

40. Cumprir todas e quaisquer outras normas de legislação federal, estadual e municipal, independente de transcrição no Termo de Referência, não podendo eximir-se ou alegar desconhecimento das obrigações estabelecidas em Lei;

41. Enviar relatório ou boletim semanal dos serviços (para garantir a perfeita comunicação entre a CONTRANTE e a CONTRATADA), apresentando, no mínimo, resumo das atividades, considerando os seguintes itens:

1. Condições de trabalho;
2. Casos fortuitos e de força maior;
3. Cumprimento de prazos; e
4. Outros casos de natureza relevante que possam impactar a execução dos serviços.

42. Entregar, preferencialmente na forma eletrônica, as comunicações referentes aos boletins semanais que serão entregues;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

43. Realizar o objeto deste contrato nas condições, preços e prazos pactuados, nos termos do Edital da Licitação e seus anexos;
44. Reparar/corrigir/refazer as suas expensas, no prazo determinado pela fiscalização, contados de sua notificação, os serviços nos quais forem constatadas falhas, imperfeições ou irregularidades resultantes da execução ou do material empregado;
45. Apresentar garantia contratual no prazo e nas condições estipuladas;
46. Comunicar por escrito e imediatamente ao contratante a ocorrência de contratação de empregados ou a admissão em seu quadro societário de pessoas que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRE;
47. Cumprir, no prazo determinado na notificação expedida, determinação do fiscal ou do gestor do contrato para adimplemento de obrigação contratual;
48. Apresentar os eventuais pedidos de prorrogação do prazo de entrega/execução de serviços dentro dos prazos inicialmente definidos para o cumprimento dessas obrigações, observando os procedimentos a seguir:
  - 48.1) Os pedidos deverão ser encaminhados à Coordenadoria de Material e Patrimônio do TRE-RO, unidade competente para, colhida a manifestação do Fiscal do Contrato, decidir acerca desses requerimentos; e
  - 48.2) Somente serão processados os pedidos protocolados dentro dos prazos para entrega e substituição do bem, conforme prazos e circunstâncias estabelecidas na Instrução Normativa nº 004/2008- TRE-RO.
49. Cumprir todas as demais normas e obrigações que, embora não referidas no contrato, sejam de observância obrigatória para a regular prestação dos serviços objeto deste contrato.

### **DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

**(Artigo 55, IV, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** – Quanto à execução dos serviços ora contratados, deverão ser observadas as seguintes condições:

- i. A execução dos serviços seguirá o Plano de Manutenção Preventiva elaborado pela CONTRATADA e aceito pela FISCALIZAÇÃO;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- ii. A CONTRATADA deverá apresentar o **PLANO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA (PMP)** em até 15 (quinze) DIAS após o recebimento da Ordem de Serviço;
- iii. As rotinas básicas de manutenção previstas no item “vii” abaixo, servem como referência para que a CONTRATADA elabore o PMP;
- iv. A CONTRATADA, deverá, obrigatoriamente, revisar as rotinas de referências, propondo alterações e sugestões que melhor atendam à execução das manutenções preventivas, corretivas e preditivas;
- v. PMP poderá ser revisto, de ofício, ou mediante provocação pela Contratada, para melhor ajuste da execução dos serviços;
- vi. PMP deverá ser elaborado levando em consideração a legislação citada no item 2.1.2 acima, em qualquer outra legislação do setor e as premissas contidas nas rotinas básicas de manutenção;
- vii. A execução do **PLANO DE MANUTENÇÃO** terá início imediatamente após sua aceitação pelo CONTRATANTE. Durante a execução do PLANO DE MANUTENÇÃO, a CONTRATADA deverá seguir pelo menos as seguintes rotinas de serviços:

### **I) ROTINAS ANUAIS**

- 1. Realizar teste de funcionalidade de freios de segurança e limitadores de velocidade, com fornecimento de laudos.

### **II) ROTINAS SEMESTRAIS**

- 1. Verificar e, se necessário, corrigir a velocidade dos motores de tração a CC a plena carga, meia carga e vazio;
- 2. Acionar o sistema de segurança, ajustando as velocidades de desarme;
- 3. Testar os amortecedores com a queda da cabina, com meia lotação;
- 4. Verificar necessidade de substituição dos acolchoados das cabinas dos elevadores de serviço; e
- 5. Lavar e aplicar novo lubrificante nas almas das guias das cabinas e de contrapesos.

### **III) ROTINAS BIMESTRAIS**

#### **a) Cabinas**

- 1. Inspecionar o desgaste dos coxins ou roletes, ajustando se necessário;
- 2. Testar o dispositivo de segurança que limita carga; e
- 3. Testar o funcionamento de freio de segurança (teste estático), ajustando as velocidades de desarme.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **IV) ROTINAS MENSAIS**

#### **a) Gerais**

1. Verificar as correções das guias ou as roldanas dos cursores, assegurando uma operação silenciosa e mantendo as guias adequadamente lubrificadas;
2. Verificar os cabos de aço e todos os dispositivos de segurança e reguladores, eliminando os eventuais defeitos mecânicos;
3. Verificar a tensão dos cabos condutores, mantendo o equilíbrio entre fases;
4. Verificar os exaustores existentes no foço dos elevadores; e
5. Varrer e limpar as estruturas do foço de elevação.

#### **b) Motores de CC/CA, grupos geradores e caixas redutoras**

1. Fazer a remoção dos resíduos de carvão e poeira das escovas e porta-escovas;
2. Movimentar as escovas de carvão no interior dos seus porta-escovas;
3. Fazer a remoção da poeira acumulada e do óleo vazado;
4. Verificar o nível do óleo, completando-o se necessário;
5. Ajustar a altura dos porta-escovas em relação à superfície de contato dos elevadores;
6. Ajustar a superfície de contato dos coletores que apresentarem faiscamento na comutação e/ou trepidações excessivas; e
7. Manter limpos e desimpedidos os espaços físicos das casas de máquinas instaladas no subsolo e cobertura do edifício, informando à FISCALIZAÇÃO a existência de irregularidades, quando houver.

#### **c) Freios**

1. Remover da superfície de contato do tambor todo o resíduo de óleo e graxa;
2. Ajustar a folga excessiva entre as sapatas e discos da superfície de contato dos tambores de freio; e
3. Inspecionar o sistema de frenagem quanto a ruído, desgaste das sapatas, ovalização do tambor, terminais de ligação, abertura do freio, regulagem das molas, regulagem do percurso do núcleo, nivelamento na parada.

#### **d) Quadro de comando**

1. Fazer a remoção da poeira e aplicação de fina camada de óleo com querosene na estrutura externa dos quadros;
2. Inspecionar as chaves controladoras quanto à regulagem, pressão, integridade, desgaste e alinhamento dos contatos;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3. Verificar, ajustar e substituir, se necessário, os temporizadores, fusíveis, relés, contadoras, chaves com mau contato, relés de cola, relés de carga dos geradores e circuitos de proteção;
4. Efetuar teste dos hardwares de controle através de softwares de controle; e
5. Inspecionar interfaces homem máquina e leds de monitoração dos comandos microprocessados.

### **e) Nos andares**

1. Remover toda a poeira das faces externas e internas das portas, aplicando, em seguida, fina camada de óleo com querosene;
2. Proceder à limpeza, em toda a extensão, das soleiras, das roldanas e dos trincos, procedendo-se à lubrificação dos eixos;
3. Fazer a remoção de todo o material depositado sobre as barras chatas de ferro (apoio das carretilhas) e aplicação de fina camada de óleo com querosene na estrutura externa dos quadros;
4. Ajustar qualquer folga excessiva nos roletes excêntricos das suspensões das folhas da porta e dos contatos dos trincos e ganchos;
5. Verificar o nivelamento, aceleração e retardamento das cabinas em cada um dos pavimentos;
6. Verificar a simultaneidade da abertura das portas das cabinas com as de cada pavimento;
7. Verificar o funcionamento dos dispositivos de abertura manual de portas e dos dispositivos mecânicos de acionamento de emergência;
8. Verificar o funcionamento dos botões de chamada e indicadores visuais e sonoros de posição e movimento, mantendo o nível de visibilidade original e substituindo-os quando necessário; e
9. Verificar a integridade dos perfis de borracha das portas dos pavimentos, substituindo-os se necessário.

### **f) Cabinas**

1. Verificar os bancos das cabinas dos elevadores, mantendo-os em perfeitas condições de uso;
2. Verificar os acrílicos dos tetos das cabinas dos elevadores, bem como o piso;
3. Verificar as sapatas das portas dos elevadores, substituindo-as quando danificadas;
4. Verificar as portas dos elevadores, alinhando-as quando necessário;
5. Verificar as lâmpadas e reatores existentes nos elevadores, tetos, gongos e lâmpadas sobre cabinas;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

6. Verificar todas as peças e lâmpadas que compõem as botoeiras;
7. Verificar o sistema de ventilação eletromecânica existente na cabina de cada elevador;
8. Fazer a remoção do lixo acumulado em toda a extensão das soleiras;
9. Remover toda a poeira das faces externas das portas, aplicando, em seguida, fina camada de óleo com querosene;
10. Remover todo o material depositado nas suspensões, aplicando, em seguida, fina camada de óleo, retirando todo o excesso;
11. Proceder à limpeza geral das barras articuladas e aplicação de óleo fino nas articulações;
12. Fazer a remoção da poeira das grades de ventilação;
13. Remover o lixo e a poeira da tampa do teto, e aplicação de fina camada de óleo com querosene, retirando o excesso;
14. Fazer a remoção da poeira dos ventiladores e exaustores e lubrificação das buchas;
15. Liberar o dispositivo de desengate para aplicação de fina camada de óleo;
16. Lubrificar os conjuntos operadores de porta;
17. Inspecionar o funcionamento do motor e as condições das correias de acionamento;
18. Verificar a partida, a parada e o nivelamento do carro, a abertura e o fechamento das portas, o funcionamento das botoeiras, sinalizadores e luz de emergência, a graxa dos conjuntos operadores das portas, o funcionamento dos aparelhos de comunicação, a sapata de segurança e a fotocélula;
19. Verificar o funcionamento do dispositivo que impede o movimento do carro com as portas abertas e que impede a abertura das mesmas com o carro em trânsito;
20. Inspecionar os terminais elétricos, na parte superior das cabinas, quanto ao estado geral e fixação;
21. Inspecionar os comandos localizados sobre a cabina; e
22. Inspecionar a existência de vibrações e/ou ruídos anormais quando da movimentação da cabina.

### **g) Contrapesos**

1. Fazer a remoção da poeira da suspensão, aplicando, em seguida, fina camada de óleo com querosene nos materiais ferrosos;
2. Verificar e ajustar o desgaste e a folga excessiva entre as corrediças deslizantes; e



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3. Inspecionar excentricidade e lubrificar polias intermediárias.

### **h) Poço/Para-choque**

1. Proceder à limpeza geral;
2. Verificar o nível do óleo, completando-o, se necessário;
3. Verificar o aperto das porcas das braçadeiras de apoio; e
4. Verificar a fiação do poço.

### **i) Cabos de aço**

1. Ajustar as tensões dos cabos de tração e compensação;
2. Limpar e lubrificar;
3. Verificar os cabos de aço como fator de segurança; e
4. Inspecionar quanto ao desgaste, oxidação, redução de diâmetro e quebra de arames e trancas.

### **j) Polias de Compensação e Tensoras**

1. Ajustar a distância da polia de compensação ao piso, ajustar contato elétrico em relação à polia;
2. Ajustar a distância da polia tensora ao piso, ajustar contato elétrico em relação à polia; e
3. Inspecionar polias de compensação e tensoras quanto à excentricidade e lubrificar.

### **k) Fita Seletora**

1. Ajustar a folga entre os contatos fixos e os cones (meias-luas); e
2. Ajustar as distâncias entre as molas “pick-ups” e os rebites de metal.

### **l) Eixo sem fim**

1. Inspecionar o eixo sem fim e o limitador de velocidade.

### **m) Sistema de Resgate Automático**

1. Testar o funcionamento de sistema de resgate automático, quando existente.

## **DA SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** – Quanto à substituição de peças, deverá ser observado o que segue:





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

i. Constatada a necessidade de substituição de peças ou equipamentos, bem como substituição de cabos, disjuntores, botões, placas eletrônicas e quaisquer outros equipamentos relevantes, o fornecimento e instalação obedecerão às seguintes etapas:

a. Emissão de relatório circunstanciado, pela CONTRATADA, especificando o defeito apresentado, o motivador ou causador do defeito e as peças que necessitam ser substituídas, bem como e a urgência da substituição, para apreciação e aprovação pelo gestor;

b. O valor referente ao **fornecimento de peças** será obtido através de 03 (três) consultas ao Mercado Local, visto não existir parâmetros para manutenção de elevadores na tabela SINAPI, acrescido de **BDI** de 15% (quinze por cento); e

c. Em caso impossibilidade em obter 03 (três) consultas, faz-se necessária a devida justificativa da situação encontrada.

ii. O fornecimento de materiais e a execução dos serviços obedecerão rigorosamente ao constante nos documentos:

a. Normas da ABNT;

b. Prescrições e recomendações dos fabricantes; ou

c. Na falta das anteriores, normas internacionais consagradas.

iii. **Excetua-se do ressarcimento** insumos inerentes à manutenção periódica prevista em **PMP**, como, por exemplo, aplicação de fitas isolantes, graxa, lubrificação e pequenas quantidades de fiações;

iv. A garantia das peças fornecidas pela CONTRATADA deverá ter um prazo de garantia mínimo de 180 (cento e oitenta) dias ou a garantia do fabricante quando esta última possuir um maior prazo de cobertura;

v. Toda peça ou equipamento que vier a ser substituído pela CONTRATADA nas dependências do CONTRATANTE deve ser entregue à fiscalização desta última, para controle de consumo;

vi. O CONTRATANTE reserva o direito de adquirir os equipamentos e materiais referenciados neste item pela maneira mais adequada aos interesses da Administração Pública;

vii. Caso o CONTRATANTE decida adquirir as peças por outros meios disponíveis, as peças serão repassadas à CONTRATADA, valendo o mesmo prazo informado na proposta para a CONTRATADA restabelecer o perfeito funcionamento do equipamento, contado a partir do dia em que a



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

peça for entregue à CONTRATADA, e considerando-se esse mesmo prazo para aplicação de penalidades; e

viii. O CONTRATANTE reservará um percentual de 15% do valor do contrato referente a 01 (um) ano de contrato para a aquisição de peças necessárias à manutenção do sistema de elevação de passageiros, sendo que este valor foi estimado em consulta aos contratos similares firmados pela Administração Pública.

**DOS PRAZOS DE ATENDIMENTO DAS DEMANDAS**

**(Artigo 55, IV, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** – Quanto aos prazos de atendimento das demandas ora contratados, deverão ser observadas as seguintes condições:

1. A Contratada, sempre que houverem situações de interrupção parcial ou total, será acionada por e-mail, que deverá ser fornecido até a data de assinatura do contrato e/ou por mensagem de texto através de número que deverá ser fornecido até a data de assinatura do contrato; e
2. A CONTRATADA deverá atender às demandas em conformidade com os prazos apresentados na tabela a seguir:

<b>TABELA 1</b>		
<b>OCORRÊNCIAS</b>	<b>Nível de Prioridade</b>	<b>TEMPO MÁXIMO DE ATENDIMENTO</b>
		<b>(após abertura do chamado)</b> Sede TRE e Fórum Eleitoral
No Edifício SEDE e Fórum: <ul style="list-style-type: none"><li>• Equipamento parcialmente inoperante</li></ul>	II	Até 12 horas
Nos Edifícios SEDE e Fórum: <ul style="list-style-type: none"><li>• Equipamento totalmente</li></ul>	I	Até 2 horas



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

inoperante		
Nos Edifícios SEDE e Fórum: <ul style="list-style-type: none"><li>Ocorrências de risco aparente curto circuito/aquecimentos/etc</li></ul>	I	Até 2 horas
Nos Edifícios SEDE e Fórum: <ul style="list-style-type: none"><li>Equipamento com necessidade de ajuste e pequenos reparos que não compromete a operação/uso</li></ul>	III	Até 24 horas

### **DA ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA** – Quanto à anotação de responsabilidade técnica dos serviços ora contratados, deverão ser observadas as seguintes condições:

1. Todo contrato, escrito ou verbal, para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à engenharia, à arquitetura e agronomia fica sujeito à anotação de responsabilidade técnica (ART), conforme art. 1º da lei nº 6.496/1977;
2. Ainda no referido diploma, a ART define para efeitos legais os responsáveis técnicos pelo serviço de engenharia contratado;
3. A ART deverá ser efetuada pelo profissional ou pela empresa no respectivo conselho profissional de classe;
4. Sobre o tema, cita-se excerto das **Orientações para elaboração de planilhas orçamentárias de obras públicas**/Tribunal de Contas da União, Coordenação-Geral de Controle Externo da Área de Infraestrutura e da Região Sudeste. – Brasília : TCU, 2014, p. 16:

*"A Lei n. 5.194/1966 regula o exercício da profissão de engenheiro, estabelecendo que os estudos, plantas, projetos, laudos e qualquer outro trabalho de engenharia, seja público ou particular, somente poderão ser submetidos ao julgamento das autoridades competentes e só terão valor jurídico quando os autores forem*



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

*profissionais habilitados de acordo com essa lei."*

5. A CONTRATADA se responsabilizará **de forma solidária** pela regularidade dos projetos executados por seus responsáveis técnicos (Art. 70, Lei nº 8666/93);
6. A ART deverá ser fornecida, após autorização para execução dos serviços, no prazo de 5 (cinco) dias úteis; e
7. Em casos de atraso para registro da ART nos órgãos de classe, justificadamente, ouvido o Gestor do contrato, a Autoridade Competente poderá deferir dilação do prazo anterior.

### **DA REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA** – Quanto à representação dos serviços ora contratados, deverão ser observadas as seguintes condições:

1. Após a assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar, no prazo máximo de 5 dias, representante dos serviços, denominado preposto, para fins não técnicos, com o perfil profissional adequado, o qual deverá ficar disponível para receber notificações e promover a representação comercial da CONTRATADA com o CONTRATANTE, observando as condições indicadas no item 9, "A", "vi", "vii", "viii" e "ix", do Termo de Referência correspondente, a seguir resumidos:
  - 1.1) A CONTRATADA deverá indicar PREPOSTO no município de Porto Velho para representá-la junto ao CONTRATANTE, sem qualquer ônus, podendo este executar suas tarefas nas dependências do CONTRATANTE, sendo esta autorização, quando em horário de expediente normal ser realizada pelo Gestor do Contrato;
  - 1.2) O PREPOSTO deverá ficar disponível para supervisionar os serviços de forma que os profissionais possam cumprir os prazos e condições previstos no contrato;
  - 1.3) A CONTRATADA deverá fornecer, no mínimo, 02 (dois) números telefônicos, 01 (um) Correio eletrônico, para servirem como canais de comunicação entre o CONTRATANTE e o fiscal/gestor da CONTRATADA, podendo ser utilizado outro meio de comunicação, desde que seja efetivamente utilizado pelo preposto da CONTRATADA; e



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1.4) Os dados previstos no item anterior devem ser mantidos atualizados pela CONTRATADA pelos e-mails [semap@tre-ro.jus.br](mailto:semap@tre-ro.jus.br); [segov@tre-ro.jus.br](mailto:segov@tre-ro.jus.br)

2. A coordenação da execução do serviço será de obrigação total e exclusiva da CONTRATADA, devendo o Responsável Técnico detentor da ART verificar se os serviços estão sendo realizados de acordo com as normas e com qualidade, principalmente para evitar retrabalho ou recusa dos serviços prestados;

3. Em situações excepcionais, a critério do CONTRATANTE, o prazo definido no item i poderá ser reduzido ou aumentado de forma razoável para o atendimento efetivo da demanda;

4. Antes da execução dos serviços, a CONTRATADA, representada preferencialmente pelo Responsável Técnico, deverá participar de reunião presencial, ou por vídeo conferência, para dirimir dúvidas e orientar as execuções;

5. Os responsáveis técnicos e representantes indicados pelo contratado deverão participar de reuniões, presenciais ou virtuais, sempre que existirem dúvidas, previamente agendadas, e sempre que convocadas pela CONTRATANTE;

6. A substituição dos representantes dos serviços e dos responsáveis técnicos, na forma da lei, deverá ser comunicada imediatamente e por escrito ao CONTRATANTE;

7. Para garantir a perfeita comunicação entre a CONTRANTE e a CONTRATADA, o representante técnico dos serviços deverá enviar relatório ou boletim mensal dos serviços, apresentando, no mínimo, resumo das atividades, considerando os seguintes itens:

7.1) Condições de trabalho;

7.2) Casos fortuitos e de força maior;

7.3) Cumprimento de prazos;

7.4) Outros casos de natureza relevante que possam impactar a execução dos serviços; e

8. As comunicações referentes aos boletins mensais serão entregues, preferencialmente, na forma eletrônica.

## **DA EXECUÇÃO CONTRATUAL E DO RECEBIMENTO DO SERVIÇO**

**(Artigo 55, IV, da Lei 8.666/93)**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA** – Quanto à execução e ao recebimento do serviço, deverá ser observado o que segue:

1. É de responsabilidade da CONTRATADA a gestão da mão de obra necessária para a realização dos serviços objeto deste instrumento;
2. Todos os materiais a serem empregados serão novos, comprovadamente de primeira linha, de qualidade extra ou superior e certificados pelo INMETRO, sendo rejeitados os classificados como linha popular ou econômica, devendo ser submetidas amostras à aprovação da FISCALIZAÇÃO antes do seu emprego;
3. A CONTRATADA deverá atender todas as demandas do CONTRATANTE, que serão solicitadas levando em consideração a natureza e/ou especialidade do serviço ou solicitação do gestor/fiscal da contratação e poderão ser precedidas, ou não, de proposta de orçamento, solicitada previamente à contratada;
4. O período para execução dos serviços será, em regra, de **segunda à sexta-feira das 08:00 às 17:00 horas**, contudo, considerando a natureza do serviço ou impossibilidade de execuções nesse período ou horário, a critério do gestor/fiscal, os serviços poderão ser executados em horários diversos, nos finais de semana, feriados ou no período noturno;
5. Os serviços somente serão iniciados mediante emissão prévia de Ordem de Serviço (OS) e, apresentação pela CONTRATADA da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART);
6. A ART deve ser apresentada ao CONTRATANTE devidamente REGISTRADA, em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da Ordem de Serviço;
7. O prazo de início dos serviços será contado da data da entrega da ART pela contratada;
8. A não apresentação injustificada da Anotação de Responsabilidade Técnica poderá ocasionar a rescisão do contrato, independentemente de ter a CONTRATADA iniciado a execução ou não;
9. Em casos de impossibilidade de emissão da ART, justificadamente, ouvido o Gestor do Contrato, a Autoridade competente poderá dilatar o prazo anterior;
10. Os serviços realizados que impliquem em ônus extra ao CONTRATANTE e que não tenham sido autorizados e aprovados, serão desconsiderados para fins de pagamento, não cabendo à CONTRATADA qualquer alegação em contrário; e
11. Os serviços somente serão considerados executados mediante A CERTIFICAÇÃO MENSAL pelo Fiscal do Serviço conjuntamente com o Gestor da demanda.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**DA GARANTIA DOS SERVIÇOS**

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA** – Quanto à garantia dos serviços descritos neste instrumento, deverão ser observadas as seguintes condições:

1. O recebimento e a certificação pela unidade técnica realizados mensalmente pelo CONTRATANTE não excluem a responsabilidade civil da contratada pela solidez e pela segurança dos serviços e dos materiais empregados, nem a libera das obrigações durante o período de garantia previsto para o serviço;
2. Durante o prazo de garantia, a contratada ficará obrigada a reparar quaisquer defeitos relacionados à má execução dos serviços e ou materiais empregados na execução, sempre que houver solicitação, e sem ônus para o CONTRATANTE; e
3. Independentemente da vigência do contrato, os serviços executados deverão ter garantia, sendo o prazo definido em:
  - a) 6 MESES PARA OS MATERIAIS EMPREGADOS; e
  - b) 12 MESES PARA OS SERVIÇOS.

**DO ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO – ANS**

**(Artigo 8º da Resolução TSE 23.234/2010)**

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA** – Quanto ao Acordo de Nível de Serviço – ANS, deverá ser observado o que segue:

1. A adoção do Acordo de Nível de Serviço encontra acento no art. 8º, da Resolução TSE n. 23.234/2010:

Art. 8º Na contratação de serviços deverá ser adotada unidade de medida que permita a mensuração dos resultados para o pagamento à contratada, e que elimine a possibilidade de remunerar as empresas com base na quantidade de horas de serviço ou em postos de trabalho.

1º A impossibilidade de remunerar a contratada com base na mensuração de resultados deverá ser justificada no processo de contratação.

2º Os critérios de aferição de resultados deverão ser dispostos na forma de Acordos de Níveis de Serviços - ANS, conforme dispõe esta Resolução, os quais serão adaptados às metodologias de construção de ANS disponíveis em modelos técnicos especializados de contratação de serviços, quando houver.





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3º A impossibilidade do atendimento ao disposto no parágrafo anterior deverá ser justificada no processo de contratação.

4º Para a Adoção do Acordo de Nível de Serviço - ANS, é preciso que exista critério objetivo de mensuração de resultados, preferencialmente pela utilização de ferramenta informatizada, que possibilite ao Tribunal verificar se os resultados contratados foram realizados nas quantidades e qualidades exigidas, e adequar o pagamento aos resultados efetivamente obtidos.

2. O ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO - ANS é o ajuste estabelecido entre o órgão CONTRATANTE e a CONTRATADA prestadora dos serviços, que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento;

3. Esse mecanismo de aferição de qualidade é reconhecido pelo Tribunal de Contas da União por meio da Nota Técnica 6/2010 - Sefti/TCU – versão 1.2.(Aplicabilidade da Gestão de Nível de Serviço como mecanismo de pagamento por resultados em contratações de serviços de TI pela Administração Pública Federal. Disponível em: <http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2534415.PDF>). Nesse sentido, também o Acórdão TCU nº 717/2010 – Plenário;

4. O pagamento à CONTRATADA será efetuado de acordo com a mensuração dos resultados obtidos na execução dos serviços, aferidos na forma de Acordo de Níveis de Serviços, no qual são estabelecidos os indicadores, os procedimentos de fiscalização e os instrumentos de medição adotados pelo CONTRATANTE;

5. Utilizando-se dos controles necessários, a fiscalização do contrato deverá, mensalmente, informar a gestão do contrato acerca da avaliação da qualidade da prestação dos serviços por meio das ocorrências que acarretam os ajustes no pagamento, com o respectivo percentual de ajuste;

6. As reduções no pagamento mensal à CONTRATADA, porventura ocorridas pelo descumprimento do Acordo de Níveis de Serviços, configuram ajustes próprios nos pagamentos e não se confundem com as glosas dos serviços não prestados e a aplicação das sanções previstas no item 8.10 do Termo de Referência;

7. Em casos de não atendimento da ordem de serviço no prazo contratual estabelecido no Acordo de Níveis de Serviços, por motivo de força maior ou por conta da ocorrência de fatos imprevisíveis, a CONTRATADA deverá apresentar justificativa formal comunicando o fato, de sorte a subsidiar a FISCALIZAÇÃO na análise da ocorrência, visando uma eventual prorrogação dos prazos estipulados; e

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8. O Acordo de Nível de Serviço, que integra este contrato, é composto pelos dois indicadores objetivamente mensuráveis e facilmente coletáveis adiante definidos:

INDICADOR 01		
CUMPRIMENTO DO PMP NAS MANUTENÇÕES PREVENTIVAS, CORRETIVAS E PREDITIVAS		
ITEM	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	
Finalidade	Garantir que a execução dos serviços de manutenção preventiva, corretiva e preditiva, de acordo com as datas, periodicidades e técnicas especificadas no PMP	
Meta a cumprir	100% de realização dos serviços de manutenção preventiva, corretiva e preditiva, de acordo com o PMP.	
Instrumento de medição	Planilha de controle do PMP.	
Forma de acompanhamento	Manual - conferência da Planilha de controle do PMP.	
Periodicidade	Mensal.	
Mecanismo de cálculo	Cada planilha de PMP será verificada e valorada individualmente.	
Início da vigência	A partir do início dos serviços de acordo com o PMP aprovado pela fiscalização.	
Faixas de ajuste no pagamento	Nº de manutenções preventivas com atraso	Ajuste no Pagamento Mensal
	0	100%
	1	99%
	2	98%
	3	97%
	4 a 6	95%
	7 a 10	90%
Sanções	O descumprimento dos prazos e cronogramas das manutenções preventivas, corretivas e preditivas, com as sanções previstas no capítulo 12 do termo de referência.	
INDICADOR 02		
PRAZO DE ATENDIMENTO DE CHAMADOS PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREDITIVA		
ITEM	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	
Finalidade	Garantir atendimento célere aos chamados do CONTRATANTE.	
Meta a cumprir	Início do atendimento em até 02 (duas) horas.	

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<b>Instrumento de medição</b>	Relatórios de falhas/defeitos.	
<b>Forma de acompanhamento</b>	Manual - conferência dos relatórios de falhas/defeitos.	
<b>Periodicidade</b>	Mensal.	
<b>Mecanismo de cálculo</b>	Cada relatório de falhas/defeitos será verificado e valorado individualmente.	
<b>Início da vigência</b>	A contar da hora de recebimento do relatório de falhas/defeito devidamente	
<b>Faixas de ajuste no pagamento</b>	<b>Nº de atendimentos com atraso</b>	<b>Ajuste no Pagamento Mensal</b>
	0	100%
	1	99%
	2	98%
	3	97%
	4 a 6	95%
	7 a 10	90%
<b>Sanções</b>	O atraso no atendimento das manutenções poderão, também, ser apenadas o capítulo 12 do termo de referência.	

**DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS****(Artigo 55, VII e IX, da Lei 8.666/93 e Artigo 7º da Lei 10.520/02)**

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA** – Quanto às sanções administrativas, deverá ser observado o que segue:

**Subcláusula Primeira** - Com fundamento no Art. 7º da Lei n. 10.520/02, poderá ficar impedida de licitar e contratar com a União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, e será descredenciada no SICAF, se for o caso, sem prejuízos das multas previstas no Termo de Referência e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n. 8.666/93, no que couber, garantido o direito prévio da ampla defesa, a licitante/contratada que:

1. Deixar de entregar a documentação exigida no Edital;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2. Convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar a Ata de Registro de Preço;
3. Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
4. Ensejar o retardamento da execução do objeto da Ordem de Serviço;
5. Não mantiver a proposta, injustificadamente;
6. Falhar ou fraudar na execução da Ordem de Serviço;
7. Comportar-se de modo inidôneo; e
8. Cometer fraude fiscal.

**Subcláusula Segunda** - Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, a Administração contratante poderá, garantido o contraditório e a ampla defesa, aplicar as seguintes sanções à CONTRATADA:

1. Advertência escrita nas condutas de inexecução parcial das obrigações acessórias do contrato, desde que de pequena monta ou faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretam prejuízo relevante à conclusão do objeto, o qual, a despeito delas, será atendido;
2. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato nas situações de inexecução total do objeto, podendo ser fixada proporcionalmente à gravidade da inexecução perpetrada pela CONTRATADA;
3. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato por declarar e não deter conhecimento das tecnologias e habilidades necessárias para perfeita execução do objeto, conforme o Capítulo 8, item G, inciso xiv, do Termo de Referência.
4. Multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato nas situações de inexecução parcial do objeto, podendo ser fixada proporcionalmente à gravidade da inexecução perpetrada pela CONTRATADA. Justifica-se o majoramento da penalidade neste tipo de inexecução pelo fato de os prejuízos serem mais onerosos para a Administração.
5. Suspensão temporária para participação em licitações com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, observando que:
  - 6.1) Esta reabilitação será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração do CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com bases no subitem anterior.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Terceira** - O descumprimento injustificado das obrigações firmadas em contrato, garantido o direito ao contraditório e ampla defesa sujeita a contratada a multa moratória, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei n. 8.666/93, na forma seguinte:

1. Atraso injustificado na execução ou entrega dos serviços até 10 (dez) dias: multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, aplicada sobre valor global do respectivo contrato, limitado a 5% (cinco por cento) desse valor.
2. Atraso injustificado na execução ou entrega dos serviços por prazo superior a 10 (dez) dias: aplicação da multa moratória de 1,0% (um por cento), a partir do 10º dia de atraso, podendo caracterizar a inexecução total ou parcial do contrato e aplicação das sanções definidas neste capítulo e, ainda, a rescisão do contrato.
3. Atraso injustificado na entrega do PMP por prazo superior a 10 (dez) dias: multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, aplicada sobre valor global do respectivo contrato, limitado a 5% (cinco por cento) desse valor;
4. Atraso injustificado das demais obrigações contratuais, após notificação regular expedida pelo fiscal ou gestor do contrato:
  - 4.1) Até 2 (dois) descumprimentos: multa de 2% (dois por cento) apurada sobre o valor total do contrato;
  - 4.2) De 3 (dois) a 5 (cinco) descumprimentos, multa de 4% (quatro por cento) apurada sobre o valor total do contrato;

**Subcláusula Quarta** - Sem prejuízo de aplicação das multas, a ocorrência de descumprimentos superiores a 5 (cinco) poderá caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.

**Subcláusula Quinta** - Além dos outros descumprimentos passíveis de sanções, a recusa injustificada da contratada em reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, no todo ou em parte, os serviços em que se verifiquem imperfeições, vícios ou incorreções, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, por sua gravidade, caracteriza a inexecução parcial ou total do contrato com aplicação das penalidades previstas neste capítulo.

**Subcláusula Sexta** - Nas condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações na forma definida no



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

termo de referência como também naquelas previstas no art. 78 da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato, poderá a Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a rescisão do contrato, assim como a aplicação das demais penalidades previstas no Art. 87 da Lei n. 8.666/93 e Art. 7º da Lei n. 10520/02.

**Subcláusula Sétima** - O CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas que impossibilitem o recebimento efetivo dos serviços prestados e que gerem custos em virtude de eventual contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (Acórdão TCU n. 567/2015- Plenário).

**Subcláusula Oitava** - A multa eventualmente imposta ao CONTRATADO será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus. O valor da multa será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (Arts. 29 e 30 da Lei n. 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011-Plenário).

**Subcláusula Nona** - Quando o valor do pagamento a que fizer jus o CONTRATADO não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União - GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União - DAU (Lei n. 6.830/80).

**Subcláusula Décima** - No caso da contratada não ter nenhum valor a receber do TRE-RO, esta deverá recolher o valor da multa ou condenação aplicada através de GRU, à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80).



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Décima Primeira** - No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadin (Art. 25, § 3º da Lei 10.522/02).

**Subcláusula Décima Segunda** - Caso a CONTRATADA não recolha o valor da multa ou da condenação eventualmente aplicadas dentro estabelecido na notificação, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na Dívida Ativa da União, devidamente corrigido pela SELIC (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01).

**Subcláusula Décima Terceira** - Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas, e desde que não inscritas na Dívida Ativa da União ou no Cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal (CADIN), poderão, ainda, ser inscritos no Cadastro interno de inadimplentes do TRE/RO - CAI2.

**Subcláusula Décima Quarta** - As multas não eximem o CONTRATADO da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros. Os valores originados dessa conduta da contratada serão corrigidos pelos mesmos critérios de atualização das multas.

**Subcláusula Décima Quinta** - As sanções previstas neste instrumento podem ser cumuladas entre si e com as demais previstas na legislação correlata e outras previstas no Edital.

**Subcláusula Décima Sexta** - Previamente à aplicação de multas moratórias, sendo primária a CONTRATADA e desde que presentes os requisitos definidos na IN TRE/RO n. 004/08, a Administração poderá aplicar somente a penalidade de Advertência.

**Subcláusula Décima Sétima** - Na aplicação das penalidades previstas, a Administração analisará os aspectos e requisitos traçados pela IN TRE/RO





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

n. 004/08, podendo, diante da reiteração em descumprimentos das obrigações contratuais, aplicar de imediato as penalidades mais severas.

**Subcláusula Décima Oitava** - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

**Subcláusula Décima Nona** - A CONTRATADA se submete às sanções deste instrumento, não a eximindo das responsabilidades que lhe são cometidas pela legislação em vigor, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas na Lei n. 8.666/93, apuradas mediante o devido processo legal.

**Subcláusula Vigésima** - O procedimento para aplicação de sanções ao CONTRATADO observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>. A CONTRATADA será cientificada das eventuais alterações dessa norma.

### **DA RESCISÃO CONTRATUAL**

**(Artigo 55, VIII e IX, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA VIGÉSIMA** – O presente Contrato poderá ser rescindido de pleno direito, por inexecução de quaisquer das obrigações estipuladas, sujeitando a CONTRATADA, a exclusivo juízo do CONTRATANTE, à indenização dos prejuízos e multas que resultarem da paralisação dos serviços e às demais consequências previstas na seção “Das Sanções Administrativas” deste instrumento.

**Subcláusula Primeira** - A rescisão contratual poderá ser:

**I.** Por ato unilateral e escrito da administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e demais hipóteses aplicáveis a esta contratação;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**II.** Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo nos autos, desde que haja conveniência da Administração; e

**III.** Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

**Subcláusula Segunda** – Nos termos do Art. 2º, V c/c o Art. 3º da Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 7, de 18 de outubro de 2005, constitui também causa de rescisão contratual a contratação pela CONTRATADA, na vigência do contrato, de empregados, bem como a admissão em seu quadro societário de pessoas, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRE-RO.

**Subcláusula Terceira** – A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarretará as consequências previstas no art. 80, inciso IV, da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo das demais cominações previstas no mesmo diploma legal.

**Subcláusula Quarta** - Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

### **DA ALTERAÇÃO**

**(Artigo 65 da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA** – Este Contrato poderá ser alterado unilateralmente pela administração CONTRATANTE ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.

**Subcláusula Primeira** – Quanto ao reajuste dos preços contratados, deverá ser observado o que segue:

**I** - Os preços dos serviços objeto do contrato, desde que observado o interregno mínimo de um ano, contado da data limite para apresentação da



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

proposta (art. 3º, § 1º da Lei nº 10.192/2001 e Acórdão TCU nº 19/2017 - Plenário) ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, contado da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato (art. 40, XI, c/c o art. 55, III, da Lei nº 8.666/93), adotando-se a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, por ser mais compatível com a variação de preços do objeto licitado; e

**II** - O reajuste não incidirá sobre os serviços executados previamente à data-base da majoração dos valores, incidindo, apenas, sobre os serviços ainda não executados.

**Subcláusula Segunda** – Os preços permanecerão, em regra, invariáveis durante a vigência contratual. Excepcionalmente, porém, o valor deste instrumento admite eventual reequilíbrio econômico financeiro na forma e nas condições previstas pelo art. 65, II, "d" da Lei n. 8.666/93, para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, observando que:

**I** - É vedado o reequilíbrio quando houver alteração do regime tributário ao qual a CONTRATADA está sujeita, por não se tratar esta hipótese de fato imprevisível, ou previsível, porém de consequências incalculáveis, retardador ou impeditivo da execução do ajustado, ou, ainda, caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe previsto no art. 65, II, "d", da Lei n. 8.666/93.

**Subcláusula Terceira** – A CONTRATADA se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do § 1º, do art. 65, da lei 8.666/93.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Quarta** – Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite acima estabelecido, salvo no caso de supressão resultante de acordo entre as partes, conforme prevê o § 2º do art. 65 da Lei 8.666/93.

**Subcláusula Quinta** – A CONTRATADA se obriga, ainda, a aceitar, no que for aplicável, as demais regras estabelecidas pela Lei 8.666/93 para as alterações dos contratos administrativos.

**Subcláusula Sexta** – Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão deste Contrato, para mais ou para menos, conforme o caso, nos termos do § 5º do Art. 65 da Lei 8.666/93.

**Subcláusula Sétima** – Havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos do § 6º do art. 65 da Lei 8.666/93.

**Subcláusula Oitava** – A garantia contratual deverá ser renovada a cada prorrogação contratual e complementada a cada reajuste, repactuação, revisão, reequilíbrio econômico-financeiro ou acréscimo do contrato, nos moldes e percentuais estabelecidos.

### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS** **(Artigo 55, XII, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA** – Esta contratação fundamenta-se no artigo 4º, XXII, da Lei 10.520/2002 e à execução do presente contrato e aos casos omissos aplicar-se-ão o disposto no Edital de Pregão Eletrônico respectivo e seus Anexos, nas Leis 8.666/1993 e 10.520/2002, nos Decretos Federais 3555/2000, 7983/2013, 9507/2018 e 10.024/2019, na Instrução Normativa SLTI/MPOG 05/2017, nas Resoluções TSE 23.234/2010, no Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral e na Instrução Normativa TRE-RO 004/2008, e, de forma subsidiária, nas Leis 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro), nas decisões e orientações do Tribunal de Contas da União -



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TCU e do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, assim como nas demais normas aplicáveis ao objeto deste instrumento.

**Subcláusula única** - Não se aplica ao objeto do presente instrumento o inciso X do artigo 55 da Lei 8.666/93.

**DA PUBLICAÇÃO**

**(Artigo 61, Parágrafo único, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA** – O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento de contrato e, se for o caso, de seus aditamentos no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

**DO FORO**

**(Artigo 55, § 2º, da Lei 8.666/93)**

**CLAÚSULA VIGÉSIMA QUARTA** – Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação deste Contrato ou a ele relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.

E por estarem, CONTRATANTE e CONTRATADA, assim acordados, lavrou-se o presente Contrato, que após lida e achada conforme, foi assinada pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo:

Porto Velho/RO, 20 de maio de 2020.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<b>LIA MARIA ARAÚJO LOPES</b> Pelo CONTRATANTE	<b>NAUDYLANN DANTAS LIMA</b> Pela CONTRATADA
Fábia Maria dos Santos Silva CPF: 567.849.102-49 Testemunha	Aldací Souza Mota CPF: 326.504.772-53 Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **NAUDYLANN DANTAS LIMA, Usuário Externo**, em 20/05/2020, às 16:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 20/05/2020, às 17:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 21/05/2020, às 08:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 21/05/2020, às 12:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0537782** e o código CRC **954F2D95**.



# **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL

N O T A D E E M P E N H O

PAGINA: 1

EMISSAO : 19Mai20 NUMERO: 2020NE000377  
ESPECIE : 01 - ORIGINAL  
EMITENTE : 070024/00001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDONIA  
CNPJ : 04565735/0001-13 FONE: (69)3211-2077/2000/2105/2104/2133  
ENDERECO : AV.PRES.DUTRA,1.889 - AREAL  
MUNICIPIO : 0003 - PORTO VELHO UF: RO CEP: 76805-859

CREDOR : 09477789/0001-40 - MULTITEC ELEVADORES LTDA  
ENDERECO : LUIZ GERALDO DA SILVA 05 QUADRA79 CPA II  
MUNICIPIO : 9067 - CUIABA UF: MT CEP: 78055-518

TAXA CAMBIO:

OBSERVACAO / FINALIDADE

20CT0006 SEMAP NOTA DE EMPENHO PARA COBRIR DESPESA COM SERVIÇO MANT ELEVADORES  
CONF. PREGÃO ELETRÔNICO 12/2020, PARECER JURÍDICO 89 DA AJDG(0535434), DESPA  
CHOS 675 DA DIRETORIA GERAL (0536408) E 876 DA SAOFC (0536940).

CLASS : 1 14122 02122003320GP0011 167832 0100000000 339039 000000 IEF MANPRE  
TIPO : GLOBAL MODAL.LICIT.: PREGAO  
AMPARO: LEI10520 INCISO: PROCESSO: 00026751020196228000  
UF/MUNICIPIO BENEFICIADO: RO / 3  
ORIGEM DO MATERIAL :  
REFERENCIA: ART01 LEI10520/02 NUM. ORIG.:

VALOR ORIGINAL : 22.814,81  
VINTE E DOIS MIL, OITOCENTOS E QUATORZE REAIS E OITENTA E UM CENTAVOS\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*

ESPECIFICACAO DO MATERIAL OU SERVICO

ND: 339039 SUBITEM: 16 -MANUTENCAO E CONSERV. DE BENS

SEQ.: 1 QUANTIDADE: 1 VALOR UNITARIO: 22.814,81  
VALOR DO SEQ. : 22.814,81

SERVIÇO COMUNS DE ENGENHARIA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVEN  
TIVA, CORRETIVA E PREDITIVA, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, EM 03 (TRÊS) ELE  
VADORES DE PASSAGEIROS INSTALADOS NOS EDIFÍCIO SEDE E FÓRUM ELEITORAL DA CAPI  
TAL DESTES TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, PELO PERÍODO DE 36 MESES,  
NOS TERMOS E CONDIÇÕES ESTABELECIDOS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

T O T A L : 22.814,81

LIA MARIA  
ARAUJO  
LOPES:260468

Assinado eletronicamente por LIA MARIA ARAUJO LOPES  
CPF: 026.046.810-00  
Cargo: Coordenador de Material e Patrimônio  
Assinado por: LIA MARIA ARAUJO LOPES  
Assinado por: LIA MARIA ARAUJO LOPES  
Data: 2020.05.19 14:40:11 -0300

LIA MARIA ARAUJO LOPES  
ORDENADOR

FRANCISCO  
PARENTES DA COSTA  
FILHO:16251784253

Assinado eletronicamente por FRANCISCO PARENTES DA COSTA FILHO  
CPF: 162.517.842-53  
Cargo: Gestor Financeiro  
Assinado por: FRANCISCO PARENTES DA COSTA FILHO  
Data: 2020.05.19 15:05:40 -0300

FRANCISCO P. COSTA FILHO  
GESTOR FINANCEIRO





# **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL

N O T A D E E M P E N H O

PAGINA: 1

EMISSÃO : 19Mai20 NUMERO: 2020NE000378  
ESPECIE : 01 - ORIGINAL  
EMITENTE : 070024/00001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDONIA  
CNPJ : 04565735/0001-13 FONE: (69)3211-2077/2000/2105/2104/2133  
ENDERECO : AV.PRES.DUTRA,1.889 - AREAL  
MUNICIPIO : 0003 - PORTO VELHO UF: RO CEP: 76805-859

CREDOR : 09477789/0001-40 - MULTITEC ELEVADORES LTDA  
ENDERECO : LUIZ GERALDO DA SILVA 05 QUADRA79 CPA II  
MUNICIPIO : 9067 - CUIABA UF: MT CEP: 78055-518

TAXA CAMBIO:

OBSERVACAO / FINALIDADE

20CT0006 SEMAP NOTA DE EMPENHO PARA COBRIR DESPESA C/ PEÇAS P/ MANUTENÇÃO ELE  
VADORES,CONF. PREGÃO ELETRÔNICO 12/2020, PARECER JURÍDICO 89 DA AJDG(0535434),  
DESPACHOS 675 DA DIRETORIA GERAL (0536408) E 876 DA SAOFC (0536940).

CLASS : 1 14122 02122003320GP0011 167832 0100000000 339030 000000 IEF MANPRE  
TIPO : GLOBAL MODAL.LICIT.: PREGAO  
AMPARO: LEI10520 INCISO: PROCESSO: 00026751020196228000  
UF/MUNICIPIO BENEFICIADO: RO / 3  
ORIGEM DO MATERIAL : NACIONAL  
REFERENCIA: ART01 LEI10520/02 NUM. ORIG.:

VALOR ORIGINAL : 3.422,25  
TRES MIL, QUATROCENTOS E VINTE E DOIS REAIS E VINTE E CINCO CENTAVOS\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*

ESPECIFICACAO DO MATERIAL OU SERVICO

ND: 339030 SUBITEM: 24 -MATERIAL P/ MANUT.DE BENS IMOV

SEQ.: 1 QUANTIDADE: 1 VALOR UNITARIO: 3.422,25  
VALOR DO SEQ. : 3.422,25

FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇO COMUNS DE ENGENHARIA PARA REA  
LIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E PREDITIVA, COM FOR  
NECIMENTO DE MÃO DE OBRA, EM 03 (TRÊS) ELEVADORES DE PASSAGEIROS INSTALADOS  
NOS EDIFÍCIO SEDE E FÓRUM ELEITORAL DA CAPITAL DESTES TRIBUNAL REGIONAL ELEITO  
RAL DE RONDÔNIA, PELO PERÍODO DE 36 MESES, NOS TERMOS E CONDIÇÕES ESTABELECI  
DOS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

T O T A L : 3.422,25

LIA MARIA  
ARAUJO  
LOPES:260468

Aprovado para emissão digital por LIA MARIA  
Araujo Lopes em 19/05/2020  
De: 0001, 0002, 0003, 0004, 0005, 0006, 0007, 0008, 0009, 0010, 0011, 0012, 0013, 0014, 0015, 0016, 0017, 0018, 0019, 0020, 0021, 0022, 0023, 0024, 0025, 0026, 0027, 0028, 0029, 0030, 0031, 0032, 0033, 0034, 0035, 0036, 0037, 0038, 0039, 0040, 0041, 0042, 0043, 0044, 0045, 0046, 0047, 0048, 0049, 0050, 0051, 0052, 0053, 0054, 0055, 0056, 0057, 0058, 0059, 0060, 0061, 0062, 0063, 0064, 0065, 0066, 0067, 0068, 0069, 0070, 0071, 0072, 0073, 0074, 0075, 0076, 0077, 0078, 0079, 0080, 0081, 0082, 0083, 0084, 0085, 0086, 0087, 0088, 0089, 0090, 0091, 0092, 0093, 0094, 0095, 0096, 0097, 0098, 0099, 0100, 0101, 0102, 0103, 0104, 0105, 0106, 0107, 0108, 0109, 0110, 0111, 0112, 0113, 0114, 0115, 0116, 0117, 0118, 0119, 0120, 0121, 0122, 0123, 0124, 0125, 0126, 0127, 0128, 0129, 0130, 0131, 0132, 0133, 0134, 0135, 0136, 0137, 0138, 0139, 0140, 0141, 0142, 0143, 0144, 0145, 0146, 0147, 0148, 0149, 0150, 0151, 0152, 0153, 0154, 0155, 0156, 0157, 0158, 0159, 0160, 0161, 0162, 0163, 0164, 0165, 0166, 0167, 0168, 0169, 0170, 0171, 0172, 0173, 0174, 0175, 0176, 0177, 0178, 0179, 0180, 0181, 0182, 0183, 0184, 0185, 0186, 0187, 0188, 0189, 0190, 0191, 0192, 0193, 0194, 0195, 0196, 0197, 0198, 0199, 0200, 0201, 0202, 0203, 0204, 0205, 0206, 0207, 0208, 0209, 0210, 0211, 0212, 0213, 0214, 0215, 0216, 0217, 0218, 0219, 0220, 0221, 0222, 0223, 0224, 0225, 0226, 0227, 0228, 0229, 0230, 0231, 0232, 0233, 0234, 0235, 0236, 0237, 0238, 0239, 0240, 0241, 0242, 0243, 0244, 0245, 0246, 0247, 0248, 0249, 0250, 0251, 0252, 0253, 0254, 0255, 0256, 0257, 0258, 0259, 0260, 0261, 0262, 0263, 0264, 0265, 0266, 0267, 0268, 0269, 0270, 0271, 0272, 0273, 0274, 0275, 0276, 0277, 0278, 0279, 0280, 0281, 0282, 0283, 0284, 0285, 0286, 0287, 0288, 0289, 0290, 0291, 0292, 0293, 0294, 0295, 0296, 0297, 0298, 0299, 0300, 0301, 0302, 0303, 0304, 0305, 0306, 0307, 0308, 0309, 0310, 0311, 0312, 0313, 0314, 0315, 0316, 0317, 0318, 0319, 0320, 0321, 0322, 0323, 0324, 0325, 0326, 0327, 0328, 0329, 0330, 0331, 0332, 0333, 0334, 0335, 0336, 0337, 0338, 0339, 0340, 0341, 0342, 0343, 0344, 0345, 0346, 0347, 0348, 0349, 0350, 0351, 0352, 0353, 0354, 0355, 0356, 0357, 0358, 0359, 0360, 0361, 0362, 0363, 0364, 0365, 0366, 0367, 0368, 0369, 0370, 0371, 0372, 0373, 0374, 0375, 0376, 0377, 0378, 0379, 0380, 0381, 0382, 0383, 0384, 0385, 0386, 0387, 0388, 0389, 0390, 0391, 0392, 0393, 0394, 0395, 0396, 0397, 0398, 0399, 0400, 0401, 0402, 0403, 0404, 0405, 0406, 0407, 0408, 0409, 0410, 0411, 0412, 0413, 0414, 0415, 0416, 0417, 0418, 0419, 0420, 0421, 0422, 0423, 0424, 0425, 0426, 0427, 0428, 0429, 0430, 0431, 0432, 0433, 0434, 0435, 0436, 0437, 0438, 0439, 0440, 0441, 0442, 0443, 0444, 0445, 0446, 0447, 0448, 0449, 0450, 0451, 0452, 0453, 0454, 0455, 0456, 0457, 0458, 0459, 0460, 0461, 0462, 0463, 0464, 0465, 0466, 0467, 0468, 0469, 0470, 0471, 0472, 0473, 0474, 0475, 0476, 0477, 0478, 0479, 0480, 0481, 0482, 0483, 0484, 0485, 0486, 0487, 0488, 0489, 0490, 0491, 0492, 0493, 0494, 0495, 0496, 0497, 0498, 0499, 0500, 0501, 0502, 0503, 0504, 0505, 0506, 0507, 0508, 0509, 0510, 0511, 0512, 0513, 0514, 0515, 0516, 0517, 0518, 0519, 0520, 0521, 0522, 0523, 0524, 0525, 0526, 0527, 0528, 0529, 0530, 0531, 0532, 0533, 0534, 0535, 0536, 0537, 0538, 0539, 0540, 0541, 0542, 0543, 0544, 0545, 0546, 0547, 0548, 0549, 0550, 0551, 0552, 0553, 0554, 0555, 0556, 0557, 0558, 0559, 0560, 0561, 0562, 0563, 0564, 0565, 0566, 0567, 0568, 0569, 0570, 0571, 0572, 0573, 0574, 0575, 0576, 0577, 0578, 0579, 0580, 0581, 0582, 0583, 0584, 0585, 0586, 0587, 0588, 0589, 0590, 0591, 0592, 0593, 0594, 0595, 0596, 0597, 0598, 0599, 0600, 0601, 0602, 0603, 0604, 0605, 0606, 0607, 0608, 0609, 0610, 0611, 0612, 0613, 0614, 0615, 0616, 0617, 0618, 0619, 0620, 0621, 0622, 0623, 0624, 0625, 0626, 0627, 0628, 0629, 0630, 0631, 0632, 0633, 0634, 0635, 0636, 0637, 0638, 0639, 0640, 0641, 0642, 0643, 0644, 0645, 0646, 0647, 0648, 0649, 0650, 0651, 0652, 0653, 0654, 0655, 0656, 0657, 0658, 0659, 0660, 0661, 0662, 0663, 0664, 0665, 0666, 0667, 0668, 0669, 0670, 0671, 0672, 0673, 0674, 0675, 0676, 0677, 0678, 0679, 0680, 0681, 0682, 0683, 0684, 0685, 0686, 0687, 0688, 0689, 0690, 0691, 0692, 0693, 0694, 0695, 0696, 0697, 0698, 0699, 0700, 0701, 0702, 0703, 0704, 0705, 0706, 0707, 0708, 0709, 0710, 0711, 0712, 0713, 0714, 0715, 0716, 0717, 0718, 0719, 0720, 0721, 0722, 0723, 0724, 0725, 0726, 0727, 0728, 0729, 0730, 0731, 0732, 0733, 0734, 0735, 0736, 0737, 0738, 0739, 0740, 0741, 0742, 0743, 0744, 0745, 0746, 0747, 0748, 0749, 0750, 0751, 0752, 0753, 0754, 0755, 0756, 0757, 0758, 0759, 0760, 0761, 0762, 0763, 0764, 0765, 0766, 0767, 0768, 0769, 0770, 0771, 0772, 0773, 0774, 0775, 0776, 0777, 0778, 0779, 0780, 0781, 0782, 0783, 0784, 0785, 0786, 0787, 0788, 0789, 0790, 0791, 0792, 0793, 0794, 0795, 0796, 0797, 0798, 0799, 0800, 0801, 0802, 0803, 0804, 0805, 0806, 0807, 0808, 0809, 0810, 0811, 0812, 0813, 0814, 0815, 0816, 0817, 0818, 0819, 0820, 0821, 0822, 0823, 0824, 0825, 0826, 0827, 0828, 0829, 0830, 0831, 0832, 0833, 0834, 0835, 0836, 0837, 0838, 0839, 0840, 0841, 0842, 0843, 0844, 0845, 0846, 0847, 0848, 0849, 0850, 0851, 0852, 0853, 0854, 0855, 0856, 0857, 0858, 0859, 0860, 0861, 0862, 0863, 0864, 0865, 0866, 0867, 0868, 0869, 0870, 0871, 0872, 0873, 0874, 0875, 0876, 0877, 0878, 0879, 0880, 0881, 0882, 0883, 0884, 0885, 0886, 0887, 0888, 0889, 0890, 0891, 0892, 0893, 0894, 0895, 0896, 0897, 0898, 0899, 0900, 0901, 0902, 0903, 0904, 0905, 0906, 0907, 0908, 0909, 0910, 0911, 0912, 0913, 0914, 0915, 0916, 0917, 0918, 0919, 0920, 0921, 0922, 0923, 0924, 0925, 0926, 0927, 0928, 0929, 0930, 0931, 0932, 0933, 0934, 0935, 0936, 0937, 0938, 0939, 0940, 0941, 0942, 0943, 0944, 0945, 0946, 0947, 0948, 0949, 0950, 0951, 0952, 0953, 0954, 0955, 0956, 0957, 0958, 0959, 0960, 0961, 0962, 0963, 0964, 0965, 0966, 0967, 0968, 0969, 0970, 0971, 0972, 0973, 0974, 0975, 0976, 0977, 0978, 0979, 0980, 0981, 0982, 0983, 0984, 0985, 0986, 0987, 0988, 0989, 0990, 0991, 0992, 0993, 0994, 0995, 0996, 0997, 0998, 0999, 1000, 1001, 1002, 1003, 1004, 1005, 1006, 1007, 1008, 1009, 1010, 1011, 1012, 1013, 1014, 1015, 1016, 1017, 1018, 1019, 1020, 1021, 1022, 1023, 1024, 1025, 1026, 1027, 1028, 1029, 1030, 1031, 1032, 1033, 1034, 1035, 1036, 1037, 1038, 1039, 1040, 1041, 1042, 1043, 1044, 1045, 1046, 1047, 1048, 1049, 1050, 1051, 1052, 1053, 1054, 1055, 1056, 1057, 1058, 1059, 1060, 1061, 1062, 1063, 1064, 1065, 1066, 1067, 1068, 1069, 1070, 1071, 1072, 1073, 1074, 1075, 1076, 1077, 1078, 1079, 1080, 1081, 1082, 1083, 1084, 1085, 1086, 1087, 1088, 1089, 1090, 1091, 1092, 1093, 1094, 1095, 1096, 1097, 1098, 1099, 1100, 1101, 1102, 1103, 1104, 1105, 1106, 1107, 1108, 1109, 1110, 1111, 1112, 1113, 1114, 1115, 1116, 1117, 1118, 1119, 1120, 1121, 1122, 1123, 1124, 1125, 1126, 1127, 1128, 1129, 1130, 1131, 1132, 1133, 1134, 1135, 1136, 1137, 1138, 1139, 1140, 1141, 1142, 1143, 1144, 1145, 1146, 1147, 1148, 1149, 1150, 1151, 1152, 1153, 1154, 1155, 1156, 1157, 1158, 1159, 1160, 1161, 1162, 1163, 1164, 1165, 1166, 1167, 1168, 1169, 1170, 1171, 1172, 1173, 1174, 1175, 1176, 1177, 1178, 1179, 1180, 1181, 1182, 1183, 1184, 1185, 1186, 1187, 1188, 1189, 1190, 1191, 1192, 1193, 1194, 1195, 1196, 1197, 1198, 1199, 1200, 1201, 1202, 1203, 1204, 1205, 1206, 1207, 1208, 1209, 1210, 1211, 1212, 1213, 1214, 1215, 1216, 1217, 1218, 1219, 1220, 1221, 1222, 1223, 1224, 1225, 1226, 1227, 1228, 1229, 1230, 1231, 1232, 1233, 1234, 1235, 1236, 1237, 1238, 1239, 1240, 1241, 1242, 1243, 1244, 1245, 1246, 1247, 1248, 1249, 1250, 1251, 1252, 1253, 1254, 1255, 1256, 1257, 1258, 1259, 1260, 1261, 1262, 1263, 1264, 1265, 1266, 1267, 1268, 1269, 1270, 1271, 1272, 1273, 1274, 1275, 1276, 1277, 1278, 1279, 1280, 1281, 1282, 1283, 1284, 1285, 1286, 1287, 1288, 1289, 1290, 1291, 1292, 1293, 1294, 1295, 1296, 1297, 1298, 1299, 1300, 1301, 1302, 1303, 1304, 1305, 1306, 1307, 1308, 1309, 1310, 1311, 1312, 1313, 1314, 1315, 1316, 1317, 1318, 1319, 1320, 1321, 1322, 1323, 1324, 1325, 1326, 1327, 1328, 1329, 1330, 1331, 1332, 1333, 1334, 1335, 1336, 1337, 1338, 1339, 1340, 1341, 1342, 1343, 1344, 1345, 1346, 1347, 1348, 1349, 1350, 1351, 1352, 1353, 1354, 1355, 1356, 1357, 1358, 1359, 1360, 1361, 1362, 1363, 1364, 1365, 1366, 1367, 1368, 1369, 1370, 1371, 1372, 1373, 1374, 1375, 1376, 1377, 1378, 1379, 1380, 1381, 1382, 1383, 1384, 1385, 1386, 1387, 1388, 1389, 1390, 1391, 1392, 1393, 1394, 1395, 1396, 1397, 1398, 1399, 1400, 1401, 1402, 1403, 1404, 1405, 1406, 1407, 1408, 1409, 1410, 1411, 1412, 1413, 1414, 1415, 1416, 1417, 1418, 1419, 1420, 1421, 1422, 1423, 1424, 1425, 1426, 1427, 1428, 1429, 1430, 1431, 1432, 1433, 1434, 1435, 1436, 1437, 1438, 1439, 1440, 1441, 1442, 1443, 1444, 1445, 1446, 1447, 1448, 1449, 1450, 1451, 1452, 1453, 1454, 1455, 1456, 1457, 1458, 1459, 1460, 1461, 1462, 1463, 1464, 1465, 1466, 1467, 1468, 1469, 1470, 1471, 1472, 1473, 1474, 1475, 1476, 1477, 1478, 1479, 1480, 1481, 1482, 1483, 1484, 1485, 1486, 1487, 1488, 1489, 1490, 1491, 1492, 1493, 1494, 1495, 1496, 1497, 1498, 1499, 1500, 1501, 1502, 1503, 1504, 1505, 1506, 1507, 1508, 1509, 1510, 1511, 1512, 1513, 1514, 1515, 1516, 1517, 1518, 1519, 1520, 1521, 1522, 1523, 1524, 1525, 1526, 1527, 1528, 1529, 1530, 1531, 1532, 1533, 1534, 1535, 1536, 1537, 1538, 1539, 1540, 1541, 1542, 1543, 1544, 1545, 1546, 1547, 1548, 1549, 1550, 1551, 1552, 1553, 1554, 1555, 1556, 1557, 1558, 1559, 1560, 1561, 1562, 1563, 1564, 1565, 1566, 1567, 1568, 1569, 1570, 1571, 1572, 1573, 1574, 1575, 1576, 1577, 1578, 1579, 1580, 1581, 1582, 1583, 1584, 1585, 1586, 1587, 1588, 1589, 1590, 1591, 1592, 1593, 1594, 1595, 1596, 1597, 1598, 1599, 1600, 1601, 1602, 1603, 1604, 1605, 1606, 1607, 1608, 1609, 1610, 1611, 1612, 1613, 1614, 1615, 1616, 1617, 1618, 1619, 1620, 1621, 1622, 1623, 1624, 1625, 1626, 1627, 1628, 1629, 1630, 1631, 1632, 1633, 1634, 1635, 1636, 1637, 1638, 1639, 1640, 1641, 1642, 1643, 1644, 1645, 1646, 1647, 1648, 1649, 1650, 1651, 1652, 1653, 1654, 1655, 1656, 1657, 1658, 1659, 1660, 1661, 1662, 1663, 1664, 1665, 1666, 1667, 1668, 1669, 1670, 1671, 1672, 1673, 1674, 1675, 1676, 1677, 1678, 1679, 1680, 1681, 1682, 1683, 1684, 1685, 1686, 1687, 1688, 1689, 1690, 1691, 1692, 1693, 1694, 1695, 1696, 1697, 1698, 1699, 1700, 1701, 1702, 1703, 1704, 1705, 1706, 1707, 1708, 1709, 1710, 1711, 1712, 1713, 1714, 1715, 1716, 1717, 1718, 1719, 1720, 1721, 1722, 1723, 1724, 1725, 1726, 1727, 1728, 1729, 1730, 1731, 1732, 1733, 1734, 1735, 1736, 1737, 1738, 1739, 1740, 1741, 1742, 1743, 1744, 1745, 1746, 1747, 1748, 1749, 1750, 1751, 1752, 1753, 1754, 1755, 1756, 1757, 1758, 1759, 1760, 1761, 1762, 1763, 1764, 1765, 1766, 1767, 1768, 1769, 1770, 1771, 1772, 1773, 1774, 177



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

### **EXTRATO DE CONTRATO**

Espécie: Extrato do Contrato n. 06/2020/TRE-RO, assinado em 20/05/2020. PREGÃO ELETRÔNICO N. 12/2020. Contratada: MULTITEC ELEVADORES LTDA, CNPJ n. 09.477.789/0001-40. Objeto: Prestação de serviços comuns de engenharia para realizar manutenções preventivas, corretivas e preditivas, com fornecimento de mão de obra, em 03 (três) elevadores de passageiros instalados no Edifício Sede e no Fórum Eleitoral da Capital, ambos do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE-RO) em Porto Velho/RO. Fundamento Legal: Pregão Eletrônico supramencionado e seus Anexos; Leis 8.666/1993, 8.078/1990, 10.406/2002 e 10.520/2002, nos Decretos 3555/2000, 9507/2018 e 10.024/2019, e nas demais normas vigentes aplicáveis ao objeto do Contrato n. 06/2020/TRE-RO. Vigência: 36 (trinta e seis) meses, iniciando-se em 20/05/2020. Valor: R\$ 112.000,00. Programa de Trabalho: 02061003342690001. Elemento de Despesa: 33.90.33.01. Notas de Empenho n. 2020NE000377 e n. 2020NE000378, ambas de 19/05/2020. Ato de Autorização da Licitação: DESPACHO Nº 401/2020-PRES/DG/GABDG, de 24/03/2020. Ato de Homologação do Pregão Eletrônico: DESPACHO Nº 675/2020-PRES/DG/GABDG, de 18/05/2020. Signatários: pelo Contratante, a Senhora LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora-Geral do TRE-RO e, pela Contratada, o Senhor NAUDYLAN DANTAS LIMA, Processo SEI: 0002675-10.2019.6.22.8000.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA**, Técnico Judiciário, em 21/05/2020, às 12:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0538068** e o código CRC **544B7B66**.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

---

Criado por 006007062364, versão 2 por 006007062364 em 21/05/2020 11:50:10.



# TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos

## DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - Seção 3

ISSN 1677-7069

Nº 97, sexta-feira, 22 de maio de 2020

35.299.378/0001-12): Item 6: Qt.: 300/P.Unit. R\$ 0,72; Item 7: Qt.: 100/P.Unit. R\$ 0,81; 4,5) ARP nº 17/2020 - ESCOLA & ESCRITÓRIO LIVRARIA E PAPELARIA LTDA (CNPJ: 00.800.611/0001-14): Item 8: Qt.: 73400/P.Unit. R\$ 0,045; 4,6) ARP nº 18/2020 - PLANET GRAF COMERCIO E IMPRESSAO DE PAPEL LTDA (CNPJ: 02.176.635/0001-70): Item 9: Qt.: 83800/P.Unit. R\$ 0,11; 4,7) ARP nº 19/2020 - HELIO MASASHI SAITO & CIA LTDA (CNPJ: 62.492.798/0001-99): Item 10: Qt.: 54600/P.Unit. R\$ 0,18; 4,8) ARP nº 20/2020 - L & A CARVALHO COMERCIO DE INFORMATICA E PAPELARIA LTDA (CNPJ: 08.395.467/0001-90): Item 13: Qt.: 3500/P.Unit. R\$ 8,32; Item 16: Qt.: 420/P.Unit. R\$ 3,19; 4,9) ARP nº 21/2020 - HC COMERCIO DE PAPELARIA E SERVIÇOS EIRELI (CNPJ: 20.873.342/0001-23): Item 14: Qt.: 517/P.Unit. R\$ 1,54; Item 18: Qt.: 1020/P.Unit. R\$ 0,80; Item 19: Qt.: 253/P.Unit. R\$ 7,07; Item 20: Qt.: 200/P.Unit. R\$ 7,49; Item 21: Qt.: 481/P.Unit. R\$ 2,50; 4,10) ARP nº 22/2020 - COMERCIAL J A UDA (CNPJ: 01.653.918/0001-00): Item 17: Qt.: 100/P.Unit. R\$ 22,40; Item 26: Qt.: 160/P.Unit. R\$ 1,39; Item 27: Qt.: 200/P.Unit. R\$ 1,39; Item 28: Qt.: 180/P.Unit. R\$ 1,39; Item 36: Qt.: 220/P.Unit. R\$ 4,09; 4,11) ARP nº 23/2020 - O & P COMUNICACAO LTDA (CNPJ: 32.566.370/0001-87): Item 23: Qt.: 3000/P.Unit. R\$ 2,30; 4,12) ARP nº 24/2020 - MICHELANGELO COMERCIO DE PAINEIS E SERVIÇOS LTDA (CNPJ: 01.331.407/0001-64): Item 34: Qt.: 100/P.Unit. R\$ 9,45; 4,13) ARP nº 25/2020 - LAZARO BEZERRA SOARES (CNPJ: 06.088.333/0001-09): Item 35: Qt.: 132/P.Unit. R\$ 14,98; Atas de Registro de Preços acima citadas e respectivas especificações estão disponíveis no site [www.tre-rj.us.br](http://www.tre-rj.us.br).

### TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS SEÇÃO DE CONTRATOS

#### EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n. 12/2020, firmado entre o TRE-RS e a empresa Clínica de Fisioterapia Integrada EIRELI, CNPJ n. 03.285.064/0001-74. OBJETO: Prestação de serviços de ginástica laboral para o Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, no Município de Porto Alegre-RS. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão n. 06/2020, VIGÊNCIA: 21-5-2020 a 20-5-2021. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Elementos: 3390.39. Ação orçamentária: 02.122.0033.205P.0049. EMPENHO: 2020NE000605, de 15-4-2020. PREÇO MENSAL: R\$ 1.999,98. SIGNATÁRIOS: Des. Marilene Bonzanini e Sr. Sérgio Ricardo de Lima. Proc. SEI n. 0001385-50.2020.6.21.8000. DATA DA ASSINATURA: 21-5-2020.

#### EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n. 13/2020, firmado entre o TRE-RS e a firma individual de Carlos Eduardo Carvalho Monteiro, CNPJ n. 22.132.519/0001-66. OBJETO: Prestação de serviços de ginástica laboral para o Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, no Município de Caxias do Sul-RS. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão n. 06/2020, VIGÊNCIA: 21-5-2020 a 20-5-2021. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Elementos: 3390.39. Ação orçamentária: 02.122.0033.205P.0049. EMPENHO: 2020NE000605, de 15-4-2020. PREÇO MENSAL: R\$ 585,00. SIGNATÁRIOS: Des. Marilene Bonzanini e Sr. Carlos Eduardo Carvalho Monteiro. Proc. SEI n. 0001385-50.2020.6.21.8000. DATA DA ASSINATURA: 21-5-2020.

#### EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo Aditivo n. 01 ao Convênio n. 02/2017, referente à concessão de empréstimos mediante consignação em folha de pagamento de servidores, firmado entre o TRE-RS e a BRB - Crédito, Financiamento e Investimento S.A. OBJETO: Prorrogar a vigência do convênio original, ratificando-se as demais cláusulas conveniadas. FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/1993. SIGNATÁRIOS: Des. Marilene Bonzanini e Sr. Carlos Antônio Vieira Fernandes. Proc. SEI n. 0003071-14.2019.6.21.8000. DATA DA ASSINATURA: 21-5-2020.

#### EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo Aditivo n. 03 ao Contrato n. 30/2016, referente à prestação de serviços de telecomunicações para interligar a central privada de telefonia fixa comutada IP (CPTFC-IP), localizada em prédio da Justiça Eleitoral em Porto Alegre-RS, ao sistema de telefonia fixa comutada (STFC), firmado entre o TRE-RS e a empresa OI S.A. - Em Recuperação Judicial. OBJETO: Prorrogar a vigência do contrato original, ratificando-se as demais cláusulas contratuais. FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/1993. SIGNATÁRIOS: Des. Marilene Bonzanini, Sr. Carlos Alberto de Costa Barbosa e Sr. Jean Silva. Proc. SEI n. 0004207-46.2019.6.21.8000. DATA DA ASSINATURA: 21-5-2020.

#### AVISO DE PREÇOS REGISTRADOS

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, com fundamento no Decreto n. 7.892/2013, torna público os preços registrados para eventual aquisição de persianas, empresa, item, descrição resumida, quantidade estimada, marca e preço unitário abaixo mencionados, obtidos como resultado do Pregão n. 17/2020, com vigência de 12 meses, a contar da data desta publicação: Neri Souza Pires, item 1, persiana vertical em tecido poliester (com instalação), 100 m², Criativa Cortinas, R\$ 49,00, item 2, persiana vertical em tecido blackout (com instalação), 100 m², Criativa Cortinas, R\$ 59,00.

JOSEMAR DOS SANTOS RIESGO

Diretor-Geral

### SEÇÃO DE LICITAÇÕES

#### RESULTADO DE JULGAMENTO

#### PREGÃO N. 13/2020

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul comunica o resultado da licitação homologada. Vencedores e preços totais: DAROS-SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA E ESCRITÓRIO LTDA., item 9, R\$ 1.296,36; item 19, R\$ 408,48; RC TEIVE COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA, item 4, R\$ 24.120,40; item 10, R\$ 72.600,00; PERAITO REVENDA DE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA, item 1, R\$ 2.948,13; GABRIELA TORRES RAUBER, item 11, R\$ 26.550,00; JAIRO ANTONIO MALLMANN CONSULTORIA, item 6, R\$ 6.985,00; item 12, R\$ 599,00; STYLUS PAPEIS & PRESENTES LTDA, item 2, R\$ 329,34; INA COMERCIO ATACADISTA EIRELI, item 18, R\$ 77.850,00; DGW BRASIL EIRELI, item 14, R\$ 1.850,00; ROSENHEID DA SILVA, item 3, R\$ 563,93; item 5, R\$ 380,00; item 7, R\$ 1.203,40; item 8, R\$ 1.032,84; e MARCOS AURELIO COLLACO, item 13, R\$ 860,00; item 15, R\$ 2.860,00; item 16, R\$ 160,00; item 17, R\$ 60,00.

JOSEMAR DOS SANTOS RIESGO

Diretor-Geral

#### AVISO DE LICITAÇÃO

#### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2020 - UASG 70021

Nº Processo: 000072471/20206218. Objeto: Fornecimento de assinatura de 02 licenças do Adobe Creative Cloud for Teams All Apps pelo período de 36 meses e demais estipulações constantes do edital e anexos. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 22/05/2020 das 12h00 às 17h59. Endereço: Avenida Padre Cícaco, 56, Praia de Belas - Porto Alegre/RS no [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) (edital/70021-5-00002-2020). Entrega das Propostas: a partir de 22/05/2020 às 12h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). Abertura das Propostas: 04/06/2020 às 14h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). Informações Gerais: O edital também está disponível no site [www.tre-rs.jus.br](http://www.tre-rs.jus.br).

JOSEMAR DOS SANTOS RIESGO

Diretor-Geral

[SIASGnet - 21/05/2020] 70021-00001-2020NE000059



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico  
<http://www.in.gov.br/sistema/diario.html>, pelo código 053020050200105

### TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO

#### AVISO DE ALTERAÇÃO PREGÃO Nº 16/2020

Comunicamos que o edital da licitação supracitada, publicada no D.O.U de 11/05/2020 foi alterado. Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de fita para agrupamento em velcro, com fechamento, do tipo abraçadeira, conforme as especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos. Total de Itens Licitados: 00001 Novo Edital: 22/05/2020 das 08h00 às 17h59. Endereço: Av. Presidente Wilson, 194 - 1º Andar Centro - RIO DE JANEIRO - RJ. Entrega das Propostas: a partir de 22/05/2020 às 08h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). Abertura das Propostas: 03/06/2020, às 11h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

REJANE LOPES DE OLIVEIRA

Pregoeira

[SIDEI - 21/05/2020] 070017-00001-2020NE000001

### TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA DIRETORIA-GERAL

#### EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Extrato do Contrato 06/2020/TRE-RO, de 20/05/20. Pregão Eletrônico 12/2020. Contratada: MULTITEC ELEVADORES LTDA, CNPJ 09.477.789/0001-40. Objeto: Serviços de manutenções preventivas, corretivas e preditivas, com fornecimento de mão de obra, em 03 elevadores instalados no Edifício Sede e no Fórum Eleitoral da Capital, ambos do TRE-RO. Fundamento: Pregão TRE-RO 12/20, Lei 8.666/1993, 8.078/1990, 10.406/2002 e 10.520/2002, nos Decretos 3555/2000, 9507/2018 e 10.024/2019. Vigência: 36 meses, iniciando-se em 20/05/20. Valor Total estimado: R\$ 112.000,00, Programa de Trabalho: 02061003342690001. Elemento de Despesa: 33.90.33.01. Empenho 2020NE000377 e 2020NE003378, de 19/05/20. Homologação: Despacho 675/2006, de 18/05/20. Signatários: LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral do TRE-RO e, pela Contratada, NAUDYLIANN DANTAS LIMA. Processo 0002675-10.2019.6.22.8000.

#### EXTRATO DE CARTA-CONTRATO

Espécie: Extrato da Carta-Contrato 11/2020, assinada 20/05/2020, ARP 85/2019 - Pregão Eletrônico 28/2019. Contratada: OMEGA TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA, CNPJ 04.808.453/0001-08. Objeto: Prestação de serviços de manutenção, atualização, suporte técnico para um período de 30 meses, treinamento e horas de consultoria para Solução de Auditoria em ambiente Microsoft - Varonis DataAdvantage®. Fundamento: Pregão Eletrônico supramencionado e seus anexos, Lei 8.666/1993 e 10.520/2002, e Decretos Federais 9507/2018, 3555/2000 e 5450/2005. Vigência: 30 meses, a contar de 20/05/2020, podendo ser prorrogada. Valor: R\$ 480.469,00. Nota de Empenho 2020NE000370, de 18/05/2020. Homologação: DESPACHO 5538/2019 - GABDG, de 07/11/2019. Signatários: LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral do TRE-RO, e, pela Contratada, MANOEL FONSECA NETO. Processo SEI 0000407-60.2019.6.22.8000.

#### EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO

Espécie: Extrato da Nota de Empenho 2020NE000374, de 19/05/2020. Contratada: ERVA DOCE BRINDES, PRESENTES E SERVIÇOS LTDA. CNPJ: 28.274.979/0001-05. Programa de Trabalho: 02061003342690001. Natureza Despesa: 33.90.30.16. Objeto: Item 04 do Edital: CANETA ESFEROGRÁFICA PERSONALIZADA; com tampa na cor azul; corpo na cor branca com arte a ser definida e tampa colorida, que contenha crifício milimétrico para suspiro; com ponta metálica de 1.0 mm e esfera de tungstênio; escrita média; com tampo de fundo não roscável; com tampa antidafixante e haste. Validade permanente. Quant: 23.605. Vir. Unit: R\$ 0,78. Valor Total da Nota de Empenho: R\$ 18.411,90. Assinada por LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral do TRE-RO. Amparo Legal: ARP 04/2020, vinculada ao PE 03/2020/TRE-RO. Processo: SEI 0001116-81.2020.6.22.8000.

### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE COORDENADORIA DE MATERIAL DE PATRIMÔNIO

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

EMPRESA: JULIANO O. SANTOS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - ME, CNPJ nº 28.682.286/0001-51, representada pelo Senhor JULIANO OLIVEIRA SANTOS, ENDEREÇO: Avenida Maria Leticia Leite Pereira, nº 120, Bairro Lagoa Seca, MUNICÍPIO: Juazeiro do Norte - CE, CEP: 63.040-405, TELEFONE: (88) 3511-2169, (88) 99977-7675, (88) 99982-9785 e (88) 3587-2030, E-MAIL: lucasasantos@gmail.com, joliveira@gmail.com, lucas@graficadigital.com.br, PROCESSO: 0000340-52.2018.6.22.8000, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 06/2018, EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO n. 26/2017, Contrato: Nota de Empenho nº. 2018NE000494.

Considerando as tentativas de notificações infrutíferas, com fulcro no art. 36, inciso II da Instrução Normativa n. 04/2008/TRE-RO, notificamos a contratada do teor do DESPACHO Nº 6631 / 2019 - PRES/DG/GABDG, para a empresa apresentar, caso queira, recurso dirigido à Diretoria-Geral deste TRE, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação deste edital. O recurso a ser apresentado poderá ser encaminhado para o e-mail [comap@tre-ro.jus.br](mailto:comap@tre-ro.jus.br), ou enviado para o endereço: Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Balza da União - Porto Velho/RO - CEP.: 76.805-901 - segunda à sexta-feira (protocolo de atendimento) das 08h00 às 18h00, telefone para contato (69) 3211-2092/2144.

RUDMA ROSA OLIVEIRA COSTA  
Coordenador de Material e Patrimônio

### SEÇÃO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

#### RESULTADO DE JULGAMENTO

#### PREGÃO Nº 14/2020

Cumprida a fase de julgamento, o Pregoeiro declarou vencedores do certame as licitantes: 21.997.155/0001-14 - VIXBOT SOLUCOES EM INFORMATICA LTDA, item 02, valor R\$ 62.650,00 e 22.416.068/0002-70 - CNK AUTOMACAO COMERCIAL EIRELI, itens 01 e 03, valor R\$ 87.600,00. Não havendo registro de intenção de recurso, o Pregoeiro adjudicou o objeto às vencedoras. Valor total do certame R\$ 150.250,00.

ANDERCLÉDSON REIS

Pregoeiro

[SIDEI - 21/05/2020] 070024-00001-2020NE000001

